



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se Manifesta

Educação



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se manifesta

Educação

índice

22.11.1999	003
17.12.1999	039
25.02.2000	072
04.09.2000	108

Educação

22.11.1999

- Carlos Imediato – Deputado e coordenador do grupo temático Educação
- Rosa Alegria – Coordenadora da campanha do “Mídia da Paz”
- Ken Odonó – Diretor da Promocomaris para a América do Sul
- Terezinha Fran – Educadora e psicóloga
- Dalca – Diretora pedagógica do Colégio Arca de Noé
- Jamil Murad – Deputado. Coordenador do grupo temático Trabalho e Emprego
- Ciro Costa – Professor de música e leciona no Colégio Arca de Noé
- Marlene – Funcionária do Cenpec-Centro de Pesquisa de Estudos para a Educação e Ação Comunitária
- Tereza – Membro da organização Breamacumares
- Paulo – Administrador de empresas e coordenador do Movimento Amigos do Pacto Erich e da Bandeira da Paz no Brasil
- Elisa – University Oficion Understanding, representante de grupo de meditação
- Cida Medeiros – Jornalista
- Tadeu de Pietro – Ator e consultor de comunicação e coordenador de comunicação e cultura do Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes

SR. CARLOS IMEDIATO - Toda a humanidade, pelo menos a que usa o calendário ocidental, tem um momento de catalização na passagem do ano de 99 para o ano 2000. Tem uma força dramática aí na transição, que pode ser catalizada. E essa proposta de três dias de não violência estaria exatamente nessa transição, que não vai ser obviamente só numérica, mas que é extremamente forte na consciência coletiva.

Esses movimentos de consciência estão apontando para essas possibilidades de mudança efetiva e não simplesmente de se tomar consciência. É uma transformação possível e uma mobilização de energia, é psíquica social, espiritual, etc., disponíveis para esse trabalho conjunto, mas que é um trabalho de muitos, um trabalho coletivo, e a proposta da “Mídia da Paz”, uma vertente dessa sugestão que surgiu nesse encontro, que o grupo de São Paulo abraçou, especialmente Iran Castelo Branco, a Rosa Alegria, Olívio, estão coordenando e mobilizando uma série de grupos, os grupos que estão inclusive aqui representados alguns deles, outros que têm contribuído ao longo desse trabalho, e hoje é um dos dias de trabalho coletivo, vamos dizer, da Assembléia Legislativa, o que implica estarmos fazendo esses links e as parcerias também com as áreas institucionais que representam a população de São Paulo, e que são capazes também de alavancar a seqüência e a potência desse tipo de trabalho. Na verdade o nosso encontro aqui de uma hora, uma hora e pouco, seria no sentido de estar preparando um relato específico sobre educação, cultura e mídia, mas sobre esse ângulo de grupos educadores, pessoas que estão envolvidas com essa proposta de pensar uma mídia da paz. Vou então passar para a Rosa, que ela daria as informações mais de estruturação e da proposta mesmo do Mídia da Paz, aí retomamos o trabalho, que é um trabalho de comissão. Estamos um pouquinho distantes um do outro, mas aí vamos ver como nos articulamos para fazer um documento em conjunto. Obrigado.

SRA. ROSA ALEGRIA - Boa tarde e obrigada pela presença de todos, de todas as organizações, entidades aqui representadas. O Carlos Imediato já deu uma

boa abrangência na sua explicação com relação a essa campanha, que na verdade foi inspirada na campanha mundial “72 Horas de Não Violência”, que está se refletindo em diversas localidades do mundo, que teve um dos encontros mais importantes entre religiosos que já aconteceram nesta década, que ocorreu em Itatiaia. Eu estava presente, a convite de um amigo também da área de comunicação, Iran Castelo Branco, e desse encontro, que foi profundamente produtivo, enriquecedor, saíram algumas propostas de cada segmento de atuação.

Nós estávamos no segmento da comunicação e nos propusemos a fazer alguma coisa, a congregar participação de profissionais de comunicação no Brasil todo com relação a essa campanha de “72 Horas de Não Violência”, como essa campanha poderia reverberar na mídia, que tem sido tão brutalmente disseminadora de violência, que tem disseminado pânico na sociedade, na verdade por uma distorsão muito grande que existe na realidade.

A proposta é juntarmos os produtores de conteúdo, os profissionais da mídia, não só jornalistas mas como também cineastas, fotógrafos, todos os profissionais responsáveis pela emissão de imagens e vozes na sociedade, e fazer com que todo esse grupo amplie o seu nível de consciência e reflita sobre qual é o seu verdadeiro papel, qual é o seu verdadeiro serviço à humanidade. Fazer com que a mídia exerça um serviço à humanidade, no sentido pacífico, no sentido de harmonizar as relações da sociedade.

Não queremos, claro, fazer com que magicamente durante três dias do ano a programação se modifique radicalmente, porque isso realmente seria utópico da nossa parte, mas a nossa proposta é fazer com que toda essa mídia comece a refletir um pouco mais, comece a realmente se aprofundar e processar uma mudança interior, individual, e não mais se abster do seu papel, e não mais simplesmente dizer: é assim, a pressão econômica é assim mesmo que faz. Não é.

Nós queremos fazer com que realmente se crie, como o Carlos disse, um novo paradigma. Hoje temos um paradigma falso, que diz o que é grosseiro, que é violento, que é sensacionalista vende, mas nunca se provou que aquilo que não é

violento, que aquilo que não é sensacionalista não vende. Então na verdade temos uma grande missão. Já fizemos um encontro, que foi uma grande vitória, com 30 jornalistas, no dia 26 de agosto, onde tivemos uma representatividade muito grande, e a proposta era realmente fazer com que eles refletissem. Tudo isso vai ter um impacto, como nós queremos. Não existe um plano, mas sim uma intenção. Hoje estarmos aqui já tem um grande significado; estamos num espaço que tem um grande significado na esfera governamental, na esfera pública.

Vamos então estar aqui reunidos, simultaneamente existem três painéis, como os senhores receberam no convite. Este é o Painel de Educação e Cultura. Temos o Painel de Religião e Desenvolvimento Humano, que está sendo coordenado pelo Reverendo Elias e pela Reverenda Coen, e o Painel de Comunicação propriamente, Imagens e Vozes, que está sendo coordenado pelo Paulo Marcum, da TV Cultura. É importante frisar que todos esses painéis, embora tenhamos aqui representantes brilhantes dentro de cada segmento, a nossa proposta é realmente focalizar na questão da comunicação, na questão da mídia. O que todas essas entidades aqui presentes, organizações, nesta sala e nas outras duas, podem fazer, é encaminhar propostas já existentes ou propostas que possam surgir daqui com relação a essa mudança de paradigma nos meios de comunicação. Essa é a nossa proposta. Eu estou aqui para ajudar o Carlos nessa coordenação, para relatar tudo o que está sendo dito e sendo proposto. Estou aqui aberta para responder perguntas. Obrigada.

SR. CARLOS IMEDIATO - Queria propor que cada um se apresentasse e se quisesse já fazer um pequeno “link” do seu trabalho, a sua visão com a questão da Mídia da Paz, senão vamos na discussão, e somando as diversas contribuições. Antes dessa apresentação queria lembrar a Prof. Terezinha França, chamando atenção antes de começarmos dos diversos movimentos que estão acontecendo no mundo em direção à paz. Acho que essa é uma observação que eu gostaria que a Prof. Terezinha pudesse também retomar, mas que devíamos ter em mente, quer

dizer, é uma contribuição, uma parcela de um movimento que não nasceu aqui, não começou aqui, e que não diz respeito simplesmente a determinados aspectos que estamos focando. É toda uma movimentação planetária, na qual estamos tentando sintonizar-nos naquilo que há de mais profundo e transformador. Acho que essa é uma observação importante porque tem dados extremamente significativos que precisamos considerar na nossa caminhada. Queria sugerir que cada um pudesse se apresentar e que pudéssemos com isso já ir abrindo o nosso trabalho coletivo aqui, de preparação desse relatório.

SR. KEN ODONO - Boa tarde. Sou diretor da Promocomaris, para a América do Sul. Cheguei hoje do México, onde organizamos um fórum para educadores de todas as Américas, 300 educadores de 17 países latinos, tratando a questão de valores na educação. Obviamente é do entendimento de todos que a educação é a coisa mais fundamental na formação do ser humano; isso é indiscutível. É por isso que da educação nós inclusive tratamos o tema valores e a ciência, valores e política, valores e a comunicação meio-ambiente/empresa, para ver de que maneira os educadores possam tomar consciência, porque mesmo a questão dos jornalistas e donos de jornais, eles começam a sua formação numa escola qualquer. Sentimos que a falta de valores nesse nível quando estão passando por sua educação básica, tem um grande efeito na sua situação posterior e aceitação, portanto, de posturas e paradigmas que agora estão se tornando inaceitáveis é por causa, em parte, da formação de valores que estão presentes desde o início da educação.

Estamos aqui para escutar e contribuir, talvez, com alguma coisa.

SRA. TEREZINHA FRAN - Boa tarde a todos. Sou educadora, psicóloga, tenho trabalhado praticamente toda minha vida na área de educação pública, muito preocupada, entre outras coisas, com as questões relativas à juventude. Estou no momento não só estudando muito mas articulando alguns grupos para a elaboração de políticas públicas para a juventude que, infelizmente, o nosso País, até hoje, não

definiu nada nessa linha. Há pessoas muito interessadas, e nessa definição entram todas as questões que acho interessam a todos esses grupos, como o problema dos valores humanos, o problema da educação em direitos humanos; nesse ponto eu participo da diretoria de uma rede brasileira de educação em direitos humanos, onde procuramos também levar seja diretores ou outras pessoas da organização da sociedade civil, essa questão de educar em direitos humanos.

Estou muito preocupada também com a questão da ética que deve presidir as nossas várias relações, sejam pessoais, inter-profissionais, a parte de ética nos meios de comunicação, então eu gostaria de ouvir também dos meus companheiros de Mesa como poderíamos focar essa questão dos valores humanos, o problema da formação da consciência ética, seja nas crianças, nos adolescentes, nos educadores, nos chefes de empresa, enfim, em toda a organização da sociedade, e por que não dizer também na organização pública da nossa educação, da educação pública que pode ser ela realizada pelas escolas particulares ou pelas escolas estatais. Estou muito interessada nessa questão, motivo pelo qual aceitei também o desafio do Carlos de poder estar aqui, e juntos participamos também do estudo de estudos do futuro e preparamos também um grande congresso, que tem feito uma catalização de muitas pessoas muito interessantes, seja de outros países do nosso planeta, seja aqui do Brasil, para pensar o futuro e principalmente as pessoas nessa dinâmica de futuro, que foi o nosso grande congresso para o desenvolvimento do talento da criatividade para o século 21.

Desse movimento dessa grande realização que foi em 94, acho que muitos desdobramentos tivemos e muitas coisas têm sido desenvolvidas a partir daí, talvez o Carlos pudesse mais tarde falar. Nesse encontro decidimos, houve uma manifestação do plenário para iniciar uma rede de educação para a paz. O estudo do futuro pediu então ao Carlos, porque ele também já tinha se voluntariado para isso, então ele é aqui no Brasil o nosso coordenador.

Acho que depois as pessoas podem colocar, mas eu gostaria de destacar essa questão das políticas de juventude, o que o nosso País tem definido como

política de juventude, não para ser realizada só pelo Estado, só pelo Governo, mas que envolva uma política de juventude extremamente clara, que envolva todos os setores da sociedade, seja Governo, sejam empresas e sejam grupos organizados da sociedade civil. Isso me parece uma coisa extremamente séria, extremamente grave no momento atual, que precisaríamos estar mais unidos e com uma presença mais significativa para poder levar às várias instâncias de governo, aos vários níveis e aos vários segmentos da organização na nossa sociedade essa consciência de que como é necessário uma política para a saúde, etc., educação, é necessário que haja um grande recorte de políticas da juventude, principalmente no momento em que a juventude está passando por dificuldades muito sérias eu acho, está sofrendo grandes desafios, e temos como cidadãos a obrigação de estudar e voltar a nossa preocupação para a juventude brasileira. Obrigada.

SRA. DALCA - Trabalho no Colégio Arca de Noé, sou diretora pedagógica. Já estamos trabalhando há uns dois anos o Projeto Vivendo Valores, porque freqüente também a Bremacumares. A nossa grande preocupação, a minha presença aqui principalmente, eu me preocupo muito com os profissionais, com esses professores que vêm vindo. Não adianta que eles preguem os valores mas não os vivenciem. Temos percebido muito isso. A nossa preocupação, então, na escola é justamente isso, que o professor saiba viver o valor; não só passe, mas vivencie. Como trabalhamos com crianças muito pequenas, a nossa escola vai do berçário até a 8ª série, acho sumamente importante que essas crianças que vêm vindo saibam receber desses profissionais esses valores. Para isso temos percebido que os professores precisam saber vivenciar e não só falar. É o que eu tinha a falar.

SR. JAMIL MURAD - Sou membro aqui da Assembléia, Deputado, também sou muito ligado à juventude. Isso me preocupa há muito tempo, principalmente quando vemos que as vítimas da violência são os jovens, uns porque matam e vão

para o Carandiru e morrem atrás das grades, ou apodrecem atrás das grades, e os outros porque são jovens e morreram, foram para o cemitério. Então quando se vê, dos dois lados da fronteira da violência, as vítimas são sempre os jovens. Eu me preocupo porque notamos no mundo inteiro uma onda de violência que se manifesta com atitudes nase-facistas, e tal, e que acabaram chegando ao Brasil também, como foi o caso de manifestações de violência pondo fogo em índio em Brasília, coisas semelhantes.

Acho que o grande problema está na falta de esperança. É uma sociedade com muita desigualdade, que mesmo os que não sofrem necessidades, acabam sendo atingidos pelo mal estar que é viver numa sociedade com muita desigualdade, a sociedade da exclusão, da competição, a sociedade do individualismo extremado. E isso mesmo os vencedores também se sentem mal, por exemplo, o caso desse jovem que entrou num cinema com uma metralhadora, quer dizer, ele é um vencedor do ponto de vista dos valores da sociedade. Primeiro, ele nunca passou necessidade, segundo, ele é um vencedor, fez o vestibular, foi aprovado, uma profissão que oferece perspectiva, no entanto ele está mergulhado numa sociedade de extrema desigualdade de falta de esperança, os valores da solidariedade, os valores de cultivar a espécie humana, os seres humanos, esses valores estão depreciados, a partir da propaganda oficial. A propaganda oficial no mundo, hoje, é que o mundo é para os competitivos, que têm várias profissões, os que são mais produtivos. E os outros? Os outros é exclusão; ninguém quer saber dos outros.

No passado se cultivava que uma pessoa com muitos defeitos físicos recebesse todo carinho como ser humano, mesmo que fosse uma pessoa que não tinha muita consciência, mas aquele cultivo do ser humano, com todos aqueles defeitos, era uma espécie de respeito à espécie humana, aos seres humanos de maneira geral. Hoje nem as pessoas que não têm defeitos, só porque não passaram no teste colocado naquele momento, são desprezadas. Ontem teve vestibular com 150 mil jovens na FUVEST, então temos 10 mil classificados, vamos dizer assim, os

outros 140 mil são desprezados, são tidos como inéptos, estão fora, quando na verdade eles têm capacidade, têm competência, são inteligentes, têm preparo; uma grande parcela dos que ficam de fora também estão preparados. Acho que isso causa uma grande tensão na sociedade, uma grande falta de perspectiva, que gera violência, que é explorada por três fatores no meu entender: é explorada pelo narcotráfico, pelos produtores e comerciantes de armas e pelas companhias de seguro e pelas empresas de vigilância. São setores econômicos relativamente fortes, que ganham muito dinheiro com a insegurança geral, todos eles.

Todos esses setores que eu citei ganham muito dinheiro com a insegurança. Hoje, então, o setor que explora a insegurança é um setor economicamente forte, é um setor bem situado na sociedade, que tem poder extraordinário na mídia, nos poderes constituídos, e eles ditam as regras.

Nós estamos tentando buscar caminhos para sair disso. Eu exagerei aqui no meu tempo, mas queria agradecer a atenção.

SR. CIRO COSTA - Boa noite a todos. Sou professor de música, também trabalho no Colégio Arca de Noé, e também moro em Conceição do Rio Verde, Minas Gerais. Sou de São Paulo mas estou morando lá, por motivo também filantrópico, pois sou um defensor da paz e resgatando os valores humanos. Pertencço à Sociedade Brasileira de Eubiose e, através dela, temos trabalhos dentro das cidades conhecidas como pontos energéticos, e lá fazemos trabalhos também resgatando os valores culturais, que o interior também é muito carente de atividades culturais, então lá é muito fácil uma criança alcançar um fim de semana à boca de um bar para beber junto com outros adultos. Então ali vemos toda desigualdade cara a cara, apesar de que na cidade grande as pessoas são tidas como indigentes, e lá não, lá eles têm nome, então nós procuramos tirar o Pedrinho, o Joãozinho de todos esses problemas.

Na escola trabalho também resgatando valores através da música, através da musicoterapia, através do trabalho de cativar o aluno para aprender a gostar das coisas, essa é a importância.

Lembro-me bem que foi mostrado pela TV Globo aquela mulher que joga o lixo no rio e logo em seguida vem a chuva e o lixo volta todo para a sua casa, entulhando a porta, impedindo a sua saída - eu ampliei isso porque tudo que é natureza, e o ser humano não é diferente, e sempre tivemos a mania de colocar ecologia como só plantas, árvores, lixo, materiais recicláveis, mas nunca trabalhamos o ser humano como parte integrante da natureza. Ele é o ser extra-natural, vamos dizer assim. Essa é a ideologia que, entre aspas, tem se passado por aí. Tanto é que quando se pergunta o que é ecologia a uma criança ela fala que são as árvores, os pássaros, mas nunca fala que é o ser humano. Então nós também como aquela educação um pouco mais atrás, dos anos 50 para a frente, que havia inclusive castigo para quem escrevesse com a mão esquerda, que era tido como filho do demônio, o canhoto, e depois disso quantos traumas ficaram, porque na realidade o processo educativo está mexendo com o intelecto, porém não trabalha a parte da alma. O que fica impregnado na alma dessas crianças contrariadas, que às vezes por um motivo faz uma pergunta errada, o professor, sem a devida sensibilidade, pode talvez retrucar, fazendo com que aquela criança nunca mais pergunte nada.

Para quem é professor é comum notar crianças inibidas, que emudecem. O que precisamos é colocar as crianças para voltar a falar, a perguntar, e também entender a sua inocência, a sua pureza naquela pergunta. Tem, então, uma relação muito grande nesse sentido. Todo esse trabalho que eu faço com música está voltado para a sensibilização da criança no seu todo, para que ela desenvolva por inteiro; que também tinha a postura de educar como podar, então era: não faça isso, não faça aquilo. Temos do zero até os oito anos 100 mil “nãos” que são ditos à criança. Já imaginaram como fica isso? É como se colocássemos um cachorro amarrado numa coleira por um determinado tempo, ele vai relutar para se soltar,

mas depois de um certo tempo solta-se a coleira e ele fica no lugar porque acha que ainda continua preso. É mais ou menos isso que acontece. É por isso que mexer com a educação não é só o envolvimento do conhecimento do intelecto, também tem um trabalho de alma, e para esse precisamos ter a sensibilidade de perceber até quando estamos ajudando ou interferindo, ou desativando um valor que está ali se afluando.

SR. CARLOS IMEDIATO - Os companheiros que estão sentados nas poltronas gostariam de se apresentar?

SRA. MARLENE - Queria entender uma questão de ordem. Você prefere que a gente se apresente, seja mais rápido, e depois começamos a discutir, ou o que já estamos colocando já vai servindo de base para a nossa discussão?

SR. CARLOS IMEDIATO - Eu preferiria que já fizéssemos as duas coisas, mas que já pudéssemos dar foco na questão da educação e a mídia, acho que já ganharíamos em elementos para trabalhar. Não focar tão tecnicamente de forma que não incluamos as outras considerações, mas também não perder de vista que vamos preparando documento para daqui a meia hora ser apresentado.

SRA. MARLENE - Trabalho há bastante tempo com a questão da educação pública, estou trabalhando agora no CENPEC, que é um Centro de Pesquisa de Estudos para a Educação e Ação Comunitária. O CENPEC é uma organização não-governamental e tem um compromisso com a questão da educação pública. Como muito bem disse a Prof. Terezinha Fran, estatal ou particular. A educação que se quer oferecer para a população de um modo geral. O CENPEC tem feito trabalhos na área especialmente de educação, promovendo dentro do possível a melhoria da qualidade de ensino; alguns projetos que são mais conhecidos do CENPEC são as

classes de aceleração, e esses projetos de classes de aceleração são depois trabalhados pelas diversas Secretarias de Educação.

No Estado de São Paulo, por exemplo, foi trabalhado com a primeira à quarta série, e um projeto de aceleração no Estado do Paraná de quinta a oitava. É um dos trabalhos que o CENPEC vem fazendo. Ele busca também estar dando subsídios para municípios e secretarias estaduais e municipais. Na realidade a grande preocupação do CENPEC é estar promovendo mesmo a questão da não exclusão do jovem da escola. Entendemos que o problema da não exclusão é um dos fundamentais para que se possa criar uma juventude, e mesmo um país onde a cidadania prevaleça, onde os direitos humanos prevaleçam.

Se estivermos excluindo o jovem da escola, não oferecendo a qualidade da educação necessária, vamos estar marginalizando e criando problemas dessa natureza já discutidos por todos. Neste ano o CENPEC participou da organização de um evento que houve em agosto, que aconteceu aqui no SESC da Paulista, que foi um seminário internacional sobre as questões de mídia e educação. Esse seminário foi muito interessante, eu não pude assisti-lo todo, mas a questão da influência da televisão sobre a nossa juventude, a importância da televisão para as nossas crianças e para os nossos adolescentes, desde o Jornal Nacional até o desenho animado, foi muito debatido naquela ocasião.

Uma das coisas que nos preocupa mais, dentro da ótica que o Eugênio But, que é um crítico de televisão, vem trazendo é como nós nos preocupamos pouco ainda de discutir a televisão enquanto uma forma de entrar na cabeça das pessoas, de comunicar com as pessoas, a força do meio de comunicação que a televisão tem, a força das imagens, o quanto a televisão norteia a vida das pessoas. Nas escolas já se debate a televisão, isso vem sendo feito, mas muito ainda enquanto a televisão só o conteúdo, é possível, não é possível, o que você acha disso, daquilo, eu acho que discutimos muito pouco a questão de valores e a questão do grande valor do meio mesmo, da televisão enquanto meio de entrada na casa nossa, dos nossos alunos, e até usar a televisão de uma maneira positiva. Acho que essa

preocupação com a questão da mídia é algo que nos preocupa sempre, e acho que se conseguirmos sensibilizar as pessoas que podem interferir nessas questões, acho que vai ser um trabalho fundamental.

Sem me alongar muito, gostaria de dizer ainda que o CENPEC este ano está sediando uma parte da Secretaria do Estado de Direitos Humanos, que é vinculada ao Ministério da Justiça, e tem um programa chamado “Programa Nacional pela Paz nas Escolas”. Acho que teríamos muito a fazer se juntássemos as nossas ações a essa outra rede que vocês estão se referindo. Acho que esse trabalho pela paz nas escolas é um trabalho que está sendo desenvolvido em várias cidades, em várias regiões do Brasil, e acho que a discussão da violência na mídia tem sido preocupação desse programa. No momento acho que fico por aqui, para dar oportunidade aos nossos companheiros.

SRA. TEREZA - Eu também participo da organização Breamacumares, e não preciso dizer que é um prazer estarmos aqui hoje todos juntos. Acredito que aquilo que todos estamos sentindo é essa nossa participação, é esse ato de unir forças dentro de alguma coisa que já vem acontecendo, não apenas na mente de todos, mas através da ação, a gente vem trabalhando com esse projeto na área educacional e sentimos que definitivamente as raízes da violência são muito mais profundas do que meramente aquilo que se expressa. Acho que as minhas palavras já foram assinadas por muitas coisas que já foram colocadas aqui, mas especialmente esse sentimento de que temos que realmente unirmos as forças e procurar trazer para a ação essa nossa participação, porque acho que essa questão do exemplo, de estar presente, é o que vai mover, é o que as pessoas estão esperando ver alguma coisa prática no momento presente.

SR. PAULO - Sou administrador de empresas e coordeno o Movimento Amigos do Pacto Erich e da Bandeira da Paz aqui no Brasil, movimento que já tem um ano e meio de atuação. Realizamos a primeira assembléia nacional dos

amantes da paz e da cultura. Esse Pacto Erich tem o objetivo de preservar tudo o que esteja ligado à cultura, tanto esses locais de criação de gênio humano como as religiões, devem ser protegidos tanto em época de guerra como em época de paz. Esse Pacto foi assinado em 1935 e está sendo reativado, porque ele ainda está em vigor. Por conta dessa assembléia que realizamos em abril, na Bahia, enviamos uma carta aos governos das Américas e à ONU propondo algumas ações de paz.

Uma das ações que propusemos foi também no campo da mídia, onde pudesse ser criado, inclusive, prêmios, incentivando os jornalistas, como o jornalista da paz, para que fomentasse essa questão. Temos também um núcleo na Bahia que está ativamente funcionando, e nós estamos elaborando um projeto que já está em fase piloto, experimental, dentro de uma comunidade, chamada “Educação para a Mídia”. O objetivo desse projeto é estar educando o telespectador como lidar diante da televisão e de qualquer mídia, e ele perceber aonde pode estar entrando efetivamente numa onda magnética de violência. Isso está em fase experimental.

Também fazemos parte do Fórum de Combate à Violência, que também aderiu a essa iniciativa, estamos tomando corpo e também oferecemos aqui esse trabalho para que possamos somar e consolidar esse ideal. Obrigado.

SRA. ELISA - Sou da University Oficion Understandig, e estou representando também a Associação ... e o grupo de meditação ... Já conheço muitos daqui, quero cumprimentar pela iniciativa fantástica dessa campanha, dessa interação mundial da Mídia da Paz. Faço questão de comentar que a escola para o futuro, aquele congresso de 1994, que a Terezinha Fran mencionou foi um dos congressos mais lindos e mais efetivos que eu já participei na minha vida, tendo eu participado de muitos congressos internacionais. Aquilo confirmou um entusiasmo que eu sinto que o Brasil tem, sim, uma bandeira muito forte, vibrante, para mostrar para o mundo. Mesmo que esse movimento não tenha sido começado aqui, acredito que o País tem uma força para levar essa Mídia da Paz para a frente, talvez maior que em muitos outros países. Quero então comungar com a idéia plenamente.



Gostaria de enfatizar a palavra “ação”, porque preocupações sabemos que existem e são importantes, mas elas só vão ser resolvidas por ações práticas, positivas e num esforço brutal, como vocês mencionaram. Lembrando da mídia, você falou do Pacto Erich, que foi assinado na ONU, o Erich, não sei se todos têm oportunidade de conhecer, é um pintor inédito no mundo, que tem uma fundação em Nova Iorque maravilhosa, embora ele fosse russo de nacionalidade, e para a própria Mídia da Paz o Erich pode ser um gancho muito bom, porque os seus quadros, os pintores hoje não sabem como é que o Erich conseguiu aqueles tons de azul por exemplo. O Erich escalou o Himalaia, esteve no Tibete, ele fazia as tintas com as flores do Tibete. Eu estive duas vezes na fundação dele em Nova Iorque para ver aqueles quadros que são conhecidos pelos russos e por alguns do mundo; tem quadro dele no Louvre mas não é muito conhecido. Uma vez conversei com uma jornalista e disse a ela, porque eu estava dando uma entrevista sobre o meu livro, que aliás é a Dança da Paz na Música da Vida, que são meditações práticas e simples para termos paz no nosso dia-a-dia, e conversando com essa jornalista perguntei por que a mídia gosta tanto de dar notícias violentas e não divulga tantos eventos maravilhosos que tem no mundo? Ela disse: a senhora não sabe que 70% das pessoas que compram jornal vão atrás de notícias policiais? Então se o que vende jornal é drama, se o que vende jornal é uma coisa que deixa as pessoas mais nervosas e tensas do que já estão pela vida, no dia-a-dia, como podemos fazer para entrar na mídia de uma maneira que seja tocante, que seja emotiva, que seja sensível, que toque as pessoas, mas ao mesmo tempo eduque, construa, ao invés de pôr todo mundo para baixo.

Enquanto todos estavam expondo eu me lembrei de uma experiência que acabei de ter agora que cheguei da Califórnia, onde fui participar de um “workshop” sobre o perdão; o que foi feito lá dessa vez, porque esse grupo trabalha com consciência grupal e planetária, não é um grupo que trabalha o lado psicológico individual, foi comentado até aqui do individualismo excessivo, o que fizemos lá, como eram todos americanos, só eu brasileira, fizemos uma dramatização de

perdão para a guerra civil americana e perdão na guerra do Vietnam. A coisa foi fortíssima! Teve testemunhos importantíssimos. E nós percebemos que muitas energias foram liberadas, energias que não são pessoais de nenhum de nós, mas que estão aí, que são mundiais, sociologia internacional . Então me veio aqui uma dica que quem sabe, alguma das coisas que se possa fazer é trabalhar em ação mas com coisas que toquem, como perdão, paz, gratidão, amor, que se fale disso, mas que se fale disso com verdadeiro conteúdo que esses potenciais têm, e não uma fórmula para vender pasta de dente ou para deixar a pessoa mais nervosa ainda, numa guerra emocional. Estou aqui à disposição para contribuir com vocês, ofereço também a Casa Totalidade, que é onde eu desenvolvo todo o trabalho aqui em São Paulo; se vocês quiserem fazer alguma reunião lá, quero deixar à disposição para o grupo.

SR. CARLOS IMEDIATO - Obrigado. Queria fazer só um gancho na fala da Elisa, que o trabalho da Hanna Arendt, que é uma grande cientista política, tem uma ênfase forte nessa questão do perdão, inclusive dizendo que enquanto os judeus não perdoassem esse tipo de história não acabaria; dizer simplesmente que refazer através de outras experiências dolorosas aquilo que já foi sofrido antes, como se não se liberasse nunca dessa memória. E nem por isso o trabalho dela deixou de ter forte audiência acadêmica. Ela influenciou grandes líderes brasileiros, embaixadores, etc., que foram alunos dela, como Celso Lafer e outros.

SRA. CIDA MEDEIROS - Sou jornalista. Na realidade eu estava fora do Brasil nos últimos meses, e foi com grande prazer que aceitei o convite para ser uma colaboradora da Rosa Alegria. Estou então aqui como colaboradora, e muito feliz de poder estar participando desse evento. Temos que tirar o chapéu e trabalhar juntos, e vermos o que podemos criar em cima disso. (Fala fora do microfone)

SR. CARLOS IMEDIATO - Poderíamos, só fazendo alguma coisa em conjunto para estruturar o material que foi gerando, andei pensando em alguns pontos para estruturar, mas obviamente esses pontos iniciais são às vezes apertados para as diferentes contribuições, e nós podemos reestruturar essas apresentações de diferentes formas. Acho que à medida em que cada um ouviu o outro, talvez comece a se formar alguns pontos de consenso, algumas ênfases em torno da questão da ação, nos tornar sedutores. Hoje de manhã estava participando de um encontro interessante na área de educação, discutindo isso, como nós somos passivos diante da mídia.

Aqui, hoje, a questão está aposta de uma forma mais vigorosa, como poderíamos estar criando formas sedutoras, como é que nós produzimos, e retomaria o que eu estava querendo colocar inicialmente para o grupo já em termos de ordenamento do trabalho, que é uma questão mesmo de posicionamento, mesmo antes de ser uma questão dos conteúdos. Porque esse movimento mesmo, e muitos que temos participado, quase sempre parte do suposto de que a sociedade civil, os educadores, produtores culturais, têm que chegar nos meios de comunicação e pedir, solicitar, insinuar, pressionar, fazer contatos, como que se o poder nosso conhecêssemos e legitimássemos se estivesse lá, e nós fôssemos alguém simplesmente que demandássemos algum favor ou alguma oportunidade. Parece-me que esse tipo de colocação, independentemente de considerarmos que há realmente uma simetria muito grande de quem tem controle de grandes redes de comunicação e nós, como cidadãos individuais, quer dizer, a proporção de poder é muito distinta, em termos de estratégia, qual é a estratégia que poderíamos estar desenvolvendo, que necessariamente não fosse a de que já parte do suposto de que as mudanças vão acontecer se conseguirmos que eles mudem eles, a programação ou a forma de usar o seu poder.

Queria deixar essa questão de posicionamento, quer dizer, como lidamos com o poder e como a gente se potencializa enquanto grupos que querem ações efetivas na sociedade. Acho que pela própria fala há uma condução aí, o próprio

conceito de poder precisa ser revisto, e de como nós consideramos as coisas que são efetivamente poderosas e como é que alienamos ou não o nosso poder nas mãos dos outros. E do ponto de vista prático, ou pragmático, também há uma constatação de que se os poderosos quisessem uma mídia da paz já estariam fazendo, porque eles têm todos os instrumentos na mão. Então o que cabe a nós que estamos tecendo conexões, tecendo formas etc., estar fazendo inclusive em relação a esses que têm o poder e que muitos deles têm aberturas, têm movimentos de consciência, e a lembrança que aqui foi feita também, que poderia ter outro “link”, já na primeira fala do Ken; que todas as pessoas que atuam nessas instituições certamente passaram por escolas, certamente estão lendo literatura, certamente estão expostos a determinadas produções na área cultural e educacional, que nos deixa o “link” muito claro, qual é o papel da educação na formação das pessoas ou no diálogo com aqueles que têm posições de responsabilidade na sociedade, tanto poder, influenciar tantas pessoas, chama obviamente, na contrapartida, uma responsabilidade muito grande. Vou então deixar essa questão de posicionamento.

Os outros três pontos que eu havia pensado, não sei como a gente lida com eles, fica pelo menos como subsídio, pensando numa pequena estrutura de trabalhar o conceito de paz; primeiro queria relembrar uma colocação que a Prof. Terezinha Fran fez antes de conversarmos, que também acho importante para registrarmos no relatório, que são esses movimentos que já andam acontecendo no mundo, ênfase na paz como um direito humano. É também uma questão, talvez, de posicionamento estratégico, quer dizer, não estar discutindo a paz como uma coisa em separado de direitos que são fundamentais da humanidade. Poderíamos estar dizendo inclusive que são pré-requisitos para a própria vida, para a convivência social. Então temos, de certa forma, uma certa pré-história dos relacionamentos humanos, porque estamos lutando ainda para pré-condições, onde as pessoas têm um mínimo de “link” de confiança, de possibilidade de estar trabalhando e reconhecendo a sua natureza compartilhada, quer dizer, a paz seria um

fundamento. Pareceu-nos interessante essa idéia e esses movimentos que andam desenvolvendo no mundo, de colocar a paz como um direito humano fundamental.

Os outros três pontos que eu havia anotado, alguns já têm interconexão com o que foi posto, mas partindo dessa idéia de que a paz implicaria numa articulação de poder e amor, ou de poder e um conhecimento amoroso, vamos dizer, para nós educadores. Necessariamente ter um bom coração não garante que vamos construir estruturas harmônicas, justas, etc. Precisamos nos apropriar do poder e precisamos articular esse poder, essa efetividade, essa presença no mundo, com a qualidade que conecta, que harmoniza; e o conhecimento amoroso, diferente, quer dizer, talvez muito do seminário lá do México já tenha apontado essas questões, que há uma ciência que nos separa, há uma ciência que parte do suposto já de uma separatividade de sujeito objeto, do todo e da parte, coisas do tipo que são, vamos dizer, numa discussão acadêmica, profundamente lincadas com a nossa questão de fundo. Quer dizer, há um conhecimento, há uma ciência, há uma produção cultural, um desenvolvimento educacional que ajuda a lincar poder e amor, e outros não, que nos leva a separar, a distinguir, a excluir, que foram palavras usadas aqui. Então qual seria esse desafio de uma educação ou de uma produção cultural, que conseguisse esse tipo de harmonização, de conseguir trabalhar com poder e o conhecimento amoroso em conjunto, quer dizer, é um grande desafio.

A questão do poder nos dá, acho, esse tipo de gancho, que como o homem, através da ciência desenvolveu a capacidade do conhecimento do átomo, coisas do tipo, de criar capacidade de destruir toda a terra, de acabar com toda a história natural e humana; a mídia também hoje é um desses poderes que o homem vem desenvolvendo junto com formas tecnológicas, etc.

A capacidade que a mídia tem de criar estados mentais, ambientes, situações, influenciar a vida, o que foi apontado aqui também, acho que a Marlene tocou nesse ponto, quer dizer, é muito poder. Então para simplesmente referenciar a esse modelinho simples, simples na formulação mas um grande desafio, totalmente difícil de ser implementado, como é que lidaríamos com essa questão do

poder da mídia. E aí eu havia até dado como título “O Fascínio da Mídia e a Educação”, porque me parece que há um desafio muito próprio no caso da mídia e de todos os instrumentos que trabalham no nível da mente humana, que não é simplesmente dizer: bem, tenho uma bomba aqui, vou explodir essa bomba”, e aí muda toda essa história. Ainda é muito material diante da questão da mídia. A questão da mídia e da produção cultural, etc., ela está atuando no núcleo, ou em estruturas, no funcionamento da mente humana, coletiva e individual. E a questão do fascínio, à medida em que estamos cada vez mais num mundo de forte comunicação, vamos dizer que é um mundo de grandes comunicações, as nossas relações dizem respeito e a nossa vida cotidiana está fortemente tocada por instrumentos de comunicação, as pessoas também, quase que poderíamos dizer que tem alguns acessos a canais de informação que são parte da nossa cidadania. Acho que essa formulação não pareceria estranha, dizer que tem um acesso à Internet ou coisa semelhante é um direito básico de qualquer estudante, de qualquer pessoa, em termos da sua presença enquanto cidadão no mundo.

Acho que não estamos aí, mas a coisa caminha - que não seja Internet -, nós precisamos ter canais, direito e acesso a esses tipos de canais, para que consigamos conversar, nos comunicarmos. E o fato desses canais estarem disponíveis ou não faz diferença hoje significativamente em termos da nossa participação no mundo, como faz diferença o acesso que temos à televisão, ao que seja. Essa questão também me parece interessante.

O fascínio tem a ver, foi lembrado inclusive pelo Deputado aqui, a questão desse jovem que quer estar na fita: eu vou para a frente de uma tela e metralho como metralham no cinema. Então não só a força que isso tem em termos de imprimir imagens, como hoje, no imaginário coletivo, esse é um componente fundamental.

Eu estava vendo aquele grupo Bate Latas num encontro de mídia que teve há pouco tempo, nesse fim de semana, uma coisa que me emociona, vou ver se consigo falar sem me emocionar, eles dizendo que gente é feita para brilhar e não

para morrer de fome, que é uma frase do Caetano Veloso, impressa num CD. E ali as crianças estavam assumindo isso, quer dizer, o seu papel de quem brilha, de quem participa, de quem protagoniza, que é uma palavra que está meio em moda nesses movimentos de juventude.

Então essa presença no mundo que é fortemente da comunicação, como eu estou presente nele, e como eu estando excluído disso, ou ausente disso, as dificuldades que surgem daí. E aí estou pensando isso em termos de desafio para a educação, porque não sei se as nossas estruturas educacionais, processos educacionais estão preparados para lidar com essas questões, que são questões da imaginação do afeto, do mundo mágico, da fantasia. A hora em que eu incorporo aquele papel dançando ali, que é normal na vida de um menino que quer ser ou modelo, ou cantar, ou participar de um grupo, ter alguma presença que vai ser parte da sua identidade num mundo de comunicação, a hora em que estou nisso, obviamente não é simplesmente um punhado de informações da matemática, do português, etc., que está em jogo. Então essas dimensões do imaginário, da fantasia, também dos afetos, das significações, do mundo simbólico, acho que a educação está muito pouco preparada para lidar com isso em termos das suas estruturas formais. Como nós educadores, ou ouvidos com produção cultural, estaríamos lidando com esse tipo de coisa. Vai dizer, não, o fascínio é uma coisa lá da mídia, é aquela magia que faz com que as pessoas se comportem assim ou assim, mas isso não diz respeito a nós.

Acho que seria ainda decretar uma falência mais rápida ainda para os nossos processos educacionais, se disséssemos, bem, essas coisas que são vitais nós não vamos lidar com elas. Alguns já disseram que estão tendo experiência trabalhando com a questão da televisão nas escolas, etc., etc., mas eu puxaria isso um pouquinho mais fundo. Não é questão simplesmente do código do consumidor, mas uma questão de como essa magia, a força, o fascínio, esse tipo de poder que atua na mente das pessoas é lidado por nós educadores. Estamos preparados para isso, instrumentos nós temos, e qual é o nosso papel? Será que precisamos ajudar as

pessoas chegarem a ter contato com o corpo, com a realidade, com os seus sentimentos, conseguir elaborar isso de forma que eu possa estar vendo o filme, etc., e necessariamente não entrar na fita desse jeito? Tem agora uns adesivos nos carros dizendo: “Estou na fita”, que é uma expressão que todo mundo usa, como “estou nessa”, quer dizer, esse de eu “estar nessa”, será que posso estar de uma forma saudável e ao mesmo tempo potente, criativa? Então, esse tipo de questão.

O segundo eixo, eu tinha pensado em torno da questão da mídia como educador. É diferente, quer dizer, uma setinha vem de cá, a mídia está aí, e nós como educadores como elaboramos isso, que instrumentos nós temos e como nos posicionamos, e que tipo de educação é essa que é capaz de dar conta desse fascínio, dessa magia, dessa potência. Nós temos um conhecimento amoroso, potente o suficiente para usar esse poder e fazer disso criação, invento, paz, harmonia, o que seja que estamos querendo desenvolver no mundo, ou não, do ponto de vista dos instrumentos e do mundo prático não estamos preparados para isso. Temos ótimos desejos de valores humanos, e sabemos dessa potência que está aí, só que não estamos sabendo como fazer uma coisa casar com a outra. Esse outro tema da mídia e como educador já é a setinha indo de outro jeito; não somos nós como educadores recebendo a mídia e elaborando, mas existe uma esfera educativa que a mídia exerce independente de ser a esfera dos instrumentos das instituições educacionais.

A mídia informa, a mídia forma, a mídia passa conteúdos, etc., independente dos processos educacionais elaborarem ou não. Então ela tem uma influência de educador; e uma pesquisa, não sei dizer exatamente a fonte, mas guardei bem os números, que foi feito com jovens, inclusive com agência de publicidade, da onde é que vocês têm as informações fundamentais que vocês usam. A mídia entrava com 32%, a escola só com 8%, e aí entravam grupos de jovens, família, igrejas, uma série de outras instituições que eram fontes de informação, no mínimo de informação, não estamos dizendo qual é a força disso, podem ser forças diferenciais, o que tem na família, tal, mas a maior parcela era a mídia que provia, e

não era a escola, acho então esse um dado importante para educadores, nem exatamente produção cultural como tal, não é quantas vezes eu vou ao teatro que me informa a maior parte das coisas que sei na minha vida; então essa questão que já foi tocada aqui também, como se forma o comunicador.

Então assumir essa responsabilidade, inclusive da possibilidade desse diálogo mais contínuo, que faz com que alguns comunicadores achem que essa é uma verdade, de que só vende aquilo que for um grande drama, um grande problema.

Acho que já poderíamos colocar no mínimo interrogação e começar a conversar. Será que é isso mesmo, e poder pegar dados. Há alguma demonstração, que é a programação da TV Cultura, por exemplo, é ineficiente, não vende; há uma série de canais hoje que estão sendo vistos via TV a cabo, que não são realmente sensacionalistas e que vendem. Será que ainda é um pequeno nicho? Acho que podemos começar a discutir isso na linha de o comunicador, a mídia, como educador.

O terceiro eixo, inclusive a Rosa tinha também já deixado algumas coisas bem concretas em relação à nossa “72 Horas”, que estamos aqui como parte de uma caminhada. Então o que poderíamos estar focando em termos de educadores e produtores de cultura, alguns são artistas e trabalham nessas áreas, ou mesmo enquanto proposta para a sociedade como atividades, ações voltadas para o “72 Horas”. Com isso eu lincaria na questão do posicionamento, que foi a primeira observação. Temos acesso a determinadas redes, lidamos com determinadas redes, uns publicam livros, outros criam, outros trabalham na Internet, outros têm redes, outros dão aula, quer dizer, qual é a nossa força. Vão dizer, bom, não é igual a das grandes redes. Provavelmente não seja, mas aonde está a nossa força, quais são os canais, o que podemos estar efetivamente fazendo, e se os movimentos de consciência funcionam de uma forma não linear, mas quântica, talvez possamos dizer: bem, a questão talvez não seja a de termos que esperar tantas décadas, etc., para o efeito estar lá.

Parece que a consciência funciona por outros mecanismos. Então aonde é que nos potencializariamos no sentido de estar fazendo ações, ações práticas, assumindo a parcela de poder que temos, que só de estar na frente de um grupo de alunos dando aula já é muita responsabilidade. Esse seria o terceiro eixo que poderíamos estar lincando com essas questões de que tipo de mídia pensamos para o próximo milênio, mas pensamos em termos de talvez estar examinando também que tipo de mídias estão crescendo, que tipo de mídia estamos tendo acesso a ela e podemos estar usando, que tipo de mídia inclusive às vezes nem damos conta dela mas que são potentes.

Quando se fala mídia pensamos em televisão, na Rede Globo e no Roberto Marinho, então a gente afunila muito rápido; talvez pudéssemos dizer, bom, tem uma série de outras mídias e outros canais, e o que está acontecendo no mundo tem outras articulações de dinâmicas e com janelas de possibilidades. Então quando é que nós, de uma forma criativa, estrategicamente bem posicionados podemos estar trabalhando isso, e estar também sugerindo, como está nesse diálogo com as grandes cadeias, etc., influenciando nas mudanças que estariam acontecendo talvez por essas outras ondas - não é como criamos campos que possam ser potentes e possam atingir muitas pessoas, e muitas dessas pessoas que já estão na mídia aí, que já atuam, que são artistas, comunicadores, etc., também estão em movimentos de consciência, também estão buscando coisas. Então como lincamos, como potencializamos coisas que estão acontecendo aí e que se ficarmos afunilados nesse modelito de lá influenciar para botar uma imagem, um vídeo ou tirar um ou outro que seja da programação, já talvez perca possibilidades muito ricas. E a outra observação da Rosa, o que podemos fazer cada um pessoalmente para o “72 Horas de Não Violência”. Fica aí como estímulo para pensarmos um pouquinho o que deveríamos estar apresentando na plenária daqui a pouco.

SR. KEN ODONO - Não sei se todos sabem, mas o ano 2000 foi declarado pela ONU como o ano da cultura para a paz. Já que a mídia trabalha com ganchos, é interessante, porque eu sei do processo como chegou isso, porque a Brema Cumares faz parte, é filiada com a ONU, 86 foi o Ano Internacional da Paz. A cultura para a paz abre bastante espaço. Eu estava lembrando isso ouvindo o que os outros estavam dizendo, e chegando desse Fórum no México, onde um dos participantes é dono de um jornal na Bolívia, um dos maiores jornais, ele disse estar preocupado com o efeito disso, ele decidiu, durante um tempo, deixar de noticiar coisas violentas, e as vendas caíram 50%. Ele teve então uma idéia de que deveria cultivar algo diferente. Não deixar de noticiar coisas, mas noticiar de uma forma diferente, especialmente através de uma linha editorial, procurando ver as lições, comparando as coisas que estão acontecendo com coisas que aconteceram, não apenas dar a notícia exageradamente, mas cultivar uma atitude baseada na aprendizagem, quando então as vendas subiram 20%. Percebeu ele que não é uma questão de deixar de noticiar, porque é notícia, aconteceu alguma bomba, explodiu uma guerra, uma pessoa matou não sei quantos, mas noticiar de que forma, e deliberadamente, através da linha editorial, porque ele era o dono, ele conseguiu agregar frases incentivando as pessoas a olhar atos de violência de uma forma diferente, e as vendas subiram.

Então cultura para a paz é um negócio muito interessante, que abre o campo, que nós temos que criar a cultura que ajuda a paz. É um grande gancho; o Ano Internacional da Paz é o ano que vem, declarado pela assembléia geral da ONU.

SR. TADEU DE PIETRO - Sou ator e consultor de comunicação, e sou coordenador de comunicação e cultura do Instituto de Políticas Públicas F. Fernandes. Acho que em pinceladas gerais, para não me alongar, uma vez que eu também infelizmente não pude chegar mais cedo, mas é o seguinte, parece-me que a comunicação, num tempo onde Deus é mídia, temos que imaginar ter projetos específicos para lincar a questão da comunicação com a questão da cultura e com a

questão da educação. Há necessidade não só de contemplarmos os meios de comunicação ortodoxos que temos, são as chamadas redes via concessão pública, seja de rádio, seja de televisão, porque elas são o poder efetivo que cria um processo cultural neste País, porque infelizmente a educação e a cultura são permeadas por esse contexto, mas há necessidade da sociedade começar a desenvolver projetos de ocupação de projetos de mídia. Logicamente as TV's comunitárias representam ainda muito pouco de um processo não só de produção, mas também de audiência.

Acho que há necessidade da sociedade se organizar e, de alguma forma, não apenas contemplar a necessidade de mais canais comunitários que atendam as comunidades com menos habitantes do que São Paulo, por exemplo, muitas até com 100, 150 mil habitantes, para que essas redes concessionárias públicas tenham o dever de implementar TV's comunitárias para que a própria comunidade gere e discuta a sua programação.

Ao mesmo tempo para casos como esse que estamos falando com relação à violência, e toda a violência que gera esse contexto em que nos encontramos, há necessidade de se encontrar outros espaços que não esses institucionalizados, mas que a própria comunidade, ainda de uma forma caótica, ainda que de uma forma não organizada, disponibiliza, ou seja, temos as rádios comunitárias, que eu acho que a sociedade deve lutar pela prevaência da existência das rádios comunitárias, coisa que as próprias redes de rádio e televisão lutam contra, considerando as piratas, não, é um direito da comunidade, das fragmentações da nossa sociedade ter a sua identidade reproduzida através de processo de comunicação que atenda essa demanda, ou seja, a identidade e a cidadania estão ligadas à capacidade das pessoas se expressarem; assim também as emissoras independentes de vídeo e assim as possibilidades também, através das manifestações culturais todas, que possamos lincar nesse processo, através de um projeto de comunicação que abarque a educação, as manifestações de comunicação específica, seja rádio ou seja televisão, e também as manifestações

culturais tais como música, teatro, não só aquelas que são institucionalizadas pelo mercado, mas também aquelas que são produzidas pela própria comunidade.

Na própria cidade de São Paulo, como em outras cidades, existem grupos teatrais, existem grupos de música, grupos de dança, há uma necessidade de nos comunicarmos em primeiras instâncias com essas manifestações culturais da própria comunidade, assim como das rádios e televisões livres, etc., dos meios de comunicação, jornais de bairro, jornais de categoria, de classe, etc., para podermos ter uma ação coordenada, uma ação objetiva da sociedade frente a esses problemas e, principalmente, lincando a todas as áreas, de saúde, de educação, de habitação, e principalmente cultura, uma ação objetiva e estruturada de comunicação, ou a comunidade se comunica entre si e se identifica, percebemos quem somos enquanto cidadãos, ou vamos perder a nossa identidade nesse mundo globalizado, onde cada viés, cada particularidade não é contemplada. Somos todos uma pequena parte de um grande nada. Obrigado.

SR. PAULO - Sobre essa questão que foi abordada, sobre como a educação pode estar contribuindo na mídia, acho que poderíamos estar vendo até o contrário, como a mídia pode contribuir com a educação, até porque quem está supostamente coordenando a mídia, teoricamente, são pessoas educadas. Sabemos que está tudo minado, tanto a educação como todo segmento da sociedade, mas essa questão de como não divulgar a violência se a violência está aí.

A questão da violência é algo muito mais profundo, não é só divulgar um crime que aconteceu na televisão; às vezes quando a televisão estimula a compra de um determinado produto, e a criança quer que a mãe compre, e a mãe responde com violência, também é uma violência. Então essa questão é muito profunda, de como a mídia contribuir na sociedade para reverter esse quadro e como a educação também vai contribuir.

A questão da educação é algo muito profundo, que já vimos que não está funcionando. A educação também precisa ser reformulada, o método educacional.

Por exemplo, quando tínhamos a censura, que se proibia mulheres nuas na televisão em todo tipo de programação, nós condenávamos a censura; hoje, que não tem nada censurado, estamos vivendo o resultado da liberação. Será que não é o momento onde possamos ter tipo um órgão medidor de como essa mídia está afetando a cultura e a educação, a exemplo de um instituto de defesa do telespectador, onde possam ter pessoas conscientes, que possam estar acompanhando a interferência da mídia nesse processo? Acho que poderíamos estar efetivamente contribuindo para que a mídia possa melhorar a educação e possa melhorar também a cultura.

SRA. ELISA - (Fala sem microfone) Não violência não é nada, não existe. Agora, a paz é, e a cultura para a paz, ainda mais agora que é o Ano Internacional na ONU. A cultura para a paz é algo muito mais efetivo do que um trabalho da não violência, até porque estamos reforçando a palavra violência.

SR. CIRO COSTA - Existem alguns fatores que precisamos pesar bem. Foi pronunciada aqui uma frase a respeito do fascínio da mídia na educação, como tudo é polar, podemos trabalhar com jogo dos inversos, dos opostos, então fascínio de se educar e a mídia, que eu acho seria uma coisa assim que dá um outro enfoque. Nós observamos, por exemplo, os japoneses, depois da segunda guerra, começaram a trabalhar, sabemos que muita coisa foi extraída de outros conhecimentos, então o japonês, com toda paciência, com toda a sua capacidade de observação, vai e transforma, e fica sendo praticamente o segundo na tecnologia. O que significa isso? Significa a transmutação. E isso acontece depois no tropicalismo, com Caetano Veloso .

SR. CARLOS IMEDIATO - Por favor, só um minutinho. Estou precisando de ajuda. Estamos com dez minutos para fechar um relatório, então gostaria que

fossem não só breves mas nos ajudar aqui enquanto grupo a fechar alguns pontos: isso aqui é resultado da nossa conversa, devemos apresentar. Está O.K.?

SR. CIRO COSTA - Então com relação à questão do tropicalismo, o Caetano pegou todo conhecimento externo, trouxe para o Brasil e aproveitou com a nossa linguagem. Como ele falou da televisão comunitária, então na realidade o que ele está divulgando? Um novo enfoque, porque para a televisão é preciso trabalhar com a emoção das pessoas, e quando falamos em cultura e educação, estamos trabalhando com o intelecto, e a massa parou um pouco de pensar, e o imediatismo é muito grave, porque ele não deixa as pessoas pensarem. Precisaríamos então ter um enfoque, e dinâmico, nesse trabalho com a mídia. Aproveitar, sim, a mídia, mas transmutar os valores da própria mídia. Seria isso.

SR. CARLOS IMEDIATO - Esse registro da questão de trabalhar com a emoção e a educação como ela estaria aparelhada ou não, parece-me ser uma questão base para focarmos, para estarmos trabalhando. Contribuições?

SR. PAULO - Um instituto de defesa do telespectador acho que pode ser alguma coisa interessante termos uma mobilização, um estudo sobre essa questão e aprofundar com reais educadores, com pessoas comprometidas com a verdadeira cultura, porque também há muita deturpação o que significa cultura, e como agir. E também como montar tipo uma rede onde possam estar todos os veículos comprometidos como tem, por exemplo, a Hora do Brasil, onde possamos ter um momento em que a mídia se conecte com essa realidade.

Vemos o exemplo da TV Cultura, que tem uma programação comprometida com a cultura e também de certa forma com a paz, e ela é deficiente financeiramente. Então se alguma outra televisão quiser utilizar dos recursos, porque as pessoas hoje cobram muito a sobrevivência, e se não houver uma contribuição de todos, pode haver inclusive essa cobrança de como eu ter o meu

negócio associado à paz e ter um resultado financeiro agradável, até porque aqueles que estão envolvidos também com violência estão com dificuldade financeira. Acho então que poderíamos estar fazendo uma reflexão nesse sentido, como efetivamente pode ser um negócio da paz.

SRA. ELISA - Há muitas coisas que dão certo no mundo, que são boas, que são feitas pela paz. E essas pessoas não têm a preocupação de divulgar os seus trabalhos. Acho que contar experiências que acontecem, que todo mundo deve conhecer, muitas, pode ser um dos canais de comunicação disso. Agora, acho importantíssimo o que foi falado em relação a arte e aos grupos de dança, de teatro, etc., até para esses grupos produzirem arte também ligadas à cultura da paz. Como aquele símbolo do Herich, seria ligar os dois hemisférios do cérebro, o direito e o esquerdo, a intuição e a ciência, para atingir um nível superior, a espiritualidade.

SRA. ROSA - Só para acrescentar ao que o Paulo apresenta como sugestão, é muito boa a proposta, sugiro que em vez de criarmos um instituto de defesa do telespectador, criarmos um órgão, um conselho formado de representantes da sociedade civil que estejam observando o teor educativo da programação. Acho que isso poderia estar dentro dessa proposta de educação e cultura também, estar focalizando a legítima responsabilidade da mídia, ou seja, ter um órgão, um conselho de observadores, como tem o Conar, o Conselho de Auto-Regulamentação. Seria um conselho de observação, enfim, a verbalização, não tem hoje a palavra correta, mas seria um conselho de pessoas que estejam observando o teor educativo da programação da TV.

Existe um estudo do Iranude sobre o crime que é propagado na TV, esse estudo conclui que existe uma grande distorsão entre a violência que é propagada na mídia e a realidade. Então esse tempero carregado que se coloca em alguns modelos de violência, passa a ser uma realidade e isso passa a gerar pânico na sociedade. É uma situação de emergência total.

Acho que está na hora de se criar, sim, esse órgão, esse conselho de pessoas observadoras, ter um código, ter uma regulamentação. Sugiro que este grupo aqui, enquanto um grupo voltado à educação e cultura, proponha que esse conselho esteja observando o teor educativo do que é divulgado. Acho que seria uma idéia concreta, para que possamos sugerir.

SR. TADEU DE PIETRO - Só gostaria de complementar essa idéia no seguinte sentido, que as emissoras de rádio e televisão são concessionárias de um serviço público de rádio difusão ou de teledifusão. Não podemos nos esquecer que a nossa discussão tem que ser em nível Federal, porque essas concessões, enquanto serviço público, têm obrigação, por contrato, a prestar serviço público, dentre elas cultura e informação. E reparamos que não existe nenhuma regulamentação. Que fique claro, gostaria que se registrasse, que não se pensa de forma alguma em cerceamento e censura, mas apenas acompanhamento através de conselhos formados por expoentes da sociedade para que pudéssemos acompanhar se essas concessões estão sendo efetivamente utilizadas no conteúdo para as quais foram entregues à sociedade civil.

SRA. CIDA - Só para completar, acho que é necessário que todos esses organismos, institutos de pesquisa, passem a divulgar com bastante veemência, de forma bastante ampla, todos esses estudos que são desenvolvidos tanto pelo Iranude quanto com relação, até existe o grupo TV, não temos hoje aqui nenhum representante, mas deve estar em outro painel, que todos esses estudos que fundamentem essa discussão possam ser divulgados, para que isso realmente crie uma base de discussão, porque existem indícios concretos de que tudo o que é gerado na mídia gera um comportamento na sociedade, mas isso tem que ser baseado em estudos, em dados científicos.

SRA. MARLENE - Gostaria de fazer uma observação que é quanto à formação do profissional de comunicação. Existe a cadeira de ética, existem algumas cadeiras relacionadas à formação mais filosófica desse profissional, mas eu acho que isso precisa ser revisto. Por exemplo, o que os jornalistas fizeram com a Escola de Base, até hoje não foi discutido satisfatoriamente nas faculdades; eu fiz pós-graduação, atuei em várias universidades, não vi esse tipo de discussão que está sendo colocada de uma forma mais profunda. Acho que também tem que ser pensado de que forma esse profissional está sendo formado e incluir essas questões relacionadas à paz, relacionadas a tudo isso que está sendo discutido aqui, na própria formação mesmo, no currículo, não sei que nome técnico teria isso, vocês como educadores saberiam melhor do que eu, mas para que esse profissional que saísse das universidades tivesse clareza, tivesse acesso a essas pesquisas, soubesse efetivamente qual é o impacto que um produto de informação que ele vai produzir, vai gerar efetivamente na população; ele ter consciência do papel, da responsabilidade dele mais profunda do que hoje acontece nas universidades.

A contribuição que poderíamos ainda ter seria de estar, talvez um consenso do grupo, essa questão de uma cultura mesmo da paz, talvez estivéssemos pensando o que fazer para passar da intenção ao gesto, que acho ser a coisa mais difícil conseguir concretizar as intenções. Passar da intenção ao gesto é a coisa mais difícil no nosso cotidiano. Nós todos aqui estamos empenhados em realmente mudar essa cultura da violência, a cultura da violência enquanto uma cultura de divulgação da violência.

Acho que as posições que o Carlos colocou poderiam ser elencadas mesmo, quer dizer, a questão do fascínio da mídia e a mídia como educador, esses pontos que você levantou, a questão desse poder que a mídia exerce sobre as pessoas eu acho que só de estarmos tendo a oportunidade de refletir e parar para pensar sobre isso já é um avanço para cada um de nós e para quantos representamos aqui, o

quanto de divulgação pode dar um tipo de discussão como essa, mesmo que ela seja num espaço de tempo muito curto.

As idéias que surgiram e que precisam elencadas e depois, é uma palavra que está gasta demais mas precisam ser postas em ação, protagonizadas mesmo.

Essa reflexão sobre o fascínio da mídia é super importante de ser posto mesmo. Isso tem que ser desmistificado, tem que ser mais trabalhado. E as contribuições de todos sobre a questão da cultura da paz, acho que são essenciais para se estar pensando na formação não só da juventude, mas do adulto que está aí. É do adulto, como disse o professor, como dissemos nós, do adulto que está diante daquele jovem, ele precisa, tem o dever e o direito de estar refletindo sobre essas coisas. Nem sempre isso é possibilitado.

SR. CARLOS IMEDIATO - Queria só checar alguns pontos aqui, que me parecem ter consenso pelo menos em torno dos tópicos, que aí vai depender de como vamos depois alinhar. Mas a questão da cultura da paz em oposição à cultura da violência, não em oposição mas como estratégia de produção, e aí, ligado a isso, toda questão da divulgação da violência, do se alimentar, de se produzir coisas da violência como supostos, que isso inclusive o estudo do Ilanude mostra que os coloridos não correspondem tanto à dinâmica da própria sociedade, mas a um foco na violência, e essa crença de que para vender ou para ter audiência você tem que apresentar produtos que tragam violência. Esse é um tema.

Outro tema é a formação do profissional de comunicação, que foi levantado aqui mais vezes; outro é esse da participação da sociedade civil através de algum órgão, ou o que seja, na questão do observatório, do observar o conteúdo educacional da produção, ter-se algum mecanismo para poder expressar o que a sociedade está achando; talvez o formato não seja um mecanismo, mas ter redes ou conexões etc., mas que teria esse canal da observação contínua sobre o ângulo do teor educativo que é essa atuação da mídia. A própria formação do educador, que está preparado ou não para lidar com essas questões da mídia, esse ponto do

fascínio ou outros que sejam, do lidar com as emoções, do trazer as outras dimensões da experiência humana para o processo educacional, que incluiria a mídia como instrumento da sua expressão no mundo da sua atuação, mas uma educação que não considera os componentes de que a mídia usa, o movimento, a magia, o corpo, a música, a dança, a arte, etc., quer dizer, aparelharia muito pouco as pessoas para estarem usando e exercendo essa dimensão da sua cidadania.

Ainda outra observação do próprio movimento “72 Horas”, para a paz é um catalizador de um processo, quer dizer, muitas ações poderiam estar surgindo a partir daqui, sendo desmembradas, recriadas, divulgadas, que poderiam estar articuladas inclusive com essa questão do observador com os outros momentos; então que o movimento do “72 Horas” não é simplesmente três dias nós diminuirmos a quantidade de violência na nossa própria vida e tentar ajudar que diminua no em torno, mas o que estaria catalizando com esse processo, que obviamente tem uma série de desdobramentos, da violência contra a natureza, violência contra os sentimentos, etc. É um catalizador.

SRA. MARLENE - E que fala sobre o Encontro de Haia para a paz. São 1.400 instituições que já aderiram a esse movimento para a paz. São mais de 50 organizações que formam o comitê, etc. Uma sugestão que eles dão é que esse movimento, esse início de um trabalho, leve cada país, cada organização e tudo isso, e cada comunidade, a preparar a sua agenda para o século 21 da cultura da paz, como diz aqui, uma cultura para paz em substituição à cultura da violência.

Está escrito aqui neste jornal que justamente falou da preparação do Encontro de Haia sobre a paz.

SR. CARLOS IMEDIATO - É interessante que o próprio fato do Encontro de Haia era um encontro que estava formatado para duas mil pessoas. Daí a pouco eles viram que iria ter três mil, então ampliou. Quando aconteceu tinha nove mil pessoas. Dá para sentir que tem mais coisa acontecendo por aí do que temos

notícia, e se entramos na mesma reverberação podemos estar trabalhando junto, sendo ajudado e ajudando um movimento de consciência planetária que implica numa mudança muito profunda, na própria malha psíquica humana, etc. do planeta, que inclui a terra, obviamente.

SR. PAULO - Não podemos esquecer o gancho da questão do ano 2000, ano da cultura para a paz, de repente se poderia ter inclusive algumas inserções na televisão, nessa mídia eletrônica de modo geral, onde representantes da cultura, onde representantes da educação, a exemplo de crianças, fizessem apelo para a questão da cultura para a paz através da mídia.

SR. CARLOS IMEDIATO - É, pode ter até um evento, atividades, etc. nesse fim de ano, algo assim.

SR. PAULO - E durante o ano 2000.

SR. CARLOS IMEDIATO - Esse “link” da Terezinha, fazer uma agenda que pode ter não só eventos como ação concreta de cada um na sua escola.

SRA. ... - (Fala sem microfone) – Podemos levar para o plenário da Assembléia essa legitimação pela sociedade nos canais comunitários. Por aí podemos começar a montar agenda, as várias comunidades participando e usando esses canais.

SRA. MARLENE - Dentro dessa rede de informações, está acontecendo no Paraná um programa só para jovens, do dia 19 até amanhã, chamado “Venha ser cidadão”; é um programa que reúne jovens do Brasil inteiro, onde discutem as questões da cidadania, da paz nas escolas, da ecologia, e é um evento que

acontece no Paraná já no segundo ano, é um espaço chamado universidade do professor, aonde ocorre esse tipo de evento. É uma coisa muito harmônica, muito bonita. Parece que o ano passado reuniu mais de dois mil estudantes, e este ano também por volta disso. São coisas que estão acontecendo no Brasil inteiro em torno dessa questão da paz, que precisaríamos ir elencando para estarmos sabendo mesmo quantas coisas estão acontecendo.

SR. CARLOS IMEDIATO - Quero agradecer a participação de todos. Por favor, nome e telefone para continuidade do contato, via Internet; muitas pessoas estão perguntando inclusive a respeito da continuidade, estamos dando telefone, E-Mail, essas coisas, e tem um site no Zipnet/Mídia da Paz que foi aberto para este evento aqui mas acho que vai continuar. Poderíamos já fazer disso também um canal mais contínuo nosso de comunicação, que aí está aberto para o mundo. Gostaria que todos pudessem estar lá no plenário agora às oito horas e 15 minutos; a Rosa tem aqui o manifesto que poderia ser levado para ser distribuído, e também assinatura das entidades que estão encaminhando esse manifesto para os órgãos de imprensa, autoridades, etc. Muito obrigado, continuamos juntos.

17.12.1999

- César Callegari – Deputado e coordenador do grupo temático Educação
- Reinaldo Bicudo – Presidente da AFUSE
- Volmer – Professor e representante do diretor da UDEMO
- Palmiro Menucci – Presidente do CPP
- Maria Alice Setúbal – Professora, coordenadora do Cempec
- Euler Bahia – Representante da APASE
- Loretana – Professora
- Roberto – Membro do grupo temático
- Pedro – Membro do grupo temático
- José Carlos Manzano – Professor e representante do SENAI
- Maria Antonia de Oliveira Vedodato – Conselheira do Fórum da área de Educação
- Marcos Cardoso Gomes
- Zildo – Psicólogo, representante de sindicato

SR. CÉSAR CALLEGARI - Bom dia a todos, iniciando mais uma reunião do nosso grupo temático queremos registrar as presenças do Sr. Reinado Bicudo, Presidente da AFUSE, Professor Volmer, que representa o Sr. diretor da UDEMO, Professor Palmiro Menucci, do CPP, Professora Loretana, Sr. Roberto e Sr. Pedro da nossa equipe. Esta é a segunda reunião do Grupo Temático Educação do Fórum Parlamentar do Século 21.

Na primeira reunião não tivemos a presença de um número muito expressivo de conselheiros da área da educação, mas chegamos a especular quais são as possibilidades de trabalho para o objetivo do Fórum, que é apresentar tendências, diagnósticos, enfim perspectivas da educação no Brasil, mas particularmente com referência no Estado de São Paulo, para os próximos tempos. Chegamos a definir que esta Comissão, através dos seus trabalhos, poderá oferecer para a Assembléia Legislativa e para a sociedade, uma projeção a respeito de indicadores e de perspectivas da educação de São Paulo para os próximos 10 anos. Fizemos essa consideração diante de algumas iniciativas que estão sendo tomadas pelo Estado de São Paulo, no âmbito do Conselho de Educação, no âmbito das entidades educacionais e da própria Assembléia Legislativa que passaram novamente a considerar a possibilidade de oferecer algumas diretrizes para a educação de São Paulo, a partir da elaboração de uma lei complementar do Plano Estadual de Educação. Digo lei complementar porque este Plano Estadual de Educação está previsto na Constituição do Estado de 1989, que completou agora 10 anos, e nunca uma iniciativa que deve vir do Poder Executivo de elaboração de um Plano Estadual de Educação. Temos sentido que a preocupação de elaborar um plano estadual de educação passa a ser mais clara neste momento, em primeiro lugar porque nestes últimos 10 anos, houve um zigue-zague extremamente notável em relação às políticas educacionais no Estado de São Paulo. Há um sentimento, claro que com suas variantes, que esse zigue-zague tem significado, muitas vezes, uma tradução mais clara de descontinuidade de políticas educacionais, com prejuízos para a área de educação.

O outro ponto é que fica cada vez mais clara a necessidade, particularmente para nós do Poder Legislativo, de colaborar com a idéia da construção de um pacto em relação à questão educacional do Estado de São Paulo. É a espécie de um compromisso básico em termos de metas e de esforços sociais relacionados ao campo da educação, sobretudo em relação à educação pública.

Assim sendo, conforme interpretação que faço da reunião passada, sentimos a necessidade de apresentarmos uma proposta, principalmente tendo em vista os esforços da sociedade de São Paulo em relação à educação referente a metas que pudéssemos construir, ou pelo menos indicar para os próximos 10 anos. Chegamos a pensar também que deveríamos trazer ou buscar algumas informações a respeito de indicadores educacionais. Isso foi feito através do Seade. Esta fundação recebeu alguns questionamentos da nossa parte e se prontificou, dentro dos limites que ela dispõe no momento, colher e nos apresentar informações educacionais sobre o Estado de São Paulo. Não é possível ao Seade fazer tudo o que nós venhamos a precisar neste momento. Entretanto, a partir do mês de fevereiro ou de março, o Seade se propõe basicamente, segundo a informação trazida oficialmente para este Fórum, a produzir um relatório integrado por três capítulos. No primeiro capítulo os dados serão municipais referentes ao ano de 1991, censo demográfico M=996, contagem populacional, ambos do IBGE. No segundo, as estatísticas serão provenientes de pesquisa de condições de vida, PCV de 1994 e 1998, da Fundação Seade, referente ao total do Estado de São Paulo e/ou região metropolitana, interior e aglomerados urbanos da pesquisa de condições de vida. No último capítulo, os dados ora referidos de 91 e 96, ora 94 e 98 estarão reportados ao total do Estado, região metropolitana e o interior, cobrindo a série histórica de mais de 10 anos, com estatísticas da Secretaria Estadual de Educação.

Quanto à população que não frequenta a escola, o que o Seade pretende oferecer são indicadores gerais quanto ao analfabetismo, ou seja, analfabetos na população de 7 a 24 anos, por faixa etária e também quanto a criança e jovens fora da escola por faixa etária, caracterização da população de 7 a 24 anos que não

freqüente a escola, análise das tendências observadas quanto ao analfabetismo, crianças e jovens fora da escola, jovens com menos de 8 anos de escolaridade, e escolaridade média de crianças e jovens no Estado de São Paulo, evolução das matrículas no sistema de ensino em São Paulo e evolução das despesas do sistema estadual de ensino. Essas são as informações que o Seade já tem, isto é, ele não está colhendo novas informações, mas está organizando e pretende entregar, provavelmente, até o final de janeiro para todos nós aqui.

Temos conversado com alguns pares que compõem o conselho do nosso grupo e, além do trabalho que poderemos organizar em torno dos dados do Seade, de outras coletas e dos assuntos que vamos debater hoje, há também a idéia de realizarmos, provavelmente no final do mês de abril ou no começo do mês de maio, um seminário, inclusive com dimensões internacionais, se for o caso, sobre a questão da educação. Se for assim decidido, esse seminário será realizado no âmbito do Fórum São Paulo século 21, mas patrocinado, em termos da sua arquitetura, por todas as entidades, pesquisadores e educadores aqui representados.

Essas são as informações que tenho e a minha sugestão é de conversarmos um pouco sobre essas idéias, sempre lembrando que temos uma limitação muito grande, primeiro da participação de cada uma das pessoas aqui, porque todos têm uma série de outras ocupações. Não temos condições, em termos de atividade desta Comissão, de fazer um grande e detalhado diagnóstico, bem como uma especulação criativa a respeito da educação aqui em São Paulo. Não dá para fazermos isso, porque temos limitações. Mas podemos fazer uma boa provocação a respeito de idéias, daquilo que pode ser o esforço da sociedade de São Paulo nos próximos anos em matéria educacional.

SR. REINALDO PASCHOA BICUDO - Bom dia a todos, parece-me que, na última reunião, tínhamos mais conselheiros do que hoje. Ficamos de mandar alguma correspondência através de e-mails, como também que manteríamos um

contato. Mas acredito que não conseguimos avançar nisso ainda. Gostaria de colocar a seguinte discussão para os conselheiros. Está sendo discutido na Câmara Federal o Plano Nacional da Educação. Não pode o Plano Estadual da Educação estar descolado do Plano Nacional da Educação-PNE, que é da sociedade civil. Não sugeri isso na última reunião, porque porque tinha entendido que, por ser a primeira reunião, era apenas uma apresentação. Só que hoje temos que começar e os conselheiros devem estar com o Plano Nacional da Educação nas mãos, temos que subsidiar, temos que ver o que dá para ser adaptado, qual é a realidade de São Paulo, qual é a nossa necessidade, o que se pode aproveitar do Plano Nacional porque vai se tornar uma lei e está sendo debatido na Câmara Federal. Precisamos, no mínimo, já ter todos esses dados, porque já existe um substitutivo. O que foi apresentado pela sociedade é um plano e o relator está apresentando um outro. Temos também que contrapor, se não poderemos ficar presos ao que for colocado no Plano Nacional. Já que estamos num Fórum onde temos conselheiros, podemos inclusive subsidiar uma posição paulista no sentido de ter forças em algumas emendas ou em algumas posições a favor ou contrárias ao Plano Nacional da Educação. Já poderíamos começar a discutir um pouco isso, mas talvez não vamos conseguir avançar, por conta do número reduzido de conselheiros. Temos aqui, no máximo, seis conselheiros titulares. Existem propostas do Fórum de defesa das escolas públicas, que está trabalhando em Brasília. Não sei se tem alguém aqui representando esse Fórum de defesa das escolas públicas, apesar de que todas as entidades que estão nesta Comissão fazem parte desse Fórum. Seria importante ativarmos alguns parceiros, porque nesse Fórum existem muitas ONGS, vários parceiros que não estão representados nesta comissão e, que no momento de fazer os seminários, não poderão ser escolhidos. É preciso lembrar que existe um Fórum de defesa da escola pública. Teríamos que tirar uma série de orientações, bem como de grupos, como tinha proposto na última reunião. Duas ou três pessoas, uma para trabalhar na parte administrativa, como vai trabalhar a comissão, a outra com vai trabalhar a parte

educativa, a parte pedagógica, para que possamos, depois, fazer um trabalho e quem sabe, aí sim, terminar com um grande seminário que está sendo proposto.

SR. PALMIRO MENUCCI - Deputado César Callegari, meus colegas de entidades, meus colegas aqui presentes, estou sentado aqui do lado direito e não é bem esta a minha posição. Não jogo do lado direito. Quero dizer que me congratulo com esta Casa pela iniciativa do Fórum São Paulo século 21. Tive um problema de saúde e não pude comparecer na primeira reunião.

Compareço a esta reunião como presidente da entidade para trazer a presença solidária do CPP. Desejo, porém, dizer, desde logo, que entendemos ser fundamental este momento para real solução do problema educacional de São Paulo e do Brasil. Subitamente os governantes perceberam que o ano 2000 chegou e que tudo continuava como antes. Em alguns casos até piorou. Se há 25 anos bastava dizer nas solenidades escolares que o Brasil do ano 2000 estava sentado nos bancos escolares, enquanto se continuava sonhando que sem nada mais fazer o país seria uma grande nação, quando chegasse o fim do século a crua realidade da atualidade mostra que nada mudou e precisamos ainda de muito para que as desigualdades sociais diminuam, a concentração de renda deixe de ser uma chaga social e o bem estar da população cresça. Pelo menos, já é consenso geral que esses problemas somente terão solução com a educação do povo. Mas esse mesmo consenso fez com que os governantes não tendo a solução real, agissem como sempre fizeram ao longo dos anos, na ilusão de que medidas legislativas e administrativas tudo resolveriam. Puseram mãos à obra, começaram a trabalhar. No plano federal, uma nova lei de diretrizes e bases de educação nacional, no plano estadual, novo plano de carreira, municipalização do ensino e até, pasmem, nova denominação para as escolas, os professores passaram a ter novos nomes, não é mais professora, é TEB, o inspetor escolar agora é supervisor. Eles mudaram os nomes e melhorou muito com as mudanças dos nomes nas escolas e dos integrantes da escola.

Continuaram exigindo do professor, mas sem lhe dar nenhuma contrapartida, nenhum amparo efetivo, como se meras medidas legais e burocráticas tivessem o condão de solucionar os grandes problemas educacionais do país, não por falta de empenho, não por falta de interesse, não por falta de preparo profissional e intelectual, mas sim porque as tremendas dificuldades com que o mestre se depara no seu cotidiano, não tendo sequer condições para atender os seus compromissos, torna-o permanentemente com problemas de ordem econômica. Faltam-lhe as condições para se integrar com a totalidade da sua capacidade ao seu nobre mister. Evidentemente, as medidas governamentais de nada adiantaram. O ano 2000 está aí e a educação continua de mal a pior. Por quê? Porque o problema que primeiro precisa ser resolvido é a questão salarial do professor. A partir do momento que o professor tiver um salário condigno, que ele seja recompensado com justiça por seu trabalho educacional, então sim, pode o governo e a sociedade exigir do mesmo. Tenho a certeza de que ele retribuirá com fartura e a partir daí, certamente, haverá um surto de progresso na educação. Em breve anos, realmente atingiríamos o nível educacional que o nosso povo merece e que impulsionará o Brasil para seu lugar correto no concerto das nações.

O CPP, uma entidade com 120 mil associados e 78 sedes regionais, traz a sua palavra. Queremos colaborar, tenham a certeza disso, e vamos colaborar. Esta é a palavra do CPP, mas continuaremos ajudando, não tomamos conhecimento do que seria feito. Vamos tomar conhecimento hoje, vamos reunir a nossa diretoria e o Deputado César Callegari pode contar conosco todas as horas. Muito obrigado a todos os presentes aqui, muito obrigado Sr. Deputado.

SR.CÉSAR CALLEGARI - Nós que agradecemos, professor Palmiro e ao CPP que muito tem feito. Passo a palavra à Professora Maria Alice Setúbal, que dirige o Cempec.

MARIA ALICE SÉTUBAL - Gostaria apenas de reforçar um pouco tanto as palavras do Deputado César, como do Reinaldo, no seguinte sentido. Todos temos uma agenda muito cheia e o tempo é muito curto, porque até maio do ano que vem não dá para se propor grandes tarefas. Em relação às colocações do Reinaldo, concordo plenamente que não podemos ignorar a existência do Plano Nacional de Educação. A nossa análise tem que partir desse plano com todos os problemas, defeitos ou não. Enfim, houve uma discussão na Câmara Federal, com várias audiências para as quais foram chamadas pessoas que representam diferentes segmentos da sociedade, existe uma proposta do relator e isso vai ser votado. Sem dúvida, parece-me que o estudo do Seade é fundamental porque nos dá uma base de qual é a situação do Estado. Sem dúvida me parece que os trabalhos poderiam estar se encaminhando para uma análise da relação do Plano Nacional de Educação e os dados do Seade e o que este grupo temático pode estar propondo enquanto diretriz,. Aí uma pergunta. O Executivo é quem manda este Plano Estadual de Educação para a Assembléia? Não é alguma coisa fora do âmbito do Executivo. Este Fórum não pode recomendar ou puxar na direção de se articular um Plano Estadual de Educação?

SR. CÉSAR CALLEGARI - Pela Constituição do Estado, Maria Alice, a remessa do projeto de lei complementar para o Plano Estadual de Educação tem que vir do Poder Executivo. Temos históricos aqui em São Paulo de alguns projetos de lei complementar que deveriam ser de origem do Executivo e que acabaram sendo provocados por uma mobilização de fora do Executivo. Talvez a liturgia acabe sendo essa. Mas podemos perfeitamente recomendar, provocar para que isso se apresse. Acho que pode ser um dos objetivos desta Comissão.

Quero registrar a presença do Professor Euler Bahia, representando a APASE.

Passo a palavra ao Professor Volmer, que representa a UDEMO.

SR. VOLMER - Bom dia a todos, quero justificar a ausência na primeira reunião do titular da UDEMO, que é o Roberto, porque acho que houve desinformações e acabamos inclusive não agendando. Hoje tudo bem, recebemos inclusive o convite, mas ele já estava no Interior fazendo reuniões e eu vim substituí-lo. Claro que levarei todas as decisões e principalmente o encaminhamento inicial feito pelo Deputado César Callegari que realmente condiz com o que a gente pensa.

Em relação ao que o Reinaldo colocou, referendado pela professora, realmente acho que precisamos discutir a questão do Plano não só a visão do Executivo nacional, como também da visão popular, inclusive porque chegamos a apoiar a visão popular. Nós também passamos um abaixo-assinado feito por outras entidades do magistério nas escolas para apoiar essa visão popular, mas com um adendo que não concordávamos. Na visão popular está lá a questão da gestão democrática, confundido a gestão democrática com eleição para diretor de escola que a UDEMO, de forma alguma concorda, porque a própria Constituição fala que a contratação é através de duas situações: cargo efetivo ou cargo em comissão. Não é isso que vai deixar a escola democrática. Do jeito que está hoje ela pode ser também democrática e muito, como aliás temos no levantamento realizado pela UDEMO, no mínimo, em torno de 300 escolas como ilha de excelência, escolas públicas do Estado de São Paulo. Gostaríamos que todas fossem ilhas de excelência.

Também quero retomar um pouco sobre a ótica do Presidente do CPP. O Palmiro tem razão. Se não tivermos uma visão de mudança estrutural da escola pública, ela não nunca mais vai voltar a ser aquela “ ele estudava em escola do governo”. A questão é estrutural é a mesma. Chamamos de plano de descarreira, o plano de carreira que fizeram para nós. É a única categoria no Estado de São Paulo que isso acontece. A pessoa entra no magistério, tem uma carreira a cumprir e de repente, se ela passa num concurso para diretor de escola ou para supervisor, se está no nível 4, volta para o nível 1. É um verdadeiro absurdo o que foi feito. Isso foi aprovado por esta Casa, porque todas as emendas que colocamos em conjunto

com as entidades, simplesmente não passaram. Tem que ser um plano de carreira que vise dar oportunidade, valorização ao magistério. Estou no nível 4 vou para o nível 1. São coisas desse tipo que realmente temos encontrado. O mais importante, o foco principal é o aluno. Temos que ter uma mudança estrutural. Haja vista, a situação agora nos jornais de mães pedindo para reprovarem os filhos. Se confunde uma progressão continuada com promoção automática. Chega-se ao cúmulo de não se respeitar mesmo uma LDB. Lá está dizendo 75% de frequência na totalidade. A Secretaria da Educação acabou de passar para a rede que, mesmo quem não atingiu 75% tem que cumprir. O diretor, o professor, o funcionário, essa gente tem que ser preparada, capacitada, tem que ter essa visão para o novo milênio, bem chão, chão, terra, terra, no sentido de que o aluno tenha efetiva oportunidade de competir no mercado.

Tudo bem que o ENEM tenha vindo, provocando algumas coisas. Mas quem da escola pública participa do ENEM? Geralmente a nata da escola pública também. Se um aluno do noturno fizer o ENEM, vamos ficar estarecidos com a situação que está a escola neste país. A questão estrutural que passa pela formação do docente, que passa na nossa ótica pela formação de um funcionário, porque não achamos que é a mesma coisa um funcionário que presta concurso para ser oficial de escola, para ser inspetor de aluno, para ser servente. Ser servente de uma Secretaria da Agricultura é diferente de ser servente de uma escola. Já não concordamos com a palavra servente. Houve uma época que ele se chamava auxiliar de serviço. Aí está certo porque ele não está lá para servir ninguém. Ele é um auxiliar de manutenção de limpeza. Todos têm que colaborar, inclusive o aluno. É ele que tem que entender que se ficou sujo é porque alguém sujou.

Creio que num primeiro passo, Deputado César, não haveria a necessidade de uma visão tão ampla de um seminário talvez até internacional, mas de um seminário que fosse feito realmente em São Paulo com a presença da Secretaria da Educação para, definitivamente, ouvir os anseios. Pedimos para todos os

deputados, políticos, para todas as pessoas da cidade: Passem uma hora dentro de uma escola. Escolham uma escola qualquer, qualquer horário, vai lá e fala: Posso ficar uma hora aqui para olhar o que é uma escola pública hoje? Aquele número enorme de pessoas carentes e precisando.

Tivemos aqui o último exemplo na AE Carvalho, um terreno de 180 mil metros quadrados, do IPESP, portanto do funcionário público, porque foi comprado com o dinheiro dele, onde o governador queria construir um cadeião. A sociedade se mobilizou, inclusive os associados nossos foram lá pedir faixa e apoio monetário para poder ajudá-los, conseguiram convencer o Sr. governador que não queriam um cadeião ali. Mas se o terreno fosse comprado pelo Estado, e ali fosse construído uma universidade do povo, eles não só apoiariam, como ajudariam a construir. Damos a mão-de-obra se for o caso. Isso foi proposto por eles. Eles têm 65 mil jovens que não têm o que fazer, não têm a mínima perspectiva naquela região da Zona Leste. Sabemos que a comunidade quer sim, mas é preciso mudar os parâmetros, é preciso muito nessa linha que foi proposto aqui, que o Plano Nacional da Educação seja cumprido, porque o plano decenal nosso não foi cumprido. E quantos planos temos por aí que não foram cumpridos? Nessa linha de infraestrutura e estrutura que reforçamos o que foi falado aqui pelo Professor Palmiro.

SR.CÉSAR CALLEGARI Já tinha anunciado a presença da Professora Maria Antônia Vedovato, que representa a APASE.

Com a palavra o Sr. José Carlos Manzano.

SR. JOSÉ CARLOS MANZANO - Bom dia a todos, não estou representando, mas gostaria de justificar a ausência do Professor Nacim Walter Chieco que está adoentado. Também o Professor José Mário Pires Azanha me pediu para que justificasse sua ausência porque ele tinha um compromisso já assumido anteriormente com uma banca na Universidade de São Paulo, mas ele

disse que está à disposição e que vai participar e isto é que é importante para o próprio fórum.

Acho que as questões centrais já foram colocadas. Na verdade, só queria reforçar algumas coisas. Recentemente, houve uma discussão na Universidade de São Paulo, o Deputado César Callegari participou, exatamente sobre a questão de Plano Nacional e Estadual de Educação. O Professor Azanha tem uma posição muito interessante e singular para questão do plano. Seria de grande contribuição a sua presença neste fórum. Em essência é o seguinte. Ele considera que a questão do plano fixado em lei tem sempre um problema a enfrentar porque pode se tornar uma camisa de força, se ele for muito detalhado. Eventualmente, impedir até alguns avanços. Ele considera que o ideal seria que qualquer plano nesse nível, mesmo que fixado em lei, se preocupasse com questão de ordem geral, com fixação de metas, de caráter bastante amplo, que possam ser exequíveis e cumpridas.

Por ocasião do debate que acabou produzindo o envio à Câmara dos Deputados, pelo Executivo, do Plano Nacional de Educação que entrou posteriormente ao da sociedade civil, do Deputado Ivan Valente, o Conselho Estadual fez uma sugestão na ocasião para o Conselho Nacional de Educação, com algumas idéias que poderiam ser ou não assumidas pelo Executivo ao enviar o projeto. Este documento é muito importante. Seria interessante que tivéssemos acesso a ele, posso até me comprometer a trazê-lo na próxima reunião, porque os relatores são os conselheiros do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, incluindo dois membros deste fórum, Professor Jorge Nagle, que na época estava no Conselho e o Professor José Mário Azanha. É um documento sugestivo que o Executivo acabou não incorporando algumas sugestões. Mas o fato do Conselho Estadual já ter tido uma mobilização em torno de um tema e que considero criativa, interessante e até singular em algumas coisas. A proposta é resgatar um pouco o compromisso republicano com a questão educativa. Por falta de uma expressão mais forte, achei muito curiosa esta opção do Conselho na ocasião, a contribuição foi do Professor Jorge Nagle, o compromisso é republicano porque as expressões

vão ficando meio vazias. Fala-se em democracia, você tem que explicar o que é. Compromisso republicano me parece uma idéia boa no sentido de que a república tinha ideais que, ao longo dos anos, foram aos poucos sendo vilipendiados.

Uma outra questão importante que queria colocar, como representante do SENAI, no Fórum, que o sistema FIESP está extremamente empenhado em participar das atividades em todas as áreas. Temos tido reuniões, inclusive na FIESP para discutir um pouco algumas linhas de ações e o seu atual Presidente está dando um grande apoio e acha que é importante a presença do empresário nas discussões dos temas propostos, não só de educação. Particularmente, posso me comprometer a acompanhar a sugestão feita inicialmente pelo Reinaldo, em relação ao grupo de trabalho. Na área de educação profissional temos tido nos últimos anos uma participação direta, porque no SENAI assessoro o Professor Nacim, que é do Conselho Estadual, o ex-Diretor Regional do SENAI, que era do Conselho Regional de Educação e o SENAI de São Paulo teve uma participação direta nessas discussões todas feitas nos últimos quatro anos sobre educação profissional. Temos subsídios que podem contribuir com os debates.

SRA. MARIA ANTONIA DE OLIVEIRA VEDODATO - Bom dia a todos, peço desculpas pelo atraso, mas temos uma série de compromissos que, de repente para não enlouquecer, vamos fazendo devagarinho cada um.

Neste momento que estamos iniciando uma conversa sobre educação no século 21, gostaria de me apoiar um pouco nas palavras da Professora Viggiani Bicudo, na última reunião. Estamos vivendo momentos que a educação não é mais coisa só da escola. A educação tem que ser coisa da sociedade. A escola tem algo a aprender com a sociedade e a sociedade tem muito o que fazer dentro da escola. O nosso trabalho aqui e acredito que seja o pensamento da APASE também, porque foi este o slogan de Natal, é que a educação possa promover o encontro dos homens, que não seja alguma coisa que seja para preparar para o mercado, que não seja algo para preparar para o consumo, mas que seja algo para preparar o

homem para o encontro dos homens e entre os homens. Este nosso trabalho deve ser no sentido de estarmos colocando para este início do século 21, a escola como ponto de referência para o encontro dos homens. É muito pequeno se pensarmos nessa escola somente para promover a preparação do homem para o mundo do trabalho, para o mundo do mercado, para o mundo do consumo. Estamos vivendo tempos muitos difíceis e de desencontros onde o que a gente vê mesmo vingar neste momento é a violência, o desencontro e o caos entre os homens. Poderíamos transformar este nosso momento de reflexão de educação para o século 21 em alguma coisa que homens, sociedade e escola se encontrem para a construção de um mundo que queremos ver vingar. Esta escola que temos aí, institucionalmente colocada, tem que ser um ponto de convivência dessa comunidade para encontrar caminhos que levem o homem a paz e a felicidade que falamos tantos nos nossos discursos. Na realidade, ainda estamos vivendo o leviatã de roupas.

SR. MARCOS CARDOSO GOMES - Bom dia a todos, queria justificar a minha ausência na primeira reunião, porque estava na Índia numa reunião de educação. O motivo da minha estada no Sul da Índia é que há uma experiência em educação muito curiosa, propiciada por um guru, que teve início a partir de 68, 69. Ela começou com uma escola primária e, atualmente é universidade com pós-graduação e está se espalhando. Não posso me demorar estendendo em detalhes aqui no momento. Mas chama a atenção a primeira coisa o seguinte. Os colegas todos colocaram elementos que vejo ali e de uma forma muito otimista, um dado fundamental. As escolas ali funcionam com pouco dinheiro. Uma das idéias que me ocorria é a seguinte. A reforma da educação passa pelo dinheiro, mas ela passa pela alteração de objetivos. Portanto, a sua fala, em particular, acho excelente essa idéia de que a escola não se volta à criação de pessoas voltadas para o mercado, mas para a sociedade. Curiosamente, uma das atenções a que se chama lá é o tripé: aluno, professor, pais. Sem esse tripé a coisa não funciona. É

muito salutar essa idéia de que a sociedade deve estar envolvida, como também a questão do salário e da carreira do professor. Uma coisa que sempre pensei na minha vida é que antigamente a escola estadual passava por uma série de concursos. Os professores concursados tremiam com esses concursos, mas depois de passado eles estavam muito satisfeitos. E eram muito respeitados. Vejo o concurso, por exemplo, e depois poderemos discutir nos pormenores deles, como uma maneira de repreparar o professor, ao mesmo tempo que dá uma carreira. Não acho que o concurso seja uma solução. Apenas estou dando um exemplo. A escola deve ser pensada como uma proposição que o senhor colocou, ou seja, fazer deste seminário um conjunto de proposições gerais e não muito particulares para não amarrar demais. Este é um dado. Esses objetivos de pensar numa escola voltada à sociedade, uma escola cujo objetivo não seja o que se viu até hoje, acho fundamental. Obrigado.

SR. EULER PEREIRA BAHIA - Bom dia a todos, na realidade essa colocações pelo menos as que pude perceber, desde o momento que cheguei, são extremamente positivas. Militamos na área da educação, estamos todos preocupados com que tipo de produto final teremos como resultado de nossas ações educativas. Neste sentido, não podemos deixar de conceber a educação como um processo que se inicia na infância, no nascimento no berço e que vai pela trajetória da vida até o final da nossa existência. Temos, às vezes, focalizado o problema da educação, muito centrada exclusivamente na escola. Achamos que à escola cabe o papel de receber um elemento, não importa de que forma veio, e que na escola esse indivíduo seja processado e saia como produto final, algo quem sabe o que se espera desse indivíduo lá fora. A escola sabe, o governo sabe, a sociedade sabe, que estamos realizando um projeto que está dando um resultado interessante. Estamos realizando um projeto que evidentemente tem uma base filosófica, porque todo projeto pedagógico, toda escola tem que ter uma certa base filosófica em cima do que a gente constrói a nossa axiologia e a partir daí fixamos

as metas onde queremos chegar. A nossa experiência tem sido o seguinte. Além da escola para os filhos, temos que fazer uma escola para os pais. É isso que estamos realizando. Temos tido uma experiência extraordinária em encontros semanais, às vezes quinzenais, aonde os nossos professores discutem com os pais o projeto pedagógico da instituição, e aonde queremos chegar juntos. A escola vai fazer esta parte e a família vai fazer essa outra parte. Se não estivermos harmonizados em termos de finalidade, em termos de objetivos, provavelmente vamos ficar cobrando da escola a vida inteira, aquilo que a escola não pode dar. Esta é a questão. Os resultados já nos permitem configurar uma constatação de que esta é uma experiência que está valendo a pena. Discutimos com as famílias principalmente questões ligadas à formações de valores, à questão de hábitos. Se a escola quer formar bons indivíduos, precisa de uma interação com a família. Mais do que isso, não é apenas um encontro teórico onde o pai vai para a escola para aprender. Estamos realizando também experiências de encontros de famílias, professores e os filhos. Por exemplo, passamos um domingo juntos, participando de atividades recreativas, sociais e através dessa interação o aluno percebe que ele não é produto de uma ação educativa em casa, através de uma metodologia e de uma proposta e, na escola, através de outra proposta, outra metodologia, outro caminho. Acreditamos que o resultado dessa experiência já é uma alternativa e que podemos propor como algo que pudesse ser vivenciado por outras instituições.

A senhora colocou muito bem que temos que preparar o indivíduo para a sociedade, temos que preparar o homem para viver com o homem. É isso mesmo. Esta vivência pressupõe uma coexistência harmônica dentro do processo educativo. É onde o indivíduo vê modelos de convivência e através desta percepção desses modelos de convivência ele vai entender que isso para ele é importante não só para a sua formação, mas para dar seguimento a isso a partir do momento que ele independe da família. Ficam aqui algumas das sugestões com experiências que temos desenvolvido. Creio que poderíamos falar muito sobre os temas, a proposta, o que tem sido feito, a metodologia utilizada. Mas em linhas gerais, acredito que

num fórum como este não teremos condições e nem tempo para fazer uma discussão com toda profundidade que se requer da realidade ou definir aqui que tipo de educação a sociedade deseja. Mas de alguma forma poderemos refletir algumas das aspirações por percepção. Acredito que poderíamos formular neste Fórum algumas propostas concretas de ações educativas. De nossa parte nos colocamos inteiramente à disposição no sentido de contribuir, colaborar. Em outras palavras, temos dito com muita frequência na escola que educação é um ato de doar-se, doar até doar. Realmente é isto que precisamos fazer. Na medida que entendemos a educação dessa maneira, a escola entender isso, o aluno perceber isso, a família perceber isso, algo de diferente começará a acontecer, com certeza. Obrigado.

SR. CÉSAR CALLEGARI - Nem todos têm essa informação, mas o Professor Euler dirige o sistema adventista, é a famosa escola adventista que já é um sistema e evidentemente um exemplo de sucesso em matéria educacional e que conheço bem e que é uma contribuição bastante importante. Passo essas informações porque me perguntaram quem era o Dr. Euler.

SR. ZILDO - Bom dia a todos, sou psicólogo e represento o sindicato. Mas trabalho como educador na Prefeitura do Município de Guarulhos. Sou chefe de uma seção técnica que coordena uma equipe de 12 profissionais, que trabalham com a rede do Estado, porque trabalhamos com adolescentes. Então é meio complicado porque no município eles não atendem adolescentes diretamente na rede. Eles trabalham com educação de início, educação infantil e fundamental. Não vim na primeira reunião, porque não sabia. Na verdade o sindicato ficou sabendo só desta segunda reunião, cheguei atrasado, me desculpem, não conheço as pessoas, não ouvi todas as falas, mas do que ouvi reflete em mim a seguinte questão. Não é atoa que educação esteja do jeito que está. Ela atende alguns propósitos políticos, e econômicos, pelo menos não consigo ser ingênuo nesse sentido, e não podemos esquecer disso. As coisas não são naturais. Elas não

estão da forma que estão porque simplesmente elas foram assim. Acredito que estamos chegando numa situação tal que realmente temos que pensar de uma maneira séria. Não sei nem se vai dar tempo de fazer alguma coisa do jeito que as coisas estão. Até é possível ainda, se existir vontade política das pessoas. Não se trata só de questão financeira, mas estamos falando da educação que não está separada de uma sociedade como um todo, ela está junto, faz parte, responde alguns interesses econômicos até. Não podemos falar desta questão do dinheiro, separado disso. Acredito no seguinte. Realmente precisamos pensar de uma maneira séria com relação a isso, até com relação às crianças de ensino infantil e fundamental. Acredito realmente no que o senhor disse de que a educação realmente começa desde o dia que a pessoa nasce e vai parar depois que ela morre. Aí não sei se depois continua. É até possível. Quem faz o início da educação são esses pais que fazem parte de um sistema de um país que os coloca em algumas situações e que impedem até de eles passarem esses valores. Essas crianças vão para essas escolas que estão com dificuldades de transmitirem esses valores. Temos que falar no sentido de que faz parte de um contexto muito amplo e que acredito que o resgate também passa por essa questão dos pais, dos professores. A gente não pode esquecer que eles também são pais. Estamos falando de coisas que parecem que são separadas, mas as coisas estão todas juntas e funcionam de uma maneira em rede. Ela tem consequências depois. A gente não pode esquecer quais são essas consequências? Qual o objetivo que temos de cidadãos, o que a gente quer com eles, aonde eles vão chegar e aonde nós vamos chegar com isso. Hoje estamos percebendo onde estamos chegando. Num índice muito grande de violência, que parece que é natural dos adolescentes, mas que não é verdade. Não é natural que os adolescentes sejam violentos ou agressivos. Isso foi construído. Acredito que passa por essa questão de resgate de valores, de uma vontade política. Não podemos esquecer que a educação passa uma visão do mundo. E que visão de mundo esses educadores, a escola estão passando para essas pessoas.

Temos um projeto piloto em Guarulhos, com 12 escolas do Estado, onde entramos com orientação profissional e sexual diretamente com os alunos. Achemos que dentro da escola isso ia ter um interesse muito grande. No início até teve interesse, mas depois eles realmente não participaram. Então, começamos a discutir com os professores. Com os professores está dando algum resultado. Os alunos estão podendo ter um espaço onde podem se manifestar, falar sobre as situações que estão passando. O que estamos percebendo é que as pessoas estão sem espaço de pertencer. Elas não estão se sentindo pertencendo aos lugares onde elas estão. Desta forma, aí começa a situação de agressão. Eu não faço parte disso, então por que não vou destruir. Aí começa uma destruição de todos os lados. Acredito que hoje precisamos ter espaços onde as pessoas possam continuar pertencendo àquele espaço como agente de transformação disso para um lado positivo. Por exemplo, uma das falas dos professores com os quais conseguimos fazer algumas reuniões nos horários de HTPC era de que o 13º andar do Hospital do Servidor Público estava com professores com problemas mentais. Este é um dado muito sério, relevante. Por que será que isso acontece? É porque eles querem, é por que está difícil? Está difícil não só para o professor, está difícil para o aluno, está difícil para os pais. As pessoas não ficam com problemas mentais pura e simplesmente porque querem. Porque uma sociedade oprime, não dá condições. As pessoas chegam as vias da loucura. Precisamos pensar nessas questões também. A escola, de uma certa forma, representa de uma maneira menor, uma sociedade mais ampla. Ali passam as relações que estão em outras situações na sociedade. É preciso olhar para isso também. Chama-me atenção pensarmos numa coisa tão ampla, que é a questão da educação em São Paulo para o próximo século e tão poucas pessoas estarem podendo falar.

SR.CÉSAR CALLEGARI - Todas as pessoas aqui estão se manifestando.

SR. ZILDO - Sim, mas estou falando que no princípio da democracia essas pessoas poderiam ter representatividade de outras formas. Um pai, mãe, os próprios alunos que são pessoas que estão lá na própria situação. Pensamos na educação de uma maneira muito intelectualizada, às vezes muito distante. Não estamos lá com eles para ver realmente o que acontece. Acontecem coisas muito graves. Obrigado.

SR. CÉSAR CALLEGARI - Anotei aqui e quero também dizer que vamos passar, depois, o conteúdo desta reunião para todos os participantes.

O Reinaldo fez uma observação inicial e que depois, de uma certa maneira, foi observada pelos demais, a respeito até do comparecimento dos demais conselheiros nesta segunda reunião de trabalho. Sabemos que é um período ruim do ano, particularmente para todos militantes da área da educação, pois é um período de fechamento, mais complicado ainda do que o normal. Entretanto, até por decisão anterior, resolvemos fazer este encontro assim mesmo. Havia a hipótese em retomarmos em fevereiro. Mas por tudo que foi dito hoje, tenho a certeza de que foi extremamente útil, porque até para mim, a luz começa a ficar um pouco mais clara no sentido de como poderemos caminhar.

Gostaria apenas de dizer que passamos estes últimos dias na Assembléia Legislativa, alguns momentos que mostram um pouco qual é a natureza da participação da sociedade na busca de soluções concretas para a questão educacional. Tivemos neste último mês três momentos extremamente significativos. O primeiro deles foi a instalação da CPI da educação, que é uma atividade desta Assembléia Legislativa extremamente importante porque diz respeito a um tema central da questão educacional do nosso Estado, que é o financiamento da educação pública com importantíssimas consequências. Estamos falando no Estado de São Paulo a respeito dos critérios de financiamento do sistema educacional público que envolve alguma coisa em torno de 11 bilhões de reais ao ano, em matéria de educação. Quer dizer, considerando os investimentos públicos

na área do Estado e dos municípios e de todo aparato institucional e legal que rege esses investimentos. Sou o presidente dessa CPI e tivemos alguns lances importantes que já são de conhecimento de todos, entretanto, ainda essa CPI, que tem um prazo de duração e um objeto totalmente definido, não tem tido aparentemente o nível de participação e acompanhamento dos setores mais diretamente interessados como é absolutamente indispensável que aconteça. Uma CPI como essa, para tratar de um assunto como esse e que não é uma queda de braço com o governo, mas é tratado o assunto do financiamento da educação com toda clareza e objetivo, não apenas fazer uma anatomia, um diagnóstico do que está, mas uma perspectiva do que pode ser, percebemos problemas desse tipo. Quer dizer, de uma não presença de setores representativos da sociedade e mesmo até das entidades que representam setores educacionais da área pública.

O segundo ponto que gostaria de destacar é que nós acabamos de votar o Orçamento do Estado como um todo e dentro dele o orçamento para a educação para o ano 2000. Aqui no Estado de São Paulo, diferentemente do que acontece em alguns outros mais pobres Estados do Brasil, que são mais dependentes do governo federal, etc., o principal no que se refere à área educacional pública, que aí envolve toda a educação básica, primeiro e segundo graus, o sistema do ensino técnico e tecnológico público e as universidades, constatamos praticamente uma ausência da chamada pressão da sociedade em torno dessa questão, mesmo no ato final da votação do orçamento, como tem acontecido. E isto não é uma novidade. Houve uma rigorosa ausência de setores de pressão social a respeito da luta política, que nós aqui definimos. Concretamente, os deputados estaduais ao votarem o Orçamento poderiam estar votando maior ou menor esforço que a sociedade de São Paulo se propõe a fazer para o ano 2000 em matéria de educação. Não é só a questão dos dinheiro. Quando votamos o Orçamento, votamos também programas. Há uma possibilidade, mesmo que em tese, de uma influência a respeito de programas. Vamos reforçar mais ou menos uma área,

vamos procurar estimular determinados tipos de ação governamental ou não. Enfim, mais uma vez percebemos que não há essa presença.

O terceiro aspecto foi também a votação pela primeira vez, o exame das contas governamentais relativas ao ano passado, 1998. É a primeira vez, porque houve uma emenda constitucional votada no final do ano passado, que a Assembléia Legislativa só pode encerrar o seu ano legislativo depois de examinar as contas do governo relativas ao ano passado, portanto o ano de 1998. A nossa memória está muito fresca em relação a isso, o que foram as políticas públicas na área de educação de São Paulo e as suas conseqüências não apenas numéricas, em termos de gasto, mas em termos de resultado. Não deveríamos só examinar se o balanço, aquilo que foi orçado foi de fato, mas um balanço programático dos programas educacionais de São Paulo. Nada disso foi feito pelo Poder Legislativo de São Paulo e também pela sociedade. Quero apenas, ao recuperar esses acontecimentos recentes aqui do Poder Legislativo, dizer que talvez o grande desafio que possamos estar colaborando neste Fórum é exatamente o que foi colocado por várias pessoas aqui, de uma aproximação, do encontro da sociedade consigo mesma em matéria e objetivos na área educacional. Digo até como parlamentar que não é mais possível que os parlamentares, em qualquer âmbito, nas câmaras municipais, nas assembleias legislativas e no Congresso Nacional estejam, como estão hoje, desvinculados de lutas estratégicas o conjunto da população ou mesmo de parte dessa população, quer dizer, há uma ausência da sociedade no processo legislativo, que decide coisas extremamente significativas. Acho que se tem aí o propósito mais amplo do que talvez possamos perseguir.

Tentando fazer uma síntese, estabelecendo talvez uma idéia de programação, fica para mim claro que das propostas que vieram aqui poderíamos pensá-las em duas etapas: primeiro, acho que todos aqui concordam que teríamos que fazer de pronto um esforço de pensar e refletir em relação ao Estado de São Paulo aquilo que está sendo pensado no Congresso Nacional do “Plano Nacional da Educação”. Acho que isso é concreto. Mesmo pensando na próxima reunião, não

podemos especular a respeito dos próximos dez anos da educação em São Paulo sem levar em consideração o que está sendo projetado, discutido e tudo o mais em termos do “Plano Nacional da Educação”. Acho que devemos mesmo fazer isso, e talvez uma idéia que pudéssemos considerar e discutir agora e, quem sabe, colocar em prática, seria realizar no começo do mês de março uma sessão aqui na Assembléia Legislativa, para a qual pudéssemos inclusive trazer os protagonistas no âmbito Federal que estão participando nessa matéria, os relatores e tudo o mais, para fazer um encontro aqui na Assembléia Legislativa para discutirmos esse “Plano Nacional da Educação” e tomarmos, a partir disso, uma idéia um pouquinho mais clara e fazer, depois disso, os desdobramentos. Uma outra questão que foi colocada aqui diz respeito à anatomia necessária da questão educacional do Estado de São Paulo. Isso parece que precisa de fato ser feito; talvez pudéssemos programar para o final do mês de março, começo de abril, exatamente uma sessão que cotejando os dados que pudermos colher do SEDA e de outras fontes, pudéssemos realizar também aqui uma sessão - não me sai da idéia aquele quadro da lição de anatomia - fazermos mesmo um debate a respeito disso, é claro, com a presença não apenas das autoridades públicas aqui do Estado de São Paulo, no que se refere à Secretaria Estadual da Educação, às universidades, tem a presença absolutamente indispensável também dos municípios, que tem a área pública dos municípios, o que é muito importante. Acho que não podemos esquecer dos esforços da área não-governamental, que são extremamente significativos; temos a anatomia necessária em termos de aprendizado do que acontece nos sistemas, por exemplo, do SENAI, SENAC, SESI, SESC, das entidades como o Instituto Adventista e outras organizações; todos sabemos que na área do ensino superior no Estado de São Paulo o maior esforço vem das organizações não-governamentais e particulares. Das 700 mil matrículas anuais em curso superior no Estado de São Paulo, apenas 10% são de responsabilidade da área pública no nosso Estado, 70 mil matrículas no ensino público. Temos então que trazer isso. Temos que fazer um esforço de compreender bem o que está sendo feito, o que está acontecendo. Algumas idéias

que tínhamos a respeito de educação particular, particularmente no que se refere à questão do ensino superior, estão se transformando hoje, é evidente que estão se transformando. Há até indício de que estão melhorando os esforços na área particular, mas enfim, vejo que isso é o que poderíamos estar imaginando para o começo do mês de abril, exatamente essa anatomia do sistema de ensino, trazendo no Fórum essas preocupações do que acontece e, quem sabe, a partir da visão do “Plano Nacional de Educação”, o seu rebatimento para o Estado de São Paulo, e depois uma idéia de fazer essa anatomia poderíamos marchar exatamente para o mês de maio para um seminário prospectivo, maior, e tal, mas depois de vencidas essas etapas. Bem, é o que tentei apreender. Não sei se vocês pensam da mesma maneira.

SR. PALMIRO MENUCCI - É uma advertência, que você faz muito justa. Não é a falta de interesse, os professores têm interesse; talvez uma acomodação, muito serviço, numa época difícil para eles. Acho que os professores têm interesse nessa matéria, matéria de muito interesse para os professores e para a sociedade de uma maneira geral. Mas há uma recíproca também. No dia 15 de outubro, todos os anos a Assembléia dedicava o dia todo em homenagem aos professores, sendo que nesse dia 15 de outubro havia sempre alguma coisa a mais a ser dada aos professores, coisa que este ano passou despercebido e nada aconteceu aqui na Assembléia, os deputados nem lembraram disso também, houve uma recíproca.

SR. CÉSAR CALLEGARI - Palmiro, não preciso nominar, mas várias instituições têm acompanhado aqui todos esses trabalhos. Essa é uma preocupação que nós sentimos; nós todos até sabemos, no Congresso Nacional tem 511 deputados federais, são pouquíssimos os deputados dos mais diferentes partidos que têm relações e uma militância mais efetiva na área educacional. É mais comum encontrarmos representantes de “lobby” das universidades ou escolas particulares que se capacitam para ir representar politicamente as suas preocupações no

Congresso Nacional do que outros setores que são até mais amplos. Mas enfim, acho que esse é um problema que você tem toda razão; não é um problema das entidades, do setor, é do sistema de representação política dessa questão educacional e que nós temos que colaborar para que seja resolvido.

SR. PALMIRO MENUCCI - Até proponho que o dia 15 de outubro seja novamente um dia de homenagem aos professores e que nesse dia sempre haja alguma coisa que traga algum benefício para os professores, como sempre foi. É um apelo nosso.

SR. CÉSAR CALLEGARI - Está feito o registro.

SR. REINALDO PASCHOA BICUDO - Queria retomar; eu fiz mais uma proposta, questão de grupo de trabalho ou tentarmos trabalhar temas, alguma coisa que coloquemos assim: ensino fundamental, ensino médio, ensino profissionalizante, a questão da sociedade, a escola, quer dizer, independente do “Plano Nacional de Educação”, já termos parâmetros para podermos estar trabalhando, porque senão saímos daqui de novo, voltamos em fevereiro para começar analisar, vamos então buscar as parcerias, ver as ONG’s, ver o Fórum em defesa da escola pública, ver onde tem mais as universidades, temos que criar como se fosse um planejamento, criar um plano, sendo que esse planos tem vários temas, quem vai desenvolver, quais são os conselheiros que ficarão responsáveis, não que vai expressar o coletivo, mas quem vai colocar o Judas ali para bater, que depois todo mundo pode contribuir, independente de estar naquela comissão ou não, porque senão vamos ficar o tempo todo aqui sem conseguir minimamente ter um esboço lá para março do que seria os nossos anseios. Acho então que temos que começar a trabalhar isso, começar já para a próxima reunião a própria coordenação trazer, por exemplo, nós achamos que tem seis, sete temas que são

fundamentais, que temos que discutir, desenvolver, trabalhar esses temas para que possamos minimamente ter um esboço para darmos o pontapé inicial.

SRA. MARIA ALICE SETÚBAL - Queria voltar à sua sugestão do seminário, entender um pouco, porque quando você fez essa síntese você não mencionou a tua idéia de um seminário internacional ou não, em que direção seria esse seminário, é uma pergunta, porque eu acho que se for para fazer um seminário em abril ou maio, também temos que pensar alguma coisa, começar a organizar alguma coisa em janeiro e fevereiro. É mais um esclarecimento.

SR. CÉSAR CALLEGARI - Na realidade, Maria Alice, sobre a questão do seminário, foi uma idéia que surgiu de algumas conversas bilaterais de alguns conselheiros, que poderíamos fazer uma manifestação mais pública desse conjunto de preocupações, não apenas aqui em relação ao Estado de São Paulo, Brasil, mas também fora do Brasil, em termos de chacoalhar um pouquinho algumas experiências e ver algumas perspectivas, mas não se chegou a avançar. Se pensava em alguma em relação a idéia de sujeitos do processo educacional, as questões metodológicas da área da educação, o financiamento da educação, e mesmo esse diagnóstico do sistema educacional atual, em todos os seus níveis, mas não se avançou em relação a isso. Você tem toda razão, se realizarmos mesmo um evento dessa dimensão no mês de maio, isso tem que ser preparado já desde janeiro, senão não dá certo. Dá muito trabalho, temos que ter disponibilidade das pessoas, local, forma de organização e tudo o mais. Poderíamos tentar, quem sabe, sair com um dos objetivos aqui pensarmos a respeito disso, quer dizer, em janeiro, para ter alguma proposta mais clara, que cada um de nós poderia pensar e trazer aqui no mês de fevereiro para ver se fazemos um desenho básico desse seminário, se vale a pena que de fato seja feito.

SR. MARCOS CARDOSO GOMES - Deputado, queria só acrescentar à sua síntese que se desse relevância a essa questão do propósito, do grande propósito da educação. Acho que isso é pilar. Acho que o atual Governo nunca tocou nessa questão; nos governos anteriores foi tocada, mas de uma maneira meio acidental, me parece; às vezes com maior ou menor ênfase, acho fundamental “a educação é para” ou “a educação é isto”, ter uma definição muito clara do que é, para que todos os trabalhos, que são muito interessantes, todos os livros, que são muito importantes, fiquem melhor hierarquizados. Obrigado.

SR. CÉSAR CALLEGARI - Obrigado pela lembrança. Gostaria de dizer que está presente entre nós o Prof. Elie, da Ação Educativa, que agradecemos muito.

Reinaldo, confesso que não sei muito como organizar esses grupos. Talvez você pudesse até apresentar uma sugestão de como poderíamos fazer.

SR. REINALDO PASCHOA BICUDO - Montamos lá e mandamos para você. Temos várias idéias, então montamos, apresentamos, depois remetemos para todos os conselheiros, aí alguém emenda, sempre vai contribuindo. Sempre tem que ter um boneco, então fazemos um bonequinho lá, montamos e depois mandamos para cá uma proposta, e vamos ver se em janeiro já conseguimos estar com ele pronto para fevereiro, para já discutir realmente quem vai ficar aonde, quem vai fazer o que, quem vai ficar responsável pelo que, porque se não se der responsabilidade fica muito solto, não compromete as pessoas. Acho importante termos responsabilidades e atribuí-las. Senão vamos ficar fazendo reunião sem conseguir alcançar o objetivo principal, que é formatar um documento lá no final. Com ou sem seminário, acho que tem três aqui que você já colocou, que acho de vital importância, que é a discussão do PNE, trazendo o pessoal de Brasília, os proponentes da sociedade para fazermos um debate; o outro que você falou foi de financiamento, que também é importante, e o terceiro seria o grande seminário, inclusive porque o Governo tem um discurso para fora, e quando chega para dentro

ele aplica totalmente diferente. Tem uma série de coisas que podemos debater, podemos argüir, podemos colocar nesse documento que vai fazer, com certeza, um barulho muito grande.

SR. - Uma pergunta: essa comissão do Fórum São Paulo Século 21 tem um prazo para apresentar os seus trabalhos?

SR. CÉSAR CALLEGARI - Indicativamente tem até o final do mês de maio, começo do mês de junho. Por quê? Porque o ano que vem é um ano eleitoral e, a partir desse momento, a Assembléia Legislativa passa a funcionar com outra cabeça, muito mais ligada às questões eleitorais nos municípios, muitos deputados se envolvem fortemente em relação a essas questões, o que é natural; é uma Casa política, seria estranho se não acontecesse isso. Todos os temas então estão com essa expectativa de apresentarem a sua manifestação final no final do mês de maio, começo do mês de junho.

O SR. - Pegando essa sugestão que o Reinaldo está dando, por exemplo, as próprias entidades, o magistério, poderiam se responsabilizar por esse diagnóstico anatômico a que você se referiu, que colocamos aqui. Acho que poderíamos nos reunir para fazer esse tipo da escola pública estadual e trazer já talvez até para fevereiro, alguém poderia fazer do “Plano Nacional de Educação” e, na linha que foi colocado aqui, referendado também sobre a questão do cidadão que pretendemos construir, que aliás se você pegar todos os projetos pedagógicos hoje, tem lá: “Educar para a cidadania”, e muitas vezes a pessoa não sabe nem o que é cidadania. Poderíamos também já pegar uma equipe; estou propondo que até as entidades do quadro do magistério fique com esse diagnóstico, porque já tem esse parâmetro, basta se reunir, configurar e passar isso para o papel. É claro que podemos também participar nesse outro, porque o projeto está lá e fala sobre isso.

O SR. - Se me permite, do Estado está certo, mas vai ficar faltando do município, das universidades e das escolas privadas. Conseguimos atender já uma demanda, mas fica ainda faltando três segmentos. Acho importante já termos um, mas não podemos esquecer dos outros; tem a Federação, tem que procurar os segmentos para que possamos tirar uma coordenação da proposta, irmos contatando e buscando essas informações.

O SR. CÉSAR CALLEGARI - Proponho o seguinte: vamos ver se chegamos aqui a um ponto mais de deliberações práticas; no mês de fevereiro e com o auxílio das sugestões que vêm, que organizemos ainda em fevereiro, portanto antes do Carnaval, que será no começo do mês de março, aqui na Assembléia Legislativa uma sessão relacionada ao “Plano Nacional de Educação”. Passamos a ter uma responsabilidade coletiva, uma vez definida direitinho, isso eu posso me encarregar de fazer o contato com os parlamentares em Brasília, entidades e tudo o mais, para montarmos. E aqui trocamos um pouco informações, fazemos o modelo desse debate, que poderia ser durante uma tarde inteira aqui na Assembléia Legislativa, durante o mês de fevereiro. Teríamos uma responsabilidade, principalmente aqueles que representam entidades, e tal, de divulgar esse debate, essa sessão aqui na Assembléia e divulgar não apenas a sua existência, mas depois uma notícia a respeito do que aconteceu nesse debate. Com isso estaríamos já colocando numa primeira aproximação as relações da situação do Estado de São Paulo para com aquilo que está se contemplando e se projetando no “Plano Nacional de Educação”. Esse é o primeiro ponto. Segundo, de acordo com as sugestões, as entidades que aqui estão representadas poderiam já se encarregar de apresentarem, aquilo que entendem cada uma delas, o diagnóstico do setor educacional. É claro que sabemos das limitações, porque não se trata aqui de fazermos uma coisa absolutamente exaustiva, mas muitas das instituições que estão aqui já têm um diagnóstico. Devemos também, além das que estão aqui hoje, os representantes, por exemplo, do setor universitário, público, enfim, os outros conselheiros que

também representam instituições ou sindicatos e tudo o mais, de também prepararem isso. Fazer essa solicitação, para que possamos reunir dados. Com base nesses dados, nessas informações, aliás gostaria de lembrar também que devemos fazer o mesmo para os próprios órgãos governamentais, especificamente a Secretaria Estadual de Educação, o Conselho dos Reitores das universidades, pensar alguma coisa de forma que as instituições representativas de instituições não-governamentais na área da educação também possam trazer o seu diagnóstico, de forma que possamos, com base nessa massa de dados, planejar para o mês de abril exatamente uma espécie de balanço, ou de um debate a respeito do que chamamos aqui dessa anatomia do sistema educacional. Sem a pretensão de ser uma coisa completa, mas acho que vai ser muito interessante, de forma que as pessoas possam estar apresentando os seus dados, a sua visão.

SR. - Peço desculpas por interromper, mas por exemplo, temos aqui um representante do Sindicato dos Psicólogos. Há nas unidades básicas de saúde um atendimento psicológico para a rede pública, então pode ser feito um levantamento disso também, que não é de todo descartável.

SR. - Deputado, pegando um pouco a sua fala, você diz que não é a toa que você fala muito da anatomia, não é? Acho que essa questão da anatomia está ligada à questão da ... Acredito até que precisamos nos apropriar dos parâmetros nacionais da educação; é não só ler, acho que é realmente estar bem informado para poder estar participando da discussão melhor, porque acredito até que ele deve ser bem feito na hora que for confeccionado; agora, é preciso saber se está sendo aplicado da forma que foi escrito. Acredito que precisamos nos apropriar disso para poder estar partindo para as discussões; e também que depois de fazer esses diagnósticos, que também apresente propostas. Acredito que alguns órgãos não-governamentais, algumas entidades, alguns lugares já devem estar fazendo alguns trabalhos relevantes e positivos, e que esses trabalhos devem ser

conhecidos, existindo a possibilidade de serem ampliados para a rede para que possam ser difundidos e que cada lugar, respeitando as suas especificidades, possam ser aplicados. Acredito que não existe só o caos, acredito que sempre onde tem o caos em algum lugar existe uma solução do outro lado; existem sempre as duas pontas. A minha proposta, então, é essa, que essas pessoas também possam ser ouvidas, que possam propor algo e realmente serem apropriados dos parâmetros nacionais de educação. Ser apropriado acho que não é só ler, mas entender o que foi escrito ali, até nas entrelinhas.

SR. CÉSAR CALLEGARI - Podemos então deixar isso mais ou menos combinado? Vamos entrar em contato com todos aqui, mas a idéia é de fazer os primeiros contatos para ver se até o final de fevereiro fazemos esse seminário a respeito do “Plano Nacional de Educação”. Entre janeiro e fevereiro, tendo em vista a possibilidade de realizarmos esse seminário final, aqueles que tiverem alguma proposta, mesmo que seja preliminar, para oferecer, acho que seria muito interessante, que tivéssemos até fevereiro uma idéia desse possível seminário final, até com alcance internacional. Se por acaso não vier espontaneamente dos conselheiros alguma proposta, de qualquer maneira vou procurar entrar em contato para que trocando idéias, ou por correspondência, ou por E-mail, de qualquer maneira possamos, ainda em fevereiro, antes da realização do seminário sobre o “Plano Nacional de Educação” construirmos uma proposta preliminar desse seminário final.

SR. - Permita-me. Deverá haver um seminário internacional aqui em São Paulo, promovido não sei se pela “OSEA”, agora em março ou abril. A “CNTE”, a Anti, o Sindicato acho que ficarão responsáveis pela organização do seminário internacional aqui em São Paulo e aí, talvez, seja uma oportunidade de aproveitarmos o evento e convidar a “IE” também, Internacional da Educação, para

já aproveitarmos o espaço. Acho que vai haver eleição também, mas não tenho as datas, os informes corretos, mas depois passo para você.

SR. - Aproveitando, vai haver também um Congresso Internacional em Guarulhos, em abril, sobre “Subjetividade da Educação”, onde serão convidadas pessoas realmente significativas do País que falam sobre a educação e também pessoas de outros países. Será um Congresso Internacional sobre a Educação, com duração de três dias. Gostaria de aproveitar para convidar todos para estar participando, pois acho será bastante interessante.

SR. - Já que estamos falando sobre eventos, vou aproveitar e falar sobre um evento que ocorrerá em janeiro, onde tenho o privilégio de presidir a comissão organizadora. Será um congresso sul-americano e será realizado aqui em São Paulo, no Campus do Instituto. O tema será “Escola, Sociedade e Valores no Século 21”. São conferencistas alguns do Brasil, outros de outros países da América do Sul, alguns da América do Norte, então os membros do Fórum estão cordialmente convidados para participar como cortesia, que ocorrerá em janeiro, de 19 a 23.

SR. CÉSAR CALLEGARI - Já que o professor fez o convite, se pudesse depois mandar, nos encarregamos de passar para todos os membros.

SR. - Vou mandar com a temática, com os conferencistas, com o programa.

SR. CÉSAR CALLEGARI - Os que estão aqui representando entidades, que puderem enviar já à coordenação aqui do setor de Educação esses diagnósticos, já podem fazê-lo. Vamos procurar estimular os que não tiveram a oportunidade de estar hoje, as demais entidades, para fazerem a mesma coisa; vou entrar em contato com todos a respeito desse evento relacionado ao “Plano Nacional de Educação”, que deve acontecer no final de fevereiro aqui na Assembléia Legislativa,

e vamos começar a entrar em contato para tentar imaginar até o começo do mês de fevereiro essa proposta. Depois vou pedir para o Reinaldo e também a quem tiver informações, mais informações a respeito, porque se estiver tendo um seminário de grandes dimensões relacionado ao tema “educação”, não tem sentido ficarmos duplicando. Vamos procurar trazer essas informações.

Alguém mais quer se manifestar? (Pausa.) Não havendo mais oradores inscritos, agradeço imensamente a participação de todos. Vamos depois mandar tudo o que foi discutido aqui para cada um. Quero também desejar um Feliz Ano Novo para todos. Obrigado.

Está encerrada a reunião.

25.02.2000

- César Callegari – Deputado e coordenador do grupo temático Educação
- Nelson Marchezan – Deputado e relator na comissão da Educação do projeto
- Luiz Carlos da Silva – Deputado Federal
- Artur Fonseca – Professor e representante do Conselho Estadual da Educação
- Felícia Madeira – Professora e Diretora na Fundação SEADE
- José Mário Pires Azanha – Conselheiro do Fórum da área de Educação
- Hilda – Professora aposentada
- Carla –

SR. CÉSAR CALLEGARI - A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo dá as boas vindas aos participantes desta reunião, que está sendo organizada pelo Fórum de São Paulo Século 21, uma iniciativa da Assembléia Legislativa. Esse Fórum, particularmente o da área da Educação, é composto especificamente por um grupo de, aproximadamente, 20 conselheiros e esse grupo é integrado por representantes dos mais significativos setores e segmentos educacionais do Estado de São Paulo. Entre sindicalistas, dirigentes de instituições de ensino públicas e privadas e especialistas em Educação e entidades na área educacional. Antes de mais nada, gostaria de informar que, na reunião do Fórum, do Setor da Educação, realizada no último mês de dezembro, deliberamos que a atividade programada do setor da Educação, que é exatamente que se faça uma imaginação, uma especulação a respeito da situação educacional do nosso Estado para os próximos anos. Esta imaginação, este trabalho de especulação criativa a respeito da área educacional de São Paulo para os próximos dez anos, não poderia prescindir de um exame mais apurado, de uma análise mais profunda e de um conhecimento mais amplo a respeito daquilo que vem sendo tratado no Congresso Nacional, especificamente na Câmara dos Deputados em torno da votação do plano nacional de Educação. Todos sabemos que o Plano Nacional de Educação, além de uma necessidade intrínseca a respeito do próprio setor educacional, é um comando também da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e não apenas o Plano Nacional da Educação, mas como verificaremos na seqüência dos debates, uma indicação própria, também, do projeto de plano que está sendo votado para que ele tenha a sua repercussão nas esferas estaduais e nas esferas municipais, já que está indicado a necessidade que venhamos, também, a elaborar planos estaduais e municipais de Educação. Diante do Fórum Parlamentar Século 21, verificamos, é esse o trabalho que vai permear a reunião de hoje. Vamos fazer um debate e para isso contamos aqui e agradecemos a presença dos representantes do Congresso Nacional, a começar SR. Deputado Nelson Marchezan, que foi o relator na comissão da Educação desse projeto, que na comissão já foi aprovado.

Agradecemos e convidamos SR. Nelson para compor a Mesa, agradecendo muito a sua presença aqui. Gostaria, também, de agradecer, somos gratos pela presença do Deputado Federal Luiz Carlos da Silva, que chamamos para compor a Mesa, e que foi nosso colega, Deputado Estadual e que faz muita falta aqui na Assembléia Legislativa. Não temos, apenas, uma saudade pessoal pelo carinho e pelo afeto que tivemos de trabalho mas, particularmente, nós deputados estaduais que continuamos militando na causa da educação aqui em São Paulo, sentimos muito a sua falta e a sua presença. Quero, também, informar que conforme aquilo que foi deliberado na reunião do conselho da área de Educação do Fórum Parlamentar, achamos também importante tomarmos conhecimento a respeito dos passos que estão sendo dados aqui em São Paulo a respeito da elaboração do Plano Estadual da Educação. E, nesse sentido, é que convidamos a presença do conselho estadual da Educação, aqui representado pelo SR. César Callegari, Prof. Artur Fonseca, que solicitamos que faça parte da Mesa, agradecendo muito a sua presença. Também, e finalmente, deliberação da reunião de dezembro do nosso conselho, naquela oportunidade deliberamos encomendar à Fundação Estadual de Análise de Dados que pudesse realizar, com base nas informações que já tinha, um estudo a respeito da área educacional. Esse estudo já foi realizado. É um estudo muito interessante e nós aqui temos o prazer de contar com a presença da Profa. Felícia Madeira, que é uma das dirigentes do SEADE e que vai compor a Mesa e que vai, na oportunidade do desenvolvimento do nosso trabalho, dar uma notícia a respeito desse trabalho que já se constitui de uma maneira clara e objetiva, em mais de um diagnóstico. Esse trabalho já e coloca para nós numa espécie de guia a respeito daquilo que deve ser a preocupação de todos aqueles que sabem que o Estado de São Paulo deve dar um exemplo na construção de um projeto educacional mais amplo, mais democrático, desenvolvido e de boa qualidade. Pois bem, gostaria, antes de dar início ao trabalho, falar a respeito da dinâmica que planejamos para essa manhã. Essa reunião vai durar num prazo máximo de duas horas. inclusive porque esse é o prazo eu vários componentes da Mesa, a começar pelo Deputado Nelson

Marchezan, têm em termos de limite de trabalho. Então, teremos que encerrar impreterivelmente até 12:30. E será composto da seguinte forma, o Deputado Nelson Marchezan e o Deputado Luís Carlos da Silva farão até um limite de 30 minutos a sua intervenção inicial sobre o Plano Nacional da Educação. Quero apenas aqui dizer, que a preocupação nossa do Fórum e dos parlamentares da Assembléia Legislativa, é no sentido de conhecer alguns detalhes, não apenas do Plano, como ele já foi até aprovado na Comissão da Educação da Câmara Federal, mas interessa a todos nós, conhecermos e até nos aproximarmos, nesse momento, dos debates em torno desse plano que foram ou estão sendo desenvolvidos na Câmara Federal. E damos mais valor até o que se tem discutido em torno dessa matéria ao processo do que é o produto. É muito criativo, ele agrega, ele impõe discussões que são realmente democráticas e que podem criar área de consenso e, por outro lado, até uma definição do dissenso que, também, do ponto de vista democrático, é fundamental quando se pensa em Educação, não apenas em relação ao presente, mas em relação ao futuro. Após a manifestação dos dois deputados, Nelson Marchezan e Luís Carlos da Silva, teremos a participação do Prof. Artur Fonseca, do Conselho Estadual da Educação, que por dez minutos fará uma notícia a respeito do andamento da elaboração, dentro do Conselho Estadual da Educação, do Plano Estadual. E a Profa. Felícia, na seqüência, durante cinco minutos fará uma breve notícia a respeito desse trabalho da Fundação SEADE e que será uma notícia que terá como objetivo, talvez, até despertar um pouco mais a curiosidade de todos os presentes a respeito desse e de outros trabalhos, dessas informações e das bases de dados que a Fundação SEADE dispõe, que são de grande utilidade para os pesquisadores e para aqueles que se propõem a pensar com seriedade a realidade social, econômica e política do nosso Estado. Antes de começar, queria apenas, por dois minutos, pedir a atenção de todos para fazer o seguinte comentário, os nossos professores aqui, que têm se debruçado ao longo dos anos sobre a preocupação de planos de educação, têm nos ensinado, e verificando a fundo, vamos claramente vendo, que o Brasil e a história brasileira têm

sido realmente ricos no sentido de apresentação e formulação de planos de Educação, que acabam se plasmando e se constituindo, freqüentemente, em leis. Alguns dos quais até tiveram parte dessas leis incorporadas no próprio texto constitucional. Temos, também, na história do Brasil uma enorme riqueza de coo essas leis, chamadas Planos de Educação, leis nacionais, estaduais e, às vezes, municipais, elas são copiosamente desrespeitadas. O que faz que tenhamos, sempre uma visão, que deve ser uma visão crítica, mas no sentido mais positivo possível a respeito dessas idéias de plano. Nesse sentido é que nós do Fórum temos discutido mais a importância de que venhamos a trabalhar com planos, mas muito mais como processo de discussão e menos do que produto. Embora não possamos, de forma algum, abandonarmos todas as tentativas que possamos ter no sentido de que a lei venha reproduzir, em determinados momentos, um pacto social pela Educação. É isso que imaginamos, mas essas leis podem ser respeitadas tanto mais, quanto mais houver a mobilização dos mais diferentes segmentos da sociedade em torno da própria elaboração. Esse é o contexto que o Fórum está imaginando contribuir na discussão desse assunto. Quando verificamos aquilo que está proposto no Plano da Educação, de uma progressiva e acelerada universalização da garantia de acesso das crianças para a educação infantil, vemos em contrapartida uma grande preocupação o fato de que as leis brasileiras e hoje, particularmente, os efeitos da Emenda Constitucional nº 14, estão esvaziando os esforços municipais de todo o Brasil em termos de oferta de educação infantil. Temos um plano nacional de educação que aponta positivamente para a universalização do atendimento numa área e uma lei em operação, que foi de responsabilidade também do Congresso Nacional cujos efeitos que precisariam estar sendo corrigidos agora estão esvaziando estão sendo fechadas creches para escolas. Falamos a respeito de garantias constitucionais de financiamento da educação. Ao mesmo tempo, aqui em São Paulo, numa análise aqui do Tribunal de Contas verificamos que nos últimos 6 anos, 242 contas anuais de prefeituras municipais de São Paulo foram reprovadas exatamente porque prefeitos municipais,

de praticamente todos os partidos políticos não respeitam determinações constitucionais de destinação de verbas mínimas indispensáveis para a área educacional. A Prefeitura de São Paulo está tendo que pagar, em parcelas, já que foi condenada a devolver para a Educação aquilo que foi desviado. O Governo do Estado de São Paulo está tendo que responder a uma CPI implantada aqui na Assembléia Legislativa porque não cumpre a lei ou, pelo menos, há um indício de que não cumpre a lei no que se refere à aplicação de recursos indispensáveis na Educação. Quando imaginamos planos e todo esse esforço criativo no que se refere à criação, de leis, de diretrizes, de bases, nós aqui todos temos essa impressão cada vez mais clara, essas leis, quaisquer que sejam elas, poderão que ser leis válidas, leis que vão valer para a sociedade brasileira e elas, na sua própria elaboração, possam contar com os principais interessados. Ou seja, que o processo participativo seja garantido. E é essa a nossa, talvez singela, mas importante contribuição no que se refere à realidade educacional do Estado de São Pulo, que possamos estar trabalhando, informando e agregando pessoas e pensamentos em relação a essa matéria. Portanto, agradeço a participação de todos e passo a palavra aSR. Deputado Nelson Marchezan, não sem antes agradecer aqui agradecer a presença dos conselheiros do Fórum Parlamentar Século 21 da área da Educação, o prof. Frederic, da Escola do Futuro da USP, prof. Nacim Chieco, Prof. Jorge Nagli, prof. Marcos Cardoso Gomes, prof. Palmiro Menucci, prof. Roberto Torres Leme, SRA. Carla, que está representando a presidência da UBES, a profa. Maria Aparecida, Unesp e o prof. Eli que vem representando a Ação Educativa. Esses são até agora os conselheiros. E na seqüência vou citar, também, as entidades aqui presentes e os representantes de segmentos educacionais. Deputado Nelson Marchezan, que foi o relator do projeto já aprovado na Comissão de Educação da Câmara Federal. Muito obrigado pela presença. SR. tem até 30 minutos para fazer a sua colocação inicial.

SR. NELSON MARCHEZAN - Caro presidente, Deputado Callegari, que representa a Assembléia e quero declarar a minha honra de estar aqui na Assembléia Legislativa desse grande Estado de São Paulo e a alegria de poder atender esse convite que foi formulado. Quero declarar que a minha alegria aumenta quando vejo aqui o Deputado Luís. Que é o meu leal e competente adversário na comissão, mas em matéria de educação acho que somos muito mais companheiros do que adversários. Ele tem dado uma grande contribuição ao Congresso Nacional pela sua experiência e me orgulho em estar ao seu lado. Quero saudar o prof. Artur Fonseca, a profa. Felícia. Quero saudar todas as pessoas que se encontram nesse plenário e, também, manifestar a alegria do meu encontro hoje. Vou dizer algumas palavras, deixando mais para o debate. Sou mais um debatedor do que um expositor. E o plano, posso assegurar-lhes, não vou lê-lo, porque ele seria extenso, pesado, cansativo. Vou tentar dar alguns bosquejos nos principais princípios que orientam os planos e uma pequena história. Começo achando que o mundo está passando por uma profunda reavaliação e reconstrução. O novo século aponta para uma meta que se torna cada vez mais imperiosa. Os direitos humanos e a responsabilidade de todos, a interdependência, o respeito às diferenças e individualidades, o desenvolvimento sustentado e eqüitativo, a participação de todos na produção e na fruição dos bens do progresso, a vivência da cidadania, enfim, a sociedade desenvolvida, justa, na qual a vida tenha a qualidade possível, de acordo com os recursos disponíveis e os meios produzidos pela ciência e pela técnica modernas. Para caminhar nesta direção são necessários a imaginação, a visão ampla e a criatividade. E nada disso se faz sem educação. Esta é, portanto, a grande causa do Século 21. Nossa sociedade se dispõe a buscar essa meta trabalhando pela Educação, estamos por estabelecer um plano nacional, um horizonte de dez anos, no qual se define o patamar educacional, que pensamos ser possível e necessário alcançar a Educação infantil após a graduação nas diversas modalidades produto ensino. Como disse aqui, o prof. Callegari, com justa razão, esse plano é decorrência dos princípios da Constituição, que estabelece a igualdade

de condições, o acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, de ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. O pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e co-existência de instituições públicas e privadas de ensino. Gratuidade de ensino público em estabelecimentos oficiais. Valorização dos profissionais do ensino, questão democrática do ensino público e garantia de padrão de qualidade. Em decorrência da Constituição e da lei de diretrizes e bases surge um projeto de lei, do Plano Nacional de Educação, que foi aprovado agora em dezembro do ano passado, pela comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados e que de lá deverá ir para o plenário da Câmara no próximo mês de março ou abril. Mais um plano!? Essa exclamação com a evidente intenção de diminuir a expectativa na sua eficácia, partem daqueles que dizem ter vivido muito para acreditar em boas intenções. Alguns pensam que o PNE vai ficar no papel. Que não vai ser posto em prática e, portanto, é inútil. Em primeiro lugar, é preciso dizer que não é mais um plano. Entendido como documento legal. Em 500 anos da história, o Brasil não teve, sequer, um plano com força de lei. É verdade eu a idéia do Plano Nacional não é original. Ela foi plantada na legislação há 60 anos. E por que não foi cumprida? Entre as razões, certamente terá pesado também a dificuldade de chegar a um consenso sobre o que deveria receber a atenção e os investimentos prioritários do poder público em matéria de Educação. Aliás, essa questão está sempre presente. Também agora estamos enfrentado dilemas na escolha de prioridades. O que houve de diferente no caso presente, é que os dilemas não impediram que se avançasse. Superaram-se as divergências, encontrou-se um caminho, afirmou-se um propósito comum. pode não agradar a todos. É verdade. O que é compreensível, dada a diversidade e o pluralismo da nossa sociedade. Mas, as divergências, que não impedem que se avance no sentido de se ter um projeto de diretriz de ação, atuarão no meu entender, como riqueza no acompanhamento, no controle e na avaliação da sua implantação. Mas, é um plano sim. E, como tal, está sujeito a ficar no papel. Tem motivo de preocupação aqueles que desconfiam da eficácia de um plano de longo prazo como é este, que envolve todos os governos

e a própria sociedade por um período de dez longos anos. Trata-se, é verdade, de um documento que define obrigações, estabelece metas, indica alguns meios e condições, mas que depende da vontade política e da determinação do Governo e da sociedade para ser cumprido. Não é o fato de ser aprovado por lei que o tornará eficaz por si mesmo. Mas a sociedade, a seriedade junto com a sociedade e o compromisso encarado como um compromisso é que haverão de torná-lo realidade. Gostaria de chamar a atenção e todos sobre esse risco e sobre essa possibilidade. O risco do Plano Nacional de Educação ficar no papel. E, inversamente, a possibilidade de ser instrumento eficaz na realização de uma Educação para todos e com qualidade. É um plano recheado de sonhos. Foi elaborado, discutido, aprovado por pessoas que sonham num futuro melhor para todos os brasileiros, que confiam o poder da Educação. O sonho faz parte da vida. O que desejamos está dentro de nós como energia, fonte de coragem e como inspiração para esta luta. Ao elaborar um Plano Nacional de Educação, era preciso ir além do aqui e do agora. Vislumbrando o tempo futuro, o horizonte necessário e possível. A utopia é ingrediente essencial da vida humana. O mestre Paulo Freire foi quem afirmou: “O critério de possibilidade e impossibilidade dos sonhos é um critério histórico e social e não individual.” Depende, portanto, da nossa consciência e determinação em querer torná-lo realidade. A ousadia de hoje está sujeita a parecer tímida daqui a 4 ou 5 anos. Ser caracterizado como ousado, idealista ou sonhador pode ser uma qualidade importante num plano decenal numa área que tem, como natureza um processo de trabalho, criação, inovação, renovação e a mudança. E tal é a natureza da Educação e não é outra. É evidente que ao fixarmos as metas do PNE, procuramos manter os pés no chão. Fixamos como referência para o volume de recursos financeiros a serem aplicados anualmente em Educação o percentual de 7% do PIB. Optamos por um meio termo com um patamar viável, mas para o qual se exigirá um grande esforço nacional. Enquanto alguns propunham a expansão do ensino superior para atender 40% da população na faixa de 18 a 24 anos de idade e outros ficavam apenas em 30% para os de 19 a 24, sugerimos 30% na faixa etária

de 18 a 24, o que representa um aumento bem grande em relação ao atendimento atual, mas não tão alto que demandaria um volume de recursos bem maior do que o atualmente disponível para o ensino superior. Aqui basta citar que a Argentina já tem 30% e que nós hoje não ultrapassamos 10% entre 19 e 24 anos que estejam na universidade. Não consideramos viável e nem adequado a meta da matrícula de 100% das crianças de 4 a 6 anos na Educação infantil. A análise da tendência de crescimento da Educação infantil e dos fatores novos que entram em jogo na definição da demanda e da oferta nos sugeriram a meta de 80% dessa faixa etária, no horizonte de 10 anos do plano e de 50% na faixa de 0 a 3 anos. A exigência de que até o término dos dez anos do plano todos os professores da Educação infantil e das classes de 1ª série do ensino fundamental do país, tivessem diploma de graduação superior com licenciatura plena em Pedagogia, nos parecia irrealizável em certas regiões mais distantes dos centros urbanos. Assim, o PNE traça o caminho do possível e recomendável entre o tópicico e o insuficiente. O PNE tratou de tudo. Não se concentrou em prioridades e, por isso, não vai conseguir nenhuma coisa e nem, a outra. A Educação é um sistema com intensa comunicação entre os diversos níveis de globalidade. Com interdependência entre os conteúdos a aprender, os espaços físicos e o ambiente de trabalho escolar. E os centros de formação e professores e o exercício do magistério. O plano é autoritário. Foi elaborado por um grupo e será imposto de cima para baixo. O Congresso Nacional recebeu dois planos de Educação nacional. Ou dois projetos. Um apresentado pelo poder executivo e o outro por vários deputados, tendo à frente o Deputado paulista Ivan Valente. No âmbito da comissão da Educação, Cultura e Desporto, estudamos o projeto com toda a atenção, analisando as duas propostas e as duas visões. Não nos detivemos aí. Ouvimos a sociedade. Convidamos uma centena de especialistas, dirigentes, técnicos, pesquisadores e estudiosos da Educação de todo o país. Em 18 audiências públicas recolhemos análises, opiniões e sugestões sobre todos os temas constantes no Plano. Além disso, recebemos muitas sugestões por escrito que foram analisadas atentamente. Apresentamos uma primeira visão do

substitutivo solicitando análise e sugestões dos membros da Comissão. E, finalmente, entregamos para debate e votação da Comissão a segunda versão que incorporava nova emenda e novas sugestões. Aprovado o substitutivo, foi este encaminhado como substitutivo da comissão aos Srs. Deputados. O processo ainda está aberto. O PNE que resultar deste processo será um plano democrático. As idéias básicas são: o PNE está construído sobre 3 idéias básicas. A Educação como direito, a Educação como fator de desenvolvimento e a Educação como instrumento de combate à pobreza e redução das desigualdades. A Educação como direito. O século 20 foi o século dos direitos humanos, da consequência desses direitos chegamos a seu reconhecimento formal e a sua afirmação por meio de declarações universais. Entre tis direitos figura a Educação como algo constitutivo da pessoa, como um bem inalienável. Direito desde o nascimento, necessário para a realização pessoal e para a integração social, para a vivência da cidadania e para o exercício do trabalho. Condição para a realização do projeto de vida de cada um. Como direito universal, toda pessoa deve ter acesso à Educação. Educação como fator de desenvolvimento. Está amplamente demonstrado que a Educação contribui de forma decisiva para o desenvolvimento. Não apenas o desenvolvimento humano, mas também para o desenvolvimento econômico. A apropriação do conhecimento leva à maior produtividade, cria mais condição de inovação e invenção, fatores fundamentais ao mundo competitivo de hoje. Como instrumento do desenvolvimento, a Educação deve ser simultaneamente Educação para a mudança. Velocidade das mudanças engendra outro tipo de ser e estar no mundo. Quer real ou virtual ao mesmo tempo. Por isso, a Educação tem que estar aberta para o novo, para o resultado, para o possível, desafiando o potencial criativo dos próprios estudantes, desde a Educação infantil até a universidade e não só dos estudantes, mas de toda a sociedade que hoje tem que ser estudante toda a vida. Combate à pobreza. Encontra na Educação o mais forte aliado. É ela, comprovadamente, a força que mais efeito produz na melhoria das condições da vida das pessoas, não só pela elevação do potencial de trabalho e pela melhoria da

renda, mas também pela criação de possibilidade e oportunidades de optar por um estilo de vida mais satisfatório, mais pleno e agradável. Quero citar dois exemplos da Educação como instrumento de combate à pobreza e de redução das desigualdades. Tive a oportunidade de participar como suplente, tive a oportunidade de estudar e ver que a Fundação Getúlio Vargas atribui assim, quais são os fatores que reduzem a pobreza? Aumentar o salário mínimo. 3% menos. Porque, quem ganha o salário mínimo, já ganha o transporte, o vale Educação, já tem previdência etc.. Empregar todo mundo, mais 5%. Quando se trata de Educação significa eliminar 50% ou 60% da pobreza. São dados da Fundação Getúlio Vargas. É só convidar as pessoas da fundação. Elas têm dados fantásticos sobre isso. outro exemplo que queria citar, é o exemplo da Faculdade de Ciências Sociais do Rio de Janeiro. Ela fez uma pesquisa no Rio de Janeiro e fez dois cenários. Em um cenário, ela foi num bairro daqueles aonde para combater o narcotráfico e para melhorar as condições de vida, o Governo canalizou os esgotos, colocou água, fez casas novas, postos de saúde, creches, igreja, delegacia de polícia. Colocou todos os serviços de infra-estrutura. As pessoas permaneceram na mesma. Houve melhoria na qualidade de vida? Não. As pessoas continuaram ganhando a mesma coisa. O rendimento das pessoas não aumentou. Aí foram para outro bairro da cidade e levantaram por nível de Educação. Quem tinha até o primeiro ano primário, estava ganhando um salário mínimo, estava desempregado ou era doméstica. Quem tinha até o quarto ano, o quinto ano, já tinha até 2 ou 3 salários mínimos. Mas, quem tinha o fundamental completo, todos eles estavam poucos desempregados, muitos com mais de 7 salários mínimos e uma boa parte com estabilidade. Morando em bairros diferentes da cidade. Então vejam a importância da Educação. Toda essa infra-estrutura não alterou a renda das pessoas. Não que não se deva fazer isso. É preciso se fazer. Mas, estou falando para se reduzir a pobreza. Não há outro caminho. Este é o eixo central. Os grandes objetivos do PNE são: elevação global do nível de escolaridade da população, melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis, redução das desigualdades sociais e regionais no

tocante ao acesso e à permanência com sucesso na Educação. Isto é muito significativo. Democratização da gestão do ensino nos estabelecimentos oficiais obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da Educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolares em locais e conselhos equivalentes. Prioridades do PNE: embora tenhamos em vista todo o arcabouço da Educação nacional para o qual devemos apontar metas de desenvolvimento para os próximos dez anos, era necessário indicar os pontos centrais do plano sobre os quais as melhores energias devem convergir. As principais prioridades são: garantia de ensino fundamental de oito anos para todas de 7 a 14 assegurando o ingresso e a conclusão, erradicação do analfabetismo e garantia do ensino fundamental a jovens e adultos, ampliação do atendimento dos demais níveis e modalidades de ensino, valorização dos profissionais da Educação com formação inicial e continuada e garantia de condições de trabalho, salário digno, piso salarial e carreira do magistério, desenvolvimento do ensino e sistema de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino como instrumento da gestão e melhoria do ensino. Creio, Sras. e Srs. estes são os principais planos. O Plano Nacional será aprovado por força de lei e se estabelece que teremos planos estaduais e planos municipais. Esta é uma estratégia. Porque a força desse plano não estará só na lei. Não estará só nas avaliações, nos encontros, nos seminários, porque tudo isso faz parte da estratégia. Mas, queremos mobilizar a sociedade. Então, as responsabilidades dos Estados são enormes, sobretudo o ensino médio. As responsabilidades do Município são enormes e nós achamos que aquilo que fizemos no plano federal, feito a nível estadual e a nível municipal pode se constituir nessa grande alavanca de mobilização da sociedade. De colocar o problema da Educação como uma prioridade de todos os políticos, de todos os dirigentes, de todas as entidades, de todos os sindicatos. Para que não possamos ter mais as dificuldades que estamos tendo de verba, de professor, de escola, de local. Colocar a escola como coisa secundária na nossa sociedade é o resultado de uma sociedade que está aí, com

problemas, com diferenças. Então, esta é a estratégia. Não vou ler o resto para não passar dos meus 30 minutos. Mas, agradeço, Sr. Presidente, essa oportunidade. Desculpem a minha exposição, mas estou inteiramente à disposição e muito honrado por essa oportunidade. Muito obrigado. (palmas)

SR. CÉSAR CALLEGARI - Antes de passar a palavra para o Deputado Luís, quero agradecer e registrar a presença do Deputado do PT, SR. Vanderley Siraque, nosso companheiro da Assembléia Legislativa, anunciar a presença dos Conselheiros do Fórum São Paulo Século 21 da área da Educação, o Prof. José Mário Pires Azanha, da Conselheira Maria Antonia de Oliveira Vedovato e do prof. José Carlos Mendes Manzano. Agradeço também, e registro aqui a presença das seguintes personalidades e entidades, representante da Universidade de Mogi das Cruzes, da Universidade de São Paulo, aqui representada pela diretora profa. Miriam, Senai, Universidade Metodista de São Paulo, dos representantes da Secretaria da Educação de Diadema, os representantes da Ação Educativa, representantes do Cefam de Osasco, dos representantes do CPP, representante da UBES, da Udemo, Movimento Voto Consciente, das nossas queridas representantes da Apampesp, da Fundação SEADE, o Dr. Felício, alunos da Faculdade de Educação da USP, também está aqui o representante do Cempec, a profa. Maria Alice Setúbal, Conselho Municipal da Educação. Quero agradecer a presença da profa. Bernadete, do Conselho Estadual da Educação, também da Entidade Educacional Pa Idéia. Quero agradecer, também a representante da vereadora Ana Maria Quadros, do PSDB da Câmara Municipal de São Paulo, do Colégio Módulo, Dr. Gilberto Rude Leoni. Queria também registrar a presença dSRA. Maria do Carmo. Com a palavra o Deputado Luís.

SR. LUÍZ CARLOS DA SILVA -Queria cumprimentar a todas e a todos. Queria dizer aSR. César Callegari que é uma alegria cada vez que posso estar aqui na Assembléia Legislativa. Iniciei na Câmara Municipal de Santo André, junto com

SR. Vanderley. Foi aqui, acho que fiz o meu curso. Esta aqui foi uma excelente escola. E foi uma grande alegria ter convivido com o César aqui, na parte final do meu curso. Foi uma honra poder ter tido esse contato e essa convivência. Acho que a Educação no Estado de São Paulo e, portanto, no País ganhou muito com a participação, e vem ganhando muito, com a participação dSR. César aqui na Assembléia Legislativa. É uma alegria. Queria cumprimentar o nosso colega, nosso autor do parecer já votado e aprovado na Comissão da Educação, SR. Nelson Marchezan, com quem tivemos grandes debates de forma respeitosa e solidária e que, também, tem sido uma alegria poder ter essa convivência na Comissão da Educação, que espero continuar novamente na comissão, agora como efetivo e não como suplente, já que fiquei o último mês como efetivo. Estava pensando como poderia fazer. Se formos trabalhar no ponto de vista das metas, é óbvio que amos ter vontade de trabalhar com elas aumentando, aprimorando, ajustando, adequando a uma lógica que possamos ter. Se formos, portanto, fazer uma análise pontual e só de uma leitura da sua lógica, dos seus princípios básicos apontaríamos vários pontos no decorrer do plano não tão articulados. Seqüenciais, mas não articulados. Então, queria tentar, num plano inicial tentar fazer essa exposição para poder dar uma lógica, do ponto de vista da forma de contraponto que, depois, pretendo fazer. A nossa avaliação aqui, de consolidação de um tipo de pensamento único a nível de nossa terra. E nessa lógica de pensamento, mesmo que de forma atrasada, fomos nela locados e colocados. Essa forma de avaliar a relação entre as nações e do próprio país na sua inserção internacional. Então, no meu ponto de vista, isso é uma questão chave. É um ponto fundamental, porque pressupõe lógica e uma decisão tomada pelo Governo e que tento com dados e com informações dar consistência a essa lógica que temos. Na visão da distribuição do papel que cabe a nós, na lógica internacional, estamos na periferia. Não pertencemos ao mundo de decisão. Não estamos na lógica do centro das decisões e não compomos e não temos, neste momento, a forma como estamos fazendo, estamos determinando, estamos regulamentando as nossas decisões, também aí não construímos pretensões de

adentrar. Então na minha avaliação é isto que está em jogo. Nessa visão da lógica neo liberal, com estamos aqui inseridos, o Brasil está se propondo, está se contentando e está se admitindo o papel de periferia. Portanto, a sua lógica de construção na área da Educação, é uma lógica de exclusão. Não é de inclusão. Não é de universalização e não é de inserir a Educação, não só de forma fundamental, e central na condição de cidadania e como construí-la sem Educação. É papel primeiro. Não haverá como se construir a cidadania se não tiver Educação. E, também, é óbvio, na lógica do desenvolvimento, na inserção do desenvolvimento internacional, na disputa, na participação do mercado. Também aí pecamos. Por que digo isto? Porque se formos ver o conjunto de ações que estamos tomando, vamos detectar de pronto isso. O Brasil, para poder pensar em alguma mudança, para poder trabalhar e se colocar em movimento pra tentar se inserir na relação internacional que não numa condição subalterna e periférica, ele tem que admitir uma realidade gritante que ele possui. Ou ele admite essa sua realidade gritante e depois constrói instrumentos para atacá-la e para poder sanear o seu problema, ou ele não estará dando os passos, que pode até dizer nos papéis, nos documentos das intenções, mas eu na realidade objetiva, concreta demonstra ser radicalmente o contrário. Porque a Educação é prioridade de qualquer um em qualquer documento e em qualquer momento. O Brasil tem 15 milhões e 200 mil analfabetos. Analfabetos absolutos. Uma projeção de 30 milhões de analfabetos funcionais. Dados do MEC. Não são nossos. O Brasil, portanto, possui um déficit educacional que não é qualquer coisa, e acumulado ao longo da História. Portanto, ninguém conseguiu dar o desenvolvimento e fazer o processo de desenvolvimento sem se conscientizar que possui um déficit, querendo atacá-lo e tentar sanear e voltar a patamares normais de manutenção. Nenhuma nação, se pegarmos historicamente, conseguiu, de fato, se colocar como prioridade, seria a Educação como centro, ou melhor, como construir condições, inclusive, de colocar o país com condições de tentar disputar condições de adentrar a uma situação eu no periférica e subalterna, se não tivesse atacado profundamente os seus déficits educacionais e fizesse um

esforço organizado e concentrado durante um período. E, ao fazê-lo, nenhum deles trabalhou com menos de 10, 11, 12, 13% do PIB. Depois reduziram a patamares de 5, 6% para manutenção. Mas, inicialmente, teve um esforço concentrado. Teve que se fazer um processo para se resolver o problema do déficit. De poder tentar regular uma base, um patamar inicial para depois adentrar o mundo. Qual tem sido a nossa lógica? Na minha avaliação é o contrário. Os dados objetivos demonstram uma ação concreta contrária. Na Constituição de 1988, regulamos e organizamos o núcleo central da Educação. E a Educação, na Constituição brasileira, ficou definida com parâmetros claros e com uma lógica de enfrentar e procurar a começar a enfrentar o problema. O que se fazia? Dava-se como prioridade para os Municípios, o ataque à Educação infantil e fazia com que os Municípios, de forma consorciada com os Estados, também atacassem no ensino fundamental. Atuava o Estado na Educação de 2º grau e atuava a União, de forma objetiva, no 3º grau e complementar e suplementar nos outros demais níveis para poder regular uma média nacional. Atuávamos todos na forma de organização, a partir do MEC, de esforço concentrado, para erradicar o analfabetismo em dez anos. Era essa a centralidade. Estava no artigo da Educação. Não é à toa que conseguimos manter como único setor percentuais constitucionais de participação orçamentária. Só nós tínhamos essa garantia. Passados os dez anos, anos e fez nada para a questão da erradicação do analfabetismo, a não ser movimentos isolados de municípios, de algumas regiões, da sociedade civil organizada através dos sindicatos, das comunidades organizadas nas cidades, dos movimentos de alfabetização. Há municípios que respeitaram a Constituição e construíram uma rede, inclusive forma, de educação de jovens e adultos. O que fez o Governo? Fez a emenda 14. Não mais tratando das disposições transitórias da erradicação do analfabetismo. Foi esquecido. O Governo não apresentou uma objetividade e uma relação concreta de como tratar deste problema. O déficit já foi. O déficit financeiro tem que ser resolvido a qualquer custo. O déficit social não! Esquece-se disso. Quem, no mercado, não tem competência, não se mantém. E essa exclusão foi consolidada. Isso ficou claro.



Porque se pega a lógica, vejam os Srs., não só apresentou o Fundef, como apresentou como uma forma, inclusive social, de potencialização e de qualificação, tanto do Magistério como da consolidação da Educação. E fez uma lei. O Governo fez uma lei. E o que ele fez com a sua própria lei? No ano de 98, quando ele iniciou, ele tinha que pagar pelo custo/aluno, R\$437,00. Deferiu R\$315,00 depois de muita guerra. No ano de 1999, ele congelou em R\$315,00 e agora, no ano de 2000, no qual nós já votamos na Câmara Plano Nacional de Educação, na Comissão de Educação, o Governo fez uma projeção, se ele fosse cumprir a lei, e ninguém aqui está cobrando o nível internacional de custo/aluno de R\$1200,00. Não é isso. Não estamos falando desse valor. Estamos falando dos valores que a lei, que o Governo impôs. Esse valor seria R\$4471,00. E o Governo fez o valor diferenciado de R\$333,00 e R\$349,00. R\$333,00 para a primeira à quarta e R\$349,00 para quinta à oitava. Foi o que o Governo fez. A contradição é gritante. Porque se o Governo quisesse resolver esse problema, primeiro ele cumpriria a legislação do próprio Fundef. Mas, aqui não se colocou esse patamar. E aí o que nós vemos? Queria dialogar com SR. relator. Nós do Plano Nacional da Educação não podemos nos contrapor a essa lógica. E a essa política. Quero levantar alguns dados. Quando foi feita a lei do Fundef, tivemos um acordo, só foi permitida a sua votação nas condições em que estava se dando, porque dois pontos, pelo menos, estavam colocados. A Educação de jovens adultos, portanto erradicação do analfabetismo, comporia, porque faz parte da Educação fundamental. Não seria Educação fundamental regular. Seria Educação fundamental. Mas, a lógica noa era a Educação, a lógica era financeira. No PNE só tratamos a erradicação do analfabetismo, mas não damos uma lógica objetiva, onde se inter-relaciona. Esse é um problema gravíssimo e teremos que resolver. Então, este problema, para nós, continua crucial. E é determinante da vontade política. Isso é gravíssimo. O Plano não trabalhou as disputas, as divergências, as contraposições e o veto do Governo continua para ser votado e o Plano não tratou da Educação fundamental como um todo dentro do Fundef. Quero apontar um outro problema. Nós temos uma crise na

questão da qualificação. Então, se trabalha a questão da qualificação do país. A questão da Educação profissional no país. E se trabalha as necessidades da mão de obra na realidade atual do país. O país precisa formar um contingente de mão de obra pequeno para dar conta do mercado pequeno, que hoje exige a evolução das necessidades das transformações da revolução do trabalho na sociedade. O que o Governo fez? À compreensão de tentar fazer, como se tem em vários países, aonde o formando de nível médio é também um profissional qualificado, pode entrar no mercado e disputar, o que se tinha construído, passou a ser destruído. O pós médio na Educação profissional, na Educação técnica e tecnológica, tem sido, no nosso ponto de vista, um problema grave. Gravíssimo. Não bastando esse problema do ensino médio, se tinha a necessidade de evolução e de qualificação, porque aquele que não tem condições, ou não quer, ou não pode adentrar ao 3º grau, para ter uma profissão, poderia fazê-lo de forma de ensino médio. Nós não demos conta e esse problema é crucial. Se for pegar no 3º grau, destruíram os programas especiais de treinamento. Estamos numa guerra para, pelo menos, podermos manter um processo de transição. É verdade, as universidades atendem, no máximo, 40% das vagas existentes de 3º grau hoje no país. Na é possível que achamos que seja um público que possa ampliar a sua participação. Então, são pontos que vamos inserir e que do nosso ponto de vista estão nessa lógica global e que nos traz esta compreensão de que há metas. Mas, mesmo dentro das metas, há pontos que achamos que poderíamos ter resolvido. E essa contenda nós fizemos. Avaliamos que para podemos tentar dar conta, nas condições em que se encontrava, o esforço concentrado de União, Estados e Municípios, que nós tínhamos que ter o Fundep, que é o Fundo da Educação Básica Brasileira. O Fundo tinha que respeitar a própria decisão da LBB e fazer as divisões de responsabilidades. O problema que pelas questão fiscal está para resolver o problema do déficit, da dívida, como está? A União cada vez mais tira a sua responsabilidade. A União, com os valores que ela pôs, ela transferiu, por exemplo, até o momento, e ela tivesse cumprido a lei, ao invés de 8 seriam 15 ou 16 Estados que ela iria complementar. Ela mandou hoje

810 milhões. Quando, se ela tivesse cumprido a lei, ela teria que ter mandado 2 bilhões e 500 milhões para cumprir o Fundep. É verdade que melhorou para um conjunto de municípios, mas também é verdade que desregulou em Estados aonde estavam organizados em um outro patamar. Por exemplo, o Estado de São Paulo. Com a preocupação de garantir a aplicação do Município, também surgiu o argumento da consolidação do Fundep. Só que com Fundep, estamos vendo que se está tendo desvio de verba. O problema do desvio de verba é u problema de caráter, de responsabilidade e de cadeia para quem faz o desvio de verba. Queremos, neste momento, montar a CPI para mostrar como está sendo desviado. Peguei esses pontos, porque acho que são significativos. Havia dito, ainda, que o dinheiro do salário Educação era complementar dos Estados e Municípios na Educação fundamental e que deveria ser distribuído proporcional ao número de alunos. É uma regra aonde se tirava a injunção política. A emenda que apresentamos, o salário Educação seria distribuído nacionalmente de acordo com as matrículas para os Estados e Municípios. O que acontece? Foi vetado. E não demos conta, também, no Plano Nacional de Educação. Para completar, na gestão democrática, nós não conseguimos considerar a possibilidade do Conselho Nacional de Educação Deliberativo. E não definimos parâmetros, quais são os valores do piso nacional salarial. Não definimos parâmetros mínimos para o plano nacional de carreira. E são pontos chaves eu poderíamos resolve no Plano Nacional de Educação. Estou fazendo, inicialmente, esse contraponto para que possamos compreender como é que estamos caminhando neste momento. Quero dizer, e é bem da verdade, o relator aquiesceu no eu pode, no conjunto de emendas. É verdade que tivemos quase duas dezenas de audiências públicas. Fizemos o debate. Agora, na hora da decisão, na hora do voto, a maioria da Comissão fez uma opção. E estamos apontando para nossa contradição nesta opção. E com a contradição que continuamos tendo ao termos tomado essa opção com relação ao Plano Nacional de Educação. Acho que ficando por aqui, depois poderemos aprofundar no debate. (palmas)

SR. CÉSAR CALLEGARI - Quero anunciar, aqui, a presença dSR. Reinaldo Bicudo, que é conselheiro do Fórum. Do Prof. José, SR. Flávio Cordeiro, que representa a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, SRA. Albertina Café Alves, Movimento Reage São Paulo, Coletivo Socialista Florestan Fernandes, além de educadores, professores que percebo a presença aqui. Quero também dizer que temos alguns exemplares desse processo completo referente ao Plano Nacional de Educação, que realmente não são suficientes para todos os presentes. Conforme o combinado, passo agora a palavra para o Prof. Artur Fonseca, que é presidente do Conselho Estadual de Educação e que terá o prazo de 10 minutos para dar aqui, para nós, uma notícia a respeito dos andamentos dentro do Conselho Estadual da Educação, dessa discussão a respeito do Plano Estadual de Educação do Estado de São Paulo Estado.

SR. ARTUR - Quero registrar com muita satisfação e a convidar a todos a qualquer momento intervir, corrigir, porque até têm mais autoridade do que eu para isso, os ex presidentes do Conselho Estadual de Educação aqui presentes, e que participaram sempre, ao longo desses últimos tempos, dessas discussões e das proposições do Conselho com relação a Plano Nacional e a Plano Estadual da Educação. Também quero dizer aSR. César Callegari, com quem convivi quando Secretário da Educação do Município, atuava no município de Sorocaba, quero dizer que SR. Callegari, de início, já fez algumas provocações com relação à manutenção de Educação infantil. Sorocaba é um dos municípios do Estado que tem uma rede consolidada de Educação infantil muito grande e que, portanto, é afetada pelas conseqüências das mudanças decorrentes no Fundef, mas isso também me remete a algumas considerações feitas pelo Prof. Luizinho. Mas, não vou entrar no debate nesses dez minutos. Primeiro quero deixar claro e dizer o seguinte, a responsabilidade da elaboração do Plano Estadual da Educação, depois da concepção estadual, decorrente da constituinte, da Constituição de 1988, em tese este plano estadual precisa por força da Constituição Estadual, será aprovado

pela Assembléia Legislativa e por remessa do poder executivo. No entanto, a lei que criou o conselho anterior, determina competência ao conselho estadual da Educação no sentido de propor um plano estadual de Educação. Nós, então, temos feito estudos no sentido de fazer uma proposta e de encaminhar esta proposta ao poder executivo para que faça chegar à Assembléia Legislativa, para que possa ser votado nos termos da Constituição. Então, nós estamos absolutamente cientes de que a competência formal de aprovação do Plano Estadual de Educação é da Assembléia Legislativa. Em algum momento da tramitação do Plano nacional de Educação, os conselhos foram convidados a participar e a se manifestar a respeito do que pensava. E acabamos, então, fazendo algumas propostas basicamente no sentido de que o Plano Nacional deixasse as metas quantitativas para que os planos estaduais definissem. De certa forma, isto está contemplado no projeto que acabou sendo aprovado pela Comissão de Educação e acho, então, que cabe a nós retomar aquelas metas qualitativas definidas no Plano Nacional, definidas em termos de Estado de São Paulo e adequar essas metas qualitativas às metas quantitativas que vamos expressar. Vou, até, pedir, e acho que é possível, porque temos tempo, fazer breves leituras do documento oficialmente produzido pelo Conselho Estadual de Educação, através do parecer 802/99 de uma comissão especialmente designada para elaborar diretrizes e procedimentos para a elaboração do Plano Decenal da Educação no Estado de São Paulo. Basicamente, esta comissão elaborou uma proposta dessas diretrizes e acabou sendo aprovada pelo plenário do Conselho Estadual de Educação por unanimidade. Definíamos algumas questões que gostaria de ler. Então, diz o parecer: “Na definição das metas qualitativas e quantitativas do Plano de Educação, recomenda-se a adoção das seguintes diretrizes: na elaboração do Plano de Educação há necessidade de serem fixadas metas qualitativas e quantitativas prioritárias a serem alcançadas num prazo de dez anos. A concentração de recursos em alvos mais definidos e essenciais terá maior probabilidade de eficácia na solução de problemas cruciais e históricos da Educação estadual. Em relação às metas prioritárias o Plano Estadual precisa

escalonar e quantificar as suas metas para o decênio, levando em conta as exigências financeiras e administrativas para a sua realização. Com relação à Educação básica, o Conselho pretende que defina-se efetivamente quanto os Municípios devem aplicar em ensino fundamental e na Educação infantil. Porque, desta forma, é o que está definido em Lei Federal. A Lei nº 9394 definiu que os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e, depois, na Educação infantil. E, só terão despesas nos demais níveis extrapolados os limites de definição constitucional. Os municípios não poderão atuar fora do ensino fundamental e da Educação infantil. A mesma coisa vale para o Estado. Para o Estado fica ensino fundamental e ensino médio. Me parece que, esta é a função fundamental do Plano Estadual de Educação com relação a financiamento. Devemos dizer o modelo de como devem se articular os municípios e o Estado para atacar as prioridades na ordem que este plano definir. Atendido quantitativa e qualitativamente o ensino fundamental é que se deve descer aos outros níveis. Esta sempre foi a ação do Conselho e só peço aos meus colegas de Conselho reparem se não for com esta ênfase. Todas as ações do Conselho sempre foram no sentido de cobrar esta prioridade do Estado e dos Municípios. À medida que aquele prazo de dez anos for muito extenso para o Estado de São Paulo, talvez o próprio Plano Estadual possa contemplar o pedido de que possa haver uma revisão dos critérios do Fundef para os Estados que atingirem o atendimento do ensino fundamental qualitativa e quantitativamente antes do prazo definido. Desta forma, o Conselho, neste momento, vai retomar as discussões com a comissão indicada por este parecer, para compor a comissão que deverá produzir estes documentos. Já há uma cópia deste parecer com uma proposta com 3 fases. A primeira fase, que há uma organização quando há uma escolha de uma comissão executiva, que deverá acontecer no próximo mês, composta dos seguintes membros: 2 representantes da Secretaria Estadual da Educação, um representante da Udine, um representante das 3 universidades estaduais, um representante das instituições municipais do ensino superior, um representante da União Paulista dos Conselhos municipais da

Educação, um representante da secretaria da Ciência e Tecnologia e 3 representantes do Conselho Estadual da Educação. O Plano, na segunda fase, vai proceder estudos, princípios e diretrizes, bases, objetivos e estrutura da Educação nacional e estadual. E vai chegar a uma terceira fase, aonde vai propor, então, um texto definitivo onde estas metas qualitativas e as quantitativas, estão em função dos documentos e estudo dos documentos apontados nesse documento e vai apresentar uma versão definitiva a ser proposta ao poder executivo, através da Secretaria da Educação, que decidirá, nos termos da Constituição Estadual, para a Assembléia Legislativa para a votação. Vou ler aquilo que foi aprovado e que consta do parecer. Quais são os membros indicados para compor a comissão executiva de planejamento para a elaboração deste documento. Isso não significa que esta comissão não possa, e não deva, ouvir todos os segmentos através dos atos que estão aqui previstos de oitiva dos membros. A Comissão executiva é composta de 2 representantes da Secretaria 2 representantes da Secretaria Estadual da Educação, um representante da Udine, um representante das 3 universidades estaduais, um representante das instituições municipais do ensino superior, um representante da União Paulista dos Conselhos municipais da Educação, um representante da secretaria da Ciência e Tecnologia e 3 representantes do Conselho Estadual da Educação. Insisto em dizer que a Comissão executiva deste plano é esta que está definida. (palmas)

SR. CÉSAR CALLEGARI - Com a palavra SRA. Felícia. Logo após as palavras da SRA. Felícia, abriremos para as perguntas para o debate. As perguntas podem ser feita oralmente ou por escrito, sendo que, pelo que combinamos em questão do horário, perguntas que não forem respondidas por falta de tempo, ou mesmo aqueles que queriam formulá-las e não queira, necessariamente, que elas sejam respondidas aqui, os Srs. Deputados e os integrantes da Mesa certamente depois poderão encaminhar as respostas por escrito, desde que haja identificação de quem perguntou. Quero parabenizar o trabalho realizado pelo SEADE.

SRA. FELÍCIA MADEIRA - Queria, inicialmente, agradecer SR. Deputado César Callegari, não só pelo convite de hoje mas gostaria de dizer que a Fundação SEADE está extremamente orgulhosa de ter sido convidada para ser parceira nessa discussão, neste enorme desafio de tentar entender o que vai acontecer neste Século 21, estabelecendo metas. Então, para nós, realmente, é um grande orgulho, porque participamos, não só das temáticas da Educação, mas acho que foram 2 ou 3 comissões temáticas em que o SEADE forneceu base de dados e diagnósticos bastante rápidos da situação. Em segundo lugar, queria dizer que gostaria demais que as pessoas que, de alguma forma estivessem envolvidas com a questão educacional, tivessem contato com esse diagnóstico que fizemos que, de certa forma, aponta as tendências da Educação no Estado de São Paulo, que todos sabemos, acho que avançamos muito na questão da Educação, mas que ainda persiste, infelizmente, enorme déficit que, através de tecnologia, pudemos detectar, exatamente, aonde estão esses deficits. Em terceiro lugar, gostaria de dizer o seguinte, que a Fundação SEADE é um banco de dados e o que sinto é o seguinte, se há alguma vantagem, neste enorme déficit educacional, é que agora que estamos desenhando as novas políticas, estamos o fazendo no momento em que o avanço tecnológico nos permite utilizar muito rapidamente dados, bancos de dados, informações e que acho que estão sendo muito pouco usadas. As pessoas ainda não perceberam que informações da maior importância hoje estão amplamente disponíveis, inclusive na área de Educação. Por exemplo, com o resultado das pesquisas que tenho hoje, gostaria muito de estar debatendo aqui, sobretudo com, o professor Luizinho, com o resultado das pesquisas que temos hoje, e infelizmente, não temos tempo. Então, se há alguma vantagem é que hoje dispomos de enormes informações. Quer dizer, hoje sabemos exatamente aonde estão os bolsões dos jovens sem escolaridade, para podermos agir muito rapidamente nesses lugares. O recado que queria deixar hoje é que devemos utilizar, e o SEADE tem excelência para isso, de um enorme banco de informações e pesquisas que temos hoje, de tal forma para melhorarmos o mercado de trabalho. Esgotou o meu tempo.(palmas)

SR. CÉSAR CALLEGARI - Gostaria, mais uma vez, de parabenizar e agradecer toda a equipe do SEADE. É uma instituição do Estado de São Paulo. Isso é importante que se diga e que tem dado uma extraordinária contribuição à Assembléia Legislativa. Temos 30 minutos para o debate. Já tenho aqui inscrições, entre elas, passo a palavra para o Prof. Reinaldo.

SR. REINALDO - Bom dia a todas e a todos. Queria, em primeiro lugar, deixar claro aqui o esforço que toda a sociedade faz para participar do Fórum, porque todos aqui têm compromisso e estamos todos na luta para podermos construir uma sociedade melhor e mais fraterna. Queria indagar, em primeiro lugar, quando construímos o LDB foi um foro muito amplo em defesa da escola pública e ela foi engavetada e foi construída pela sociedade. Foram anos de lutas no Congresso. Houve vários acordos. Conseguimos construir e, de repente, ela ficou engavetada e passou à LDB hoje que aqui está. No Plano Nacional da Educação, a mesma coisa. Existe um primeiro CONED, o segundo CONED, existe na Câmara dos Deputados um Plano Nacional da Sociedade e temos um outro plano que SR. Deputado é o relator. E a mesma pergunta temos que fazer para o Fórum. O que vai nos levar a discutirmos no Fórum o nosso plano estadual? Ou vai ser o mesmo engodo que aconteceu na LDB, que está acontecendo no Plano Nacional da Sociedade e que vai acontecer aqui no Estado de São Paulo? O exemplo que podemos citar é a composição do Conselho. Quem nomeia os conselheiros? É a Secretária da Educação. 6 a 5. Então, dá-se 1 para a maioria para que o Conselho defina qual é a política que se vai implementar. Então, nos outros Estados onde existem, e daí podemos mudar essa composição, que tenha, pelo menos, representações da população, da sociedade, dos trabalhadores, dos alunos. Neste conselho não temos acesso. Nos outros Estados existe o acesso e quem determina não é a Secretária da Educação ou o Governador. O conselho é indicado pelos seus pares. Então, seria necessário que se fizesse um projeto de lei, já eu não se terá ônus, porque o papel do Deputado é fiscalizar. Todos os trabalhadores e todos os

movimentos das sociedades estão cansados de promessa e gostaríamos, de fato, que o Plano da Educação vingasse e que a sociedade realmente participasse desse plano. Muito obrigado. (palmas)

SR. NELSON MARCHEZAN - Gostaria de prestar uma informação, no www.câmara.gov.br, todos os Srs. encontrarão o meu parecer. E os Srs. hão de ver como são questões totalmente diferentes. Segundo, tenho na página 119 deste relatório, o gasto de todos os países. E não há nenhum que chegue a 7%. Nenhum. Ao contrário do que se disse aqui. 7% é um esforço enorme que, se pudermos atingir, já serão, no mínimo, 20 bilhões a mais de Educação. Isso dá para se fazer uma revolução. No plano tem-se as metas e objetivos no plano de Educação de jovens e adultos, onde se erradica todo o analfabetismo em dez anos, estabelece os modos de se chegar até lá. Gostaria de dizer, também que, quando a comissão de reforma tributária esteve aqui, ela tinha reduzido os recursos da Educação. Salvamos 5 bilhões. O plano não tem poder negocial. Temos que municiar os recursos. Gostaria de falar aSR. Reinaldo que considerei muito o que SR. disse. Têm muitos pensando que estou fazendo um plano do Governo. O próprio voto em separado da comissão é um voto de crítica aos projetos do Governo. Fiz um plano para o País. E considerei muito o segundo CONEB. Obrigado.

SR. CÉSAR CALLEGARI - Antes de passar a palavra aSR. Deputado Luí, quero também ler, rapidamente, a manifestação do Prof. Palmiro Menucci, que diz o seguinte: “Ouvimos atentamente a exposição do Deputado Nelson Marchezan, do prof. Artur Fonseca Filho, da profa. Felícia Madeira, mas faço minhas todas as palavras do Deputado Luizinho. Pergunto aos Srs. Deputados, com os salários que o nosso povo vem recebendo, inclusive os professores da ativa e inativos, poderá haver combate à pobreza e à desigualdade social? Haverá melhora na Educação?” O que proponho é que essas perguntas que foram feitas por escrito, o Deputado poderá respondê-las na sua próxima fala. Com a palavra SR. Deputado Luís.

SR. LUÍZ CARLOS DA SILVA - Primeiro gostaria de dizer ao meu colega, Sr. Nelson Marchezan, que não fiz imputação nenhuma individual e pessoal. Quis dizer que, no contexto, ou admitamos o país, portanto com quem está com a ação de executar e de produzir as políticas e de cumprir as políticas, assumo para si a compreensão de que há um déficit e ataca-se esse déficit e resolvido, traz-se a patamares de manutenção, ou não iremos caminhar. E os patamares citados pelo SR. Deputado, são patamares de manutenção. É verdade que 7% será um grande avanço, mas temos uma realidade factual neste momento e que devemos resolver este problema. O que aponte na erradicação do analfabetismo é que do acordo aprovado no Congresso, consensualmente, de Educação fundamental e não ensino fundamental regular. Somente citei isso. Objetivamente, há uma realidade no país em que os municípios, o Estado e a União estão concentrando numa parte e numa parcela da Educação básica. E por quê? Porque não se ataca o déficit. É esse o problema. Só estou ligando as coisas. Segundo, se a situação do déficit pode ser um parâmetro? Pode. Somos uma aberração internacional em relação à concentração de renda do país. E produzimos o 3º salário mínimo, em termos nacionais. Só ganhamos de 2 países. Quer realidade mais objetiva? Mais violenta? E se a Educação pressupõe desenvolvimento de qualidade de vida e desenvolvimento econômico, está provado que temos um déficit. Não são dados que este deputado está apresentando. Estou só apontando a realidade. Da questão da participação, quero deixar claro, nós não temos o poder deliberativo. Confirmei aqui que o debate que fizemos foi intenso. Na lógica geral, tivemos um resultado final, que do nosso ponto de vista, não deu conta. O Governo só apresentou uma proposta de PNE quando a sociedade civil levou para dentro da Câmara uma proposta de forma mais organizada e de luta. E a Câmara que havia votado uma LDB, depois se submeteu à casa revisora e aprovou a LDB da casa revisora e não a dela, porque ela poderia ter reafirmado a sua posição na LDB. Só estou apresentando os fatos objetivos que ocorreram.

SR. - Bom dia, primeiro queria compactuar com toda a opinião do professor Luizinho. Queria fazer uma colocação rápida e um convite para todas as pessoas presentes, não seria possível todos de uma vez, mas que visitassem a nossa escola. SR. Deputado Nelson Marchezan falou que a grande causa do Século 21 é a Educação. Eu acredito que SR. Mário Covas deve estar no século XX ou 21, porque ee não está tendo essa visão. Na nossa escola, na Getúlio Vargas, a qual eu trabalho, em 1996 a área de eletrônica tinha 1143 alunos distribuídos nos 3 períodos. Uma média de 400 alunos. Hoje, com o novo curso modular, com a nova estrutura do curso técnico, nós temos 450 alunos na área de eletrônica estudando à tarde e à noite. São cursos profissionalizantes de eletrônica e de telecomunicações, onde o profissional tem que ter uma qualificação e tem que estar combatendo a pobreza dele. E toda essa redução que está acontecendo no Centro Paula Souza é em detrimento, única e exclusivamente, de déficit financeiro. Ou seja, o S. Governador diz que para o Centro Paula Souza, a folha de pagamento tem que ser, no máximo, de oito milhões. O meu contato com SR. Deputado César Callegari foi estabelecido em julho do ano passado, onde o Centro Paula Souza não iria abrir vestibulinho. Ou seja, eles não estavam abrindo a possibilidade de alunos estudarem na nossa escola. Então, fizemos uma passeata, fomos até a Secretaria da Ciência e Tecnologia. Mandamos E-mail para SR. Deputado, ele nos deu uma força e conseguimos abrir o vestibulinho. Mas, sentimos que estamos à mingua. E, hoje, temos uma estrutura na Getúlio Vargas para 4500 alunos. Ou seja, 1500 alunos, por período e nós temos, hoje, 2000, 2100 na área técnica. Na parte da manhã não tem um laboratório funcionando na área técnica. Então, convido os Srs. Deputados e todas as pessoas aqui presentes, para conhecerem a minha escola, porque eu trato como minha escola. E estarei mostrando todas as nossas instalações, equipamentos de primeira linha. Tudo o que podemos ter para ensinar um ensino técnico. Era essa a colocação que queria fazer. Muito obrigado. (palmas)

SRA. HILDA - Somos aposentados do Magistério público do Estado de São Paulo. A ênfase que ouvimos do SR. Deputado Nelson Marchezan, e com a qual concordamos, que a Educação deve ser a prioridade nacional. É uma exigência absoluta para que o país saia desse subdesenvolvimento. Exige, também, que as carreiras do Magistério deixem de ser tão profundamente desvalorizadas como estão agora. Basta ver o que ganham, quem tem nível universitário no Judiciário e no Legislativo. Deixar de desvalorizar tão profundamente as carreiras do magistério entra em profunda contradição com o que foi aprovado na Câmara Federal, o PLC 43, no Senado, e que agora está para sanção presidencial, que exclui o magistério das carreiras típicas ou exclusivas do Estado. Por exemplo, quem, com a mesma qualificação de quem está no serviço público está na iniciativa privada, quando está em atividade ganha muito mais do que estão no serviço público nessas carreiras desprestigiadas, como as carreiras da Educação. O Governo, ao passar as carreiras que não são típicas de Estado, para o INSS, ele já está pensando na maneira como ele não vai ter que depositar tudo aquilo que o FGTS exige. Isso é uma contradição profunda com essa ênfase que é dada no Plano Nacional de Educação. Os Srs. me desculpem, porque fico emocionada, porque fico muito revoltada com tudo isso que acontece na Educação. Me desculpem, por favor. (palmas)

SRA. MARIA RITA - Na verdade é uma questão rápida, porque estamos discutindo num plenário e, há de convir, que é um plenário qualificado, já fazendo uma discussão em cima do plano. Mas, existem algumas questões que não podemos deixar de colocar porque são visões diferentes. Queria entrar na discussão eu e o professor Artur tinha feito com relação a metas quantitativas e qualitativas. A preocupação que tenho é que parece que vivemos mesmo naquele Brasil do século XVI, dos viajantes que dizia que aqui tudo é invertido. Primeiro, estabelecemos a meta quantitativa para depois estabelecermos a meta qualitativa. Primeiro, se aprovou o fundo e agora se discute Plano Nacional de Educação. A grande

discussão que temos que fazer aqui é, de fato, quais são as metas qualitativas e, em cima dessas metas, discutirmos de fato que queremos. E fico um pouco preocupada com a proposta do Conselho Estadual com relação à questão de definir um plano estadual a discussão de índices para ensino fundamental e para Educação infantil. Porque a realidade é muito diferenciada. Definir, então, quanto os municípios devem aplicar em ensino fundamental e em Educação infantil? Não é essa a discussão?

SR. NELSON MARCHEZAN - Não.

SRA. MARIA RITA - Eu tenho uma preocupação muito grande, porque hoje todo o mínimo vira máximo. As entidades sindicais fazem, hoje, uma briga muito grande, tanto com o Governo do Estado de São Paulo como com o Município do Estado de São Paulo. Porque se entende que 25% não é mínimo, é o percentual constitucional. Então, apesar de na Lei Orgânica estar 30%, apesar de na Constituição Estadual estar 30% de verbas vinculadas à Educação, o que se aplica hoje, é 25% e se diz que é constitucional. Então, essa discussão de 7% ou 10% em cima do PIB é extremamente complexa. Quando SR. Deputado diz que fez uma pesquisa e poucos são os países do mundo que aplicam 7% do PIB. Se não tiver necessidade de se aplicar 7% do PIB, porque as grandes carências educacionais estiverem sido vencidas, não é preciso mesmo, porque seria um desperdício. O problema é saber hoje, nas metas qualitativas que estabelecemos, esses 7% são suficientes. E queria até aprofundar um pouco mais, acho que o Fundef e o Fundeb têm o mesmo espírito, só que um amplia, dando um conceito de Educação básica e isso, ainda, continua limitado, porque não é verdade, que a aplicação do Fundef acabou tendo resultados pontuais positivos. Ao contrário. 2700 municípios ganharam com o Fundef, mas 2800 municípios perderam verbas com o Fundef. Não se trata de criar fundos. Se trata de estabelecer essas metas educacionais e, aí sim, faz-se custos em cima desses custos.(palmas)

SRA. CARLA - Bom dia a todos. Eu sou a Carla, presidente eleita da maior entidade estudantil da América Latina, tem 47 milhões de estudantes na sua base e quero saudar a iniciativa do Fórum e cumprimentar também aqui os expositores. Primeiro lugar, quando falamos em Plano Nacional de Educação, é importante compreendermos o que é um e o que é outro. Porque o PNE do Coned, não é simplesmente o PNE do Coned. É o PNE da sociedade brasileira. E no Coned estava inserido mais de 20 entidades que são representativas, hoje, de todo um campo educacional dos estudantes, dos trabalhadores, enfim. E tem uma importância muito grande. É o PNE legítimo. O outro PNE é o PNE do Governo Federal, que segue uma lógica inversa do PNE da sociedade brasileira. Por quê? Por dois motivos. O PNE do Governo Federal, que aqui o S. Deputado representa, ele entra com duas lógicas. A primeira é a seguinte, o PNE do Governo, anuncia 67 metas, das quais 59 estão marcadas com asterisco implicando, pois, com a colaboração da União. E apenas 16 são assinaladas com 2 asteriscos, dependendo, portanto, da iniciativa da União. Então, a primeira característica do PNE do Governo é centralizar as decisões políticas da Educação e não investir em nenhum campo. A segunda questão, é que ele segue uma lógica que é a da racionalidade financeira. Ou seja, Educação não é prioridade. Essa é questão. Mudar a lógica que está colocada, hoje, para a Educação. E o segundo aspecto, é uma pergunta. Se se tem interesse por parte desse projeto, e é prioridade no Brasil a Educação, gostaria de saber por que das privatizações, de todo o bolo que foi juntado o dinheiro, se junto foi criado o DRU, que vai retirar 3,1 bilhões da Educação, fora outros setores, e vai se canalizar todo esse dinheiro para o pagamento da dívida externa, e para financiar Bancos falidos. Quero saber se é prioridade, de fato, investir na Educação, por que, de fato, não se investe na Educação e se muda essa lógica? Um país que garanta vaga para os estudantes nas universidades, um país que garanta que boa parte da juventude esteja dentro e não fora da escola? (palmas)

SRA. MARIA ANTÔNIA - O que gostaria é de fazer um pleito, em nome da APASE e acredito que seja em nome de todas as entidades, para o Conselho Estadual de Educação. Vimos, aí, por este parecer 802, que essa comissão não inclui os representantes e os profissionais das entidades da Educação. Então, já fizemos isso em outra ocasião, para o Prof. Artur, pedindo que nestas comissões que digam respeito à Educação, os sindicatos estejam presentes. Então, se temos que dar conta dessa Educação, como direito e resolver este problema, da Educação como direito, da Educação como desenvolvimento, da Educação como erradicação da pobreza, precisamos estar incluídos na construção deste Plano Estadual da Educação, porque, senão, vamos ter ao final, quando estivermos aprovando o Plano, o Plano da sociedade e do Estado de São Paulo e o Plano do Governo. Gostaríamos de não fazer isso separado. É só isso.(palmas)

SR. CÉSAR CALLEGARI - Passo, agora, a palavra para as considerações finais. Em primeiro lugar, para o professor e deputado federal, Luizinho.

SR. LUÍZ CARLOS DA SILVA - Se o Executivo vai fazer uma proposta e a vai apresentar para a Assembléia é uma coisa. Agora se o conselho está constituindo uma comissão para apresentar uma sugestão para o Executivo, é inadmissível que coloque várias representações e não coloque os profissionais e os usuários. Quero deixar clara a minha opinião. Outra coisa, fizeram-me uma pergunta e quero dizer que depende. Com o Fundef, qual seria o caminho? Apresenta 3 sugestões: subordinar-se ao Estado, compor, criar o seu próprio sistema. Depende da realidade. Há municípios que optaram por fazer a sua rede própria. Em princípio, isto pode até ser um problema, porque se tem dois entes governamentais atuando num mesmo segmento e num mesmo local. Para completar, queria dizer que estamos apontando esses problemas porque, de fato, acho que convivem aqui duas concepções e apontamos um problema gravíssimo: que não há a consistência financeira. E isso não é culpa do SR. relator. Poderíamos apontar caminhos de

consistência financeira. Tentamos fazer isso. Quero dizer que o projeto, está na comissão de finanças e, depois, irá para a justiça.

SR. NELSON MARCHEZAN - O projeto havia ido para as finanças, mas tínhamos feito um acordo com o presidente da Câmara. Como a Lei de Diretrizes e Bases foi diretamente da comissão para o plenário, então não foi. Agora, deve ir a plenário.

SR. LUÍZ CARLOS DA SILVA - Queria dizer que o relator acatou muitas emendas e queria parabenizar, mais uma vez, a SR. César, à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo por este Fórum que vem sendo realizado.(palmas)

SR. NELSON MARCHEZAN - Queria dizer 2 ou 3 coisas rápidas. Primeiro, o professor Roberto, da Udemo pergunta como equacionar o coeficiente do PIB com os percentuais dos Estados e Municípios. Estabelecemos 5% ao ano de avanço e devemos fazer uma emenda constitucional que estabelece os avanços dos Estados e dos Municípios. Temos que tratar de coisas viáveis. Segundo, como garantir política públicas, pergunta alguém, de inclusão? Não imaginem como isso é difícil. Quis aumentar de 100 milhões para 1 bilhão, e fiz uma comissão com as indicações. A comissão de Educação não aprovou isso. Frustração e indignação eu também tenho. Gostaria de dizer o seguinte, umas das simples metas do plano. Primeiro: “determina o plano que no primeiro ano sejam implantados planos de carreira para o magistério.” Segundo: “Igualmente, níveis de remuneração com piso salarial de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional, assegurada a promoção por mérito.” Terceiro: “Os profissionais que atuam na área administrativa e técnica também deverão ter seus planos. Os professores terão jornada de trabalho de tempo integral na mesma escola, quando conveniente, e da qual entre 20 e 25 do tempo serão reservados para preparação de aulas, avaliação, reuniões de escola.” E vai por aí afora. A formação e a qualificação será programa permanente e tudo o

mais. Por favor, discutam isso e mandem a sugestão. Aqui está o plano e tem coisas boa, sim, inclusive da oposição. Evidentemente, me emocionei com a indignação da Professora Hilda e faço minhas as suas palavras. Tenho muitos parentes que são professores. Carla, queria dizer duas coisinhas. Primeiro, gostaria de dizer o seguinte, o Professor Luizinho se equivocou quando afirmou que o Governo só fez o plano depois do Coned. Não. O plano tinha feito uma sondagem de toda a sociedade brasileira. O Governo tem legitimidade e ouviu a sociedade. Fizemos o seguinte, em dez anos estamos aumentando de 10 para 30% o número de estudantes universitários, na idade de 18 a 24. E mais, estamos preservando, no mínimo, 40% da escola pública. Este plano tem todos os modernos planos de Educação e adulto. Foi um prazer muito grande. Por favor, mandem sugestões concretas, que vamos considerar. Obrigado. (palmas)

SR. CÉSAR CALLEGARI - O professor Artur está falando que todos os segmentos da sociedade envolvidos com a Educação. Quero agradecer a presença de todos e apenas marcar o seguinte, particularmente, com relação aos conselheiros aqui, todos já receberam esse material do Plano Nacional de Educação e já receberam também um material preparado pelo Conselho Estadual da Educação, que foi aqui apresentado pelo professor Artur. É muito importante, até pelos elementos que já foram aqui apresentados, que os conselheiros e as entidades aqui representadas, os educadores, aqueles que participaram aqui dessa reunião, possam trazer a nós, aqui desse Fórum, as suas contribuições, as suas críticas, as suas recomendações, porque não apenas isso será obviamente matéria de tratamento aqui na Assembléia Legislativa, que ao final das contas, ai deliberar, vai votar em plenário o Plano Estadual da Educação, como também há uma possibilidade de algum debate, de alguma interferência na Câmara Federal, quando realmente for votado o Projeto de lei em Brasília. Agradeço muito a participação de todos. Em especial o Deputado Nelson Marchezan, o deputado Luizinho e, enfim, a

todos. Entraremos em contato com os participantes do Fórum para dar continuidade aos nossos trabalhos. Muito obrigado. (Palmas)

04.09.200

- César Callegari – Deputado e coordenador do grupo temático Educação
- Renata – Professora, representante da APEOESP
- Gláurea – Professora, do Centro do Professorado Paulista, CPP
- Maristela – Representante da Unesp
- Corinta – Representante da Unicamp
- Lizete – Representante da Faculdade de Educação da USP
- Lita – Representante da Apampesp
- Iraildes Pereira – Representante do Conselho Municipal de Educação
- Euler Bahia – Professor, representando o Instituto Adventista
- Liliane –

SR. CÉSAR CALLEGARI - Em nome do Fórum São Paulo Século 21, quero agradecer a todos pela possibilidade deste encontro, extremamente importante, pois estamos chegando ao final da nossa contribuição no Grupo Temático Educação.

No ofício que remeti a cada um dos conselheiros, procurei explicar que o trabalho foi uma aproximação daquilo que ficou decidido por vontade majoritária dos conselheiros, ou seja, estabelecer um processo de imaginação a respeito dos requisitos educacionais do Estado de São Paulo para os próximos dez anos, isto é, uma idéia de projeção.

Ficou também debatido entre nós que não teria nenhum cabimento fazermos esse exercício sem levar em consideração aquilo que já estava sendo encaminhado, no Congresso Nacional, sobre o Plano Nacional de Educação.

Fizemos, em fevereiro, um debate muito interessante a respeito desse Plano na Assembléia Legislativa e, depois disso, colhemos observações dos conselheiros do Grupo Temático Educação. Reunimos algumas informações mais disponíveis, não todas, a respeito do quadro educacional do Estado de São Paulo e procuramos elaborar um anteprojeto do que poderíamos chamar de “subsídios”, para a elaboração de um Plano Estadual de Educação no Estado de São Paulo.

Insisto em dizer que é um anteprojeto e um documento de subsídios. Embora seja, mais ou menos, parecido com o Plano Nacional de Educação, não teríamos nenhuma pretensão em fazer aquilo que deve ser, no nosso modo de entender, um processo altamente participativo de todos os segmentos da sociedade para a elaboração, propriamente dita, do Plano Estadual da Educação, o que deverá ocorrer a partir do ano que vem. A idéia desse documento é de subsídios; não temos pretensão maior do que isso.

Embora, para a elaboração desse documento de subsídios, tenhamos contado com a participação de alguns conselheiros, a nossa intenção é apresentá-lo para que possa ser debatido, criticado, emendado, rasgado, se for o caso, por todos os senhores, e, com isso, ter alguma coisa que signifique realmente uma contribuição para todos aqueles que, em momento oportuno, começarem a se

dedicar, de maneira mais intensa, à elaboração das diretrizes e bases de um Plano Estadual de Educação para o Estado de São Paulo.

Quero registrar e agradecer as presenças das Professoras Renata, aqui representando a APEOESP; Gláurea, do Centro do Professorado Paulista, CPP; Maristela, representando a Unesp; Corinta, representando a Unicamp; Lizete, representando a Faculdade de Educação da USP; Lita, representando a Apampesp; Iraildes Pereira, representando o Conselho Municipal de Educação, presidido pelo Professor Nassim, do Professor Euler, representando o Instituto Adventista, e da Liliane.

Agora, gostaria de discutir a metodologia. Penso que, a partir de agora, o ideal será ouvir de cada um dos senhores as observações, críticas e recomendações, sem prejuízo de qualquer outro material, documento ou informação, que também queiram remeter, depois, por escrito. A Udemo, por exemplo, já nos enviou um documento.

A idéia é que, a partir desta reunião, estejamos caminhando para o final da nossa participação, como contribuintes deste Fórum São Paulo Século 21. Assim, o objetivo é que, após a reunião de hoje e, eventualmente, com o aproveitamento de dados escritos que venham, fechemos um documento que será enviado à coordenação-geral do Fórum na Assembléia Legislativa.

Dessa forma, está aberta a palavra.

SRA. LIZETE - Bom dia a todos. Como não tive uma participação maior nos outros eventos, desconheço os critérios usados para se chegar a esse documento. Não sei se seria repetitivo, mas talvez fosse interessante colocá-los, porque tenho algumas divergências, digamos, irrelevantes, de correção histórica e de fundo.

Como não sei se esses documentos já foram debatidos, eu indagaria se poderíamos começar hoje um debate, entre nós, dessa discussão. Estou pensando em termos de possibilidade de horário e aprofundamento de assunto, porque há

coisas que podemos incorporar, e outras de posições muito divergentes. O ideal seria caminharmos com uma proposta, razoavelmente, comum.

SR. CÉSAR CALLEGARI - O que procuramos fazer foi levar em consideração a estrutura do Plano Nacional da Educação, mesmo reconhecendo os enormes debates e até divergências que aconteceram na sua elaboração. Todos sabem que, no Plano Nacional de Educação, o resultado do que foi aprovado na Câmara Federal é uma linha; há uma outra proposta elaborada, originalmente, pelo Deputado Ivan Valente, que acabou perdendo em termos de disputa na Câmara Federal.

Levando em consideração que o Plano Nacional da Educação já está andando a passos largos para a sua aprovação no Congresso Nacional, sem discutir muito o mérito, resolvemos assumir o seu formato como uma maneira de organizar e lidar com a realidade em São Paulo. Portanto, a nossa preocupação maior é em termo de formato, como ficou claro aqui, e menos em relação a conteúdo.

Não houve uma discussão, Lizete, sobre esse documento, sendo esta a primeira, e ela deve acontecer. Mesmo as divergências de fundo, que você diz ter, são extremamente preciosas e devem ser explicitadas. Se não for possível esgotar esse debate hoje, vamos providenciar para que tenha continuidade. A sessão de trabalho, que pode ter desdobramento em mais alguns dias, é a última desta nossa etapa.

A idéia, volto a dizer, até pela premência do tempo, é que, no prazo mais rápido possível, possamos oferecer, à coordenadoria do Fórum São Paulo Século 21, um documento que reflita, no que for mais substantivo, o pensamento básico do grupo de conselheiros.

SRA. CORINTA - Há algum calendário geral que faça com que esta seja a última reunião?

SR. CÉSAR CALLEGARI - O calendário geral apontava que os documentos do Fórum, para serem consolidados, deveriam ter sido preparados até o final do mês de junho. Então, estamos bem além do calendário fixado pela própria Assembléia. Esta é a última etapa e não temos mais condição de fazer outro seminário ou outras programações diferentes desse debate entre os conselheiros sobre a proposta de documento.

SRA. LIZETE - Tem havido reuniões sistemáticas do Plano Estadual - não sei se a representante da APEOESP está aqui por conta disso -, e um conjunto de entidades vem discutindo a proposta do Plano e o desencadeamento dessa questão no Estado de São Paulo. Eu perguntaria se eles têm representação aqui, porque existirão, potencialmente, dois documentos, e não podemos repetir uma crítica que o próprio documento faz, ou seja, elaborar um documento só para ser um documento. Só tem sentido haver discussão, no caso da Casa, de projetos visando a sua implementação.

Do ponto de vista de calendário, eu soube que o Conselho Estadual de Educação, que também já havia lançado essa proposta no ano passado, abriu mão desse calendário. Em tese, eles continuam responsáveis pelo Plano, mas abertos a uma discussão mais ampla. Como se colocaria isso?

Em tese, temos três grupos trabalhando com essa questão; nós, o Conselho Estadual e o grupo de entidades que se vem reunindo, sob a liderança da APEOESP, toda segunda-feira.

Acredito que haja algum representante que possa falar sobre isso, para que tenhamos condição de nos situar.

SR. CÉSAR CALLEGARI - De fato, é o que está havendo. Quando tomamos a decisão, ainda no ano passado, de caminhar dessa maneira, ou seja, fazer a especulação a respeito de demandas e possibilidades educacionais no Estado de São Paulo pelo próximos dez anos, ainda não haviam sido iniciadas atividades

como as que estão sendo realizadas pelas entidades sobre o Plano Estadual de Educação.

Embora, por várias vezes, tenhamos feito solicitações e aberto a possibilidade de que se desse essa incorporação, para que a Assembléia Legislativa também pudesse ser um estuário das preocupações, considerações e propostas que estão sendo elaboradas pelas entidades, não recebemos esses subsídios. Não é nossa intenção cooptá-los, embora em última instância, será a Assembléia Legislativa que irá aprovar a lei do Plano Estadual da Educação. Já é positivo o fato de estarmos cuidando desse assunto.

Sobre o Conselho Estadual da Educação, embora tenha aqui apresentado a sua proposta, também não participou de forma mais ativa, embora a coordenação do Grupo Temático de Educação Fórum São Paulo Século 21 tenha várias vezes insistido, abrindo o canal para suas sugestões.

Acredito, Lizete, que vamos, muito provavelmente, considerar o trabalho da Assembléia Legislativa como um trabalho preliminar, que será, talvez, um subsídio para os outros vários grupos que venham a se aprofundar nesse debate, na propositura de idéias. É uma das contribuições.

Não tivemos, em nenhum momento, a intenção de que as demais contribuições pudessem ser trazidas para a Assembléia Legislativa. Obviamente, que, se vierem, irão enriquecer o que já está sendo produzido, tornando-se um subsídio de melhor qualidade.

SRA. RENATA - É importante, como representante da APEOESP, dar um esclarecimento. Essa iniciativa de abordar o Plano Estadual da Educação é do FEDEP - Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública -, constituído há um certo tempo, que tem discutido a necessidade de se enfrentar o debate em torno do Plano Estadual de Educação há algum tempo.

Este ano, já houve reuniões, no início do ano, quando iniciamos o debate, mas, em função de uma conjuntura política, mais objetivamente a greve, todo o

calendário que tinha sido organizado em torno da discussão do Plano foi adiado. Na verdade, deu-se início a essa discussão mais ativamente no mês de agosto.

Quando recebemos esse documento na APEOESP, não tínhamos conhecimento das discussões que estavam sendo travadas no sentido de elaborar um subsídio para o debate do Plano Estadual de Educação. Fizemos uma análise e compreendemos esse documento como um subsídio, porque ele mesmo se expressa dessa forma, realizando uma série de debates e discussões.

Temos também algumas críticas a fazer ao documento, mas não acreditamos que deva ser rasgado, como uma das alternativas colocadas. Realmente, pensamos que há algumas deficiências, alguns problemas, mas fazem parte de todo um processo de discussão e elaboração de qualquer coisa que pretendamos fazer de forma comum. Se houvesse consenso logo de início, não haveria necessidade de debate.

Temos discutido no próprio FEDEP que é muito importante - talvez, por isso, estejamos aqui - saber como realizar um diálogo no sentido de construir uma proposição que possa ser um subsídio o mais consensual possível, e chegarmos ao objetivo de apresentar, mais para a frente, uma proposta mais acabada de um plano de educação para São Paulo, sem entrar no mérito das críticas pontuais que temos ao documento preparado pela Comissão Temática do Fórum.

SR. - Eu queria completar em dois aspectos. Um é que, de fato, nós, da APEOESP, tivemos conhecimento de várias reuniões do Fórum Século 21, mas, como a Renata falou, uma conjuntura de greve, onde a APEOESP teve um papel importante, impediu que pudéssemos acompanhar com mais presença as reuniões da Assembléia Legislativa.

A segunda coisa é que, na última reunião do Fórum, tentamos verificar de que maneira podemos fazer a discussão. Estou falando isso em função de algo que foi dito a respeito de fazer documentos por fazer.

No caso do FEDEP, a intenção é que qualquer tipo de plano que venha a sair daquela iniciativa seja o mais socialmente compartilhado possível, mais amplamente discutido possível.

Apesar do nosso atraso em termos de calendário, pretendemos, tomando esse documento como subsídio, que, do ponto de vista do FEDEP, algo que saia dali seja uma coisa amplamente discutida.

SR. CÉSAR CALLEGARI - Se vocês pudessem começar a apresentar essas observações e críticas que fizeram, isso já seria uma contribuição, porque estamos anotando e gravando.

SRA. MARISTELA - Nós, no caso da Unesp, pensamos que hoje fosse já uma reunião para finalizar. Não tínhamos idéia de que ainda poderia haver uma discussão, mesmo porque foi essa a tarefa que nos foi dada, ou seja, estudar o documento e trazer alguma coisa no sentido de enriquecer, modificar, etc.

Fizemos um documento curto, de seis páginas, trazendo subsídios para a elaboração do Plano Decenal, tomando alguns pontos que elegemos como prioritários: a garantia de ensino fundamental a todos que não tiveram acesso e a erradicação do analfabetismo, a valorização do profissional do ensino, no qual nos ativemos mais.

Sobre esses dois pontos, trouxemos por escrito as nossas contribuições. Se for o caso, posso ler; se não, aguardo.

SR. CÉSAR CALLEGARI - Acredito que será bom.

SRA. MARISTELA - “Considerações. Esse documento que compõe o subsídio para a elaboração do Plano Decenal de Educação do Estado de São Paulo

está bem constituído, porém, para que o Plano Decenal venha a ser implementado, deverá prevalecer a vontade política dos governantes e o apoio da sociedade.

Quanto à primeira, ou seja, a vontade política, esta resulta da visão de mundo e dos compromissos estabelecidos pelos governantes ao projetarem suas metas para solucionar os problemas existentes e superar o atraso reinante.

Essa é uma questão complexa, e a direção que toma deriva, principalmente, da conjugação das forças dos partidos políticos, alianças possíveis entre os mesmos e da força de organização da sociedade civil.

No entanto, quanto ao apoio da sociedade, sabemos que, se ela é organizada e permite a participação e o controle do cidadão em relação aos Poderes Executivo e Legislativo, é possível prever o apoio. No entanto, se a sociedade não tem a organização que decorra de seu desenvolvimento e maturidade, na qual a participação do cidadão seja marcante, como nas sociedades com tradição democrática, o apoio não se efetivará.

Sendo o apoio da sociedade vital para a consecução do Plano Decenal, torna-se fundamental que, além de participar da elaboração do mesmo, as associações de classe, clubes de serviço, sindicatos, instituições de ensino, organizações não-governamentais, entre outras, sejam instadas a acompanhar a implantação do mesmo.

Cabe ao Poder Legislativo zelar por essa empreitada, realizando uma tarefa histórica que impulse e permita o aprendizado e dever cívico que cabem às instituições sociais, pois são elas que devem cuidar dos interesses primordiais dos cidadãos. Sem isso, corremos o risco de, mais uma vez, escrevermos o Plano e não implementarmos.

Solicitada a sociedade, a criação de leis de incentivo é indispensável para se aproveitar o potencial que se tem em nosso meio. Um dos incentivos seria, à semelhança de outras leis que redundam em benefício para o patrocinador, o de estimular as empresas que usam os meios de comunicação em geral a se disporem a contribuir com a educação para a cidadania.

O uso de um percentual x , gasto com propaganda e marketing da empresa, deveria ser destinado a campanhas educativas duradouras que resultassem, no mínimo, da formação de uma opinião positiva do cidadão em relação aos aspectos primordiais que melhoram as relações sociais.

Como exemplo, poder-se-ia usar os percentuais x de propaganda e marketing, para mensagens dirigidas aos pais para incentivarem seus filhos a respeitarem e amarem sua escola; às crianças para serem assíduas às aulas e aproveitarem bem seus estudos; à sociedade para valorizar o ser humano, em particular, as pessoas idosas e crianças; à sociedade para que contribua com a educação das crianças pobres; aos pais e professores para aprofundarem um diálogo sobre a educação de crianças e jovens; aos jovens para buscarem divertimentos sadios e repelirem a violência e consumo de drogas; aos jovens para conhecerem as conseqüências da prática sexual precoce; às instituições em geral, públicas e privadas, para a consolidação da cidadania.

Outro aspecto que se deve relevar é o de potencializar setores, espaços e profissões. Assim, por exemplo, o uso do espaço físico das escolas, além do período de aulas, com o objetivo de torná-las aproveitável em toda a sua capacidade, a fim de dar oportunidade de recreação para a comunidade do entorno, além de outras oportunidades para o desenvolvimento da sociabilidade ou interação social, é de alto valor.

Considere-se aqui a recreação como um dos elementos fundamentais para a higiene mental, tão esquecida em nosso meio educacional, principalmente nessa época de violência desmedida e de desconsideração do ser humano pelo seu semelhante.

A prática do esporte e os encontros para diversão saudável devem ser estimulados pela escola, que deve ceder o seu espaço e co-responsabilizar-se com outras instituições ou agências.”

Com isso, não queremos deixar essa responsabilidade para a escola, mas que ela ceda, pelo menos, o seu espaço que, em geral, torna-se ocioso.

“Assim, espera-se que profissionais, como psicólogos, assistentes sociais, treinadores esportivos, pedagogos e outras categorias deverão ser empregados pelo Estado a fim de contribuírem para a consolidação da educação que se inicia na família, continua na escola e deve ser respaldada por setores que garantam a construção constante e plena da cidadania, ultrapassando a obrigação da escolaridade no banco escolar, criando meios de fortalecimento da educação formal.

Notas para a revisão dos subsídios. Prioridades. Garantia do ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso; erradicação do analfabetismo.

Sugere-se que seja valorizada e implementada a educação à distância ou semidistância, para abranger ao máximo a população adulta analfabeta, de maneira que esta possa dominar a prática da leitura e escrita, não apenas, como no presente ou passado recente, iniciar-se em ambas e regredir no domínio da linguagem escrita, devido à falta de prática.

Recomenda-se, pois, criar uma forma de educação continuada para o adulto analfabeto até que este tenha consolidado os conhecimentos básicos indispensáveis para o exercício da cidadania, qual seja, o de receber e emitir mensagens escritas. Assim, ele poderá buscar por si outras fontes de saber ou uma escolaridade regular e, conseqüentemente, integrar-se ao seu meio sócio-cultural.

Valorização dos profissionais do ensino.

Devem ser considerados tanto os meios de acompanhamento como os critérios de avaliação pelos órgãos competentes das instituições que formam professores, a fim de que as mesmas façam jus às diretrizes postas no Plano Decenal e não continuem, como hoje, deixando seqüelas, muitas vezes irrecuperáveis, no preparo do profissional docente.

Essa falha de formação que vai recair na criança em idade escolar é antidemocrática, pois, de imediato, causa prejuízo à educação formal e, de mediato, causa prejuízo ao Tesouro do Estado.

É importante ressaltar que uma preparação inadequada do profissional docente não corrige nem se refaz com o que se vem, desde a década de 70, repetidamente oferecendo aos professores do ensino fundamental e médio, como cursos de 30 horas ou de 180 horas.

Esses recursos devem ser reconsiderados com os referenciais da pesquisa avaliativa sobre a melhoria do desempenho do professor após passar pelos cursos. A melhoria desse desempenho, primordialmente, deve revelar-se na sala de aula, na relação ensino-aprendizado, onde o aluno deve ser diretamente beneficiado.

Nesse particular, a Secretaria de Estado da Educação poderá contar com estudos bem orientados pela Fundação Seade e deverá ela própria organizar-se para ter referências sistemáticas e confiáveis, a fim de dar o verdadeiro sentido à educação continuada.

Esta deve ser contínua, de tal modo que o professorado tenha aprimorada a sua capacidade de ensinar a cada oportunidade de freqüentar novos cursos, ou oficinas, ou capacitação em serviço, ou semelhantes, como numa espiral, onde vai alargando seu campo de saber, sua competência profissional, sempre com a finalidade de obter bons resultados na aprendizagem do aluno.

Aqui, deve-se pensar nos cursos de aperfeiçoamento e até de pós-graduação, oferecidos pelas universidades, dentro de sua autonomia, e na permissão de afastamento pela Secretaria de Estado e Educação, aos docentes do ensino fundamental e médio que desejarem se aperfeiçoar para melhoria da carreira e conseqüente melhoria na sala de aula.

Além disso, essa melhoria de desempenho precisa ser valorizada na carreira do Magistério, adotando-se uma sistemática de avaliação periódica, para fins de ascensão a graus mais elevados, os quais deverão ser criados para distinguir o professor, tanto na sua titulação quanto na sua remuneração.

Um ponto que precisa ser atingido é aquele de vincular o docente a uma escola e não à rede oficial de ensino simplesmente. Até hoje, infelizmente, no

Estado de São Paulo, não se considerou o prejuízo que o professor itinerante sofre e o prejuízo que sua condição causa à eficiência da educação escolar.

Esse prejuízo diz respeito à sua pessoa, enquanto ser, que deve pertencer a um grupo, à escola no caso, e, com ela ou com o grupo, identificar-se. A perda desse sentimento de pertencer e identificar-se é devastadora para o cidadão comum e injustificável, que a própria Secretaria de Estado e Educação o permita para os educadores e seus docentes.

Essa condição de itinerante para um educador agrava-se ainda mais com o fato de se constatar que o exercício profissional encontra-se delineado nesse espectro de dar um número x de aulas para completar a carga horária.

Esse espectro é burocrático e não objetiva a prática da educação pelo ensino e aprendizado escolar; objetiva a contagem de horas de trabalho, que se compatibilizem com o número estipulado para o professor do ensino fundamental e médio, segundo os parâmetros impostos pela própria Secretaria.

Essa concepção de horas trabalhadas nesse contexto é, para dizer o mínimo, incompatível com a esperança de fortalecer a educação do povo paulista e cidadão brasileiro do ponto de vista da escolaridade.

É importante que se encontrem meios, portanto, para a criação de um banco de dados, no qual a Secretaria da Educação teria todas as informações sobre os seus profissionais de ensino. Assim, à pergunta ‘quem é o professor da rede oficial de ensino’, ter-se-iam inúmeras respostas que permitiriam inúmeras iniciativas de ações que viessem interferir naquilo que fosse desejável para configurar mudanças benéficas.

As respostas a serem configuradas nos bancos de dados deveriam ir desde os informes pessoais, como sexo, idade, formação profissional, até o percurso do professor durante sua carreira. Outros dados, como os cursos feitos pelo professor, sua titulação ou sua ascensão na carreira, sua mobilidade e permanência na rede oficial de ensino, dariam informações para se compor o chamado ‘perfil do professorado’ dessa rede.

Conhecendo o corpo docente e as características do mesmo em cada região, a Secretaria poderia aumentar a liberdade e confiabilidade das ações dirigidas para o aperfeiçoamento e avaliação periódica dos mesmos.

Acrescente-se a isso, a importância de se conhecer o professorado além dos dados cadastrais, realizando-se pesquisas que permitam conhecer seus valores, suas expectativas, em suma, sua visão de mundo, a fim de que esse conhecimento possa contribuir para enriquecer sua formação continuada e a conseqüente aprendizagem dos alunos nas escolas.

Concluindo, é preciso configurar e viabilizar meios para possibilitar a formação dos professores no ensino superior no Estado de São Paulo, em dez anos, no total de 100%, como o esperado.

Espera-se que o número total de 100% esteja casado com a qualidade e, para tanto, o controle da mesma deve estar assegurado na formação dentro das faculdades ou institutos.

Prever também o acesso ao ensino superior de candidatos de regiões distantes dos centros formadores é indispensável. Para isso, a educação à distância seria um dos recursos, entre outros, como bolsas de estudo a serem oferecidas por empresas privadas aos candidatos.

Prever ainda cursos a serem dados por universidades em regiões distantes, em caráter temporário, como extensão dos cursos já existentes em seus campus.

As notas aqui contidas não têm a pretensão de abarcar todas as idéias possíveis para contribuir com a elaboração do Plano Decenal, porém, tocam em pontos cruciais da educação e poderão colaborar para reforçar os objetivos postos para o mesmo.”

SR. CÉSAR CALLEGARI - Se você puder nos passar isso, Maristela, vamos procurar incorporar. Quero esclarecer que aquilo que for fazer parte do documento final, antes disso, será submetido a todos vocês.

Quero anunciar também as presenças da Professora Loretana, do Centro do Professorado Paulista, a quem convido para fazer parte da Mesa, e da Professora Maria Antônia, a quem agradecemos a disponibilidade da ajuda.

SRA. CORINTA - Eu gostaria de dizer, e justifiquei ao Deputado Callegari, sobre as dificuldades de estar presente antes a este Fórum, devido ao desencontro de datas e compromissos com a Universidade, marcados previamente. Felizmente, a esta reunião, a primeira marcada com bastante antecedência, foi possível comparecer.

Eu gostaria de dizer que, dependendo das decisões posteriores que este grupo assumir, poderão chegar outras contribuições da Faculdade de Educação da Unicamp, que não estão incorporadas aqui pela absoluta falta de tempo. Estamos terminando o semestre letivo e, em função da greve, estamos, agora, concluindo notas. Portanto, é uma época bastante complicada para nós, professores da Universidade. Por isso, foi muito difícil conseguir que todos os setores se manifestassem.

Vou levantar algumas propostas e discussões relacionadas à educação infantil, ao ensino fundamental, ensino superior, magistério, formação de professores, financiamento e uma pequena sugestão na educação especial.

Começando na educação infantil, eu queria chamar a atenção, páginas 17 e 18, para a tabela final de matrícula de educação infantil por rede de ensino. Parece-me que os dados sobre educação infantil na rede privada, embora eu não tenha elementos para afirmar, não estão completos. Mas tenho evidências para dizer que esse número está muito baixo, uma vez que não existe um sistema de credenciamento claro, até agora, da educação infantil.

Tem muito hotelzinho e outras coisas que não são considerados como equipamento de educação infantil, mas funcionam como tal. Portanto, teria que se pensar em formas de como chegar a um resultado mais fidedigno do que seria o número de equipamentos de educação infantil irregular no Estado de São Paulo.

Tenho impressão, pelas evidências de Campinas, de que são muito altos, especialmente, nas grandes metrópoles.

Não sei se a Fundação Seade teria esses dados. Eu até poderia procurar o pessoal que está pesquisando isso na Faculdade, pois não temos dados quantitativos confiáveis nas estatísticas oficiais. Não sei se o Censo Escolar levou isso em consideração.

SR. CÉSAR CALLEGARI - Eu acredito que não. É uma das deficiências que precisam ser contornadas ou resolvidas, porque há um esquecimento.

SRA. - É uma deficiência nacional; não é um problema de São Paulo.

SRA. CORINTA - Se pegarmos os dados daquela tabela, vemos uma situação muito incômoda. Na verdade, os dados são bem mais complicados. Foram levantadas aqui algumas diretrizes de regulamentação, de condições de funcionamento de pré-escolas, de equipamentos de educação infantil, para sermos mais rigorosos com a legislação em vigor, o que seria uma das metas importantes num Plano Estadual de Educação, para, também, ser incorporado nos planos municipais.

Uma pergunta, que para mim não ficou clara, é de onde virá a verba para a educação infantil. As propostas de aumento da rede, aumento da titulação, de organização de programas de serviço, de formação continuada são extremamente importantes, mas, dada a forma como o Fundep foi organizado, deixaram os municípios paulistas numa situação extremamente complicada, porque, se se dedica à educação infantil, não se pode cumprir as metas da educação de ensino fundamental.

Outra coisa é uma sugestão a ser discutida. Será que não valeria a pena estar aqui, entre as metas, a unificação do sistema de creches e pré-escola, dentro do sistema de educação infantil tal como proposto? Porque é uma educação de zero

a seis anos que tem princípios, tem um sentido dentro da educação da criança. Confesso que fiquei impressionada com os dados - não é minha área de atuação - do quanto São Paulo tem pouco ensino público na pré-escola em relação aos outros Estados da Federação, considerando São Paulo como um Estado que, de certa forma, alavanca as outras áreas de ensino no país. É incrível que tenhamos um nível de educação de seis anos, para escola pública, tão baixa.

Entrando no ensino fundamental, página 23, eu gostaria de sugerir que se trabalhasse, no relatório final, com outros dados para além de matrícula inicial. Esses dados, pelas pesquisas que fazemos em Campinas, não são confiáveis em termos de cobertura. Acredito que tenhamos, no Estado de São Paulo, uma das taxas mais altas de evasão e exclusão escolar.

Como trabalho com pesquisa qualitativa, acompanhando o ensino fundamental na região de Campinas, há vinte anos, posso dizer que, se a análise da situação de cobertura for feita em novembro, perdemos, de 5ª a 8ª série, no mínimo, 40% dos estudantes. Nas noturnas, o que está acontecendo na região de Campinas é que, com o esvaziamento que houve no ensino fundamental, promovido por esta gestão de Secretaria de Estado, as escolas de ensino médio assumiram 5ª a 8ª e ensino médio.

Como não há um trabalho muito claro a ser feito com essa segunda fase do ensino fundamental, está havendo um contínuo fechamento de escolas noturnas de 5ª a 8ª série, aprovado pelos Conselhos de escola, como a saída para resolver a ausência de qualidade de ensino e a ausência de qualquer programa para trabalhar com essa faixa etária, com o segundo segmento de educação fundamental, especialmente no noturno.

Como existe uma demanda muito grande por ensino médio, há um apoio dos pais e professores para que haja uma incorporação de classes de ensino médio, fechando o ensino fundamental.

Para se ter uma base, no ano passado, de dez escolas, onde tentei entrar com meus alunos do período noturno da Unicamp para pesquisarmos ensino

fundamental, em três, não existia mais ensino fundamental; em seis, estava em extinção; em algumas, não havia mais 5ª série; em outras, não havia mais 5ª e 6ª; em outras, não havia mais 5ª, 6ª e 7ª, só 8ª série. Só uma escola permanecia com a 5ª e 8ª séries no ensino noturno.

Teria de haver elementos para analisar, em termos macro, como esses números estão-se comportando no Estado de São Paulo. Acredito que seria um elemento importante para detectar como se vem construindo a qualidade de ensino no Estado de São Paulo e também a sua cobertura. Temos situações caóticas de classes de 5ª série que começam com 40 alunos e terminam com 15, 20, em todo ensino público estadual paulista.

SR. CÉSAR CALLEGARI - É muito interessante a sua observação, assim como as outras. Se o projeto das autoridades do governo do Estado for alcançado, isto é, esvaziar 2,5 milhões de alunos considerados repetentes, fora da relação idade/série, isso que você está dizendo vai-se confirmar. Ou seja, um fechamento violento do número de classes de ensino fundamental.

Observamos esse fato também por aqui, porque não há investimentos necessários para se amparar uma demanda brutal daqueles que vêm buscar o ensino médio. Por conta desses programas atabalhados de progressão continuada, aprovação automática, ou como se queira dizer, vamos ter uma quantidade gigantesca de alunos semi-analfabetos, ou analfabetos mesmos, batendo às portas do ensino médio. A saída já sabemos qual é. São cursos não presenciais de educação à distância.

SRA. CORINTA - Os dados são extremamente preocupantes. A reclamação dos docentes da única escola que ainda tinha 5ª série era que os alunos não estavam alfabetizados. Era um quadro caótico os alunos assistindo aula de inglês sem ainda saber português. Parece que não é um dado isolado.

Eu coordeno o Grupo de Estudos e Pesquisas de Educação Continuada, Gepec, e trabalho com professores da rede pública de todos os níveis. Eles confirmam que, de fato, o que está acontecendo é que os professores de 5ª a 8ª série não estão preparados para pensarem em alfabetização, nos processos de leitura e escrita nessas séries.

Como não há nenhuma articulação entre a escola de 1ª a 4ª série com a 5ª a 8ª, ao contrário do que previa o plano da senhora Secretária, isso afundou de vez uma relação de maior seriedade no ensino básico no Estado de São Paulo.

Os dados que tenho, em termos de pesquisa qualitativa, são extremamente preocupantes com relação à qualidade de ensino, especialmente no ensino fundamental nas últimas séries, que sofre as conseqüências dessa política desastrosa.

Continuando nessa leitura da análise, na página 26, é falado sobre o direito ao ensino fundamental e a promoção do retorno à escola daqueles que abandonaram. Aqui, talvez seja o lugar para abordar melhor a questão dos dados do abandono e da evasão que se dá no ensino fundamental noturno, assim como a redução de classes.

Quanto à questão da defasagem idade/série - aqui é uma proposta geral do Plano -, uma das prioridades é a garantia do ensino fundamental obrigatório de oito anos para as crianças de 7 a 14 anos. Eu proporia que se tirasse essa faixa etária de 7 a 14; isso é da LDB da ditadura militar de 1969. Com a Constituição de 1988, houve um ganho de se retirar a faixa etária. Estamos vendo que não podemos ficar fixados numa faixa etária, quando não há uma escolaridade regular sem reprovação e sem evasão escolar. Isso gera um descomprometimento muito grande do Estado com a educação básica.

Se quisermos, mesmo no segundo grau, garantir aos que a ele não tiveram acesso, é diferente do que garantir educação básica na idade própria. Se fizermos uma pesquisa do que é idade própria de ensino fundamental público no Estado de São Paulo, verificaremos que não é de 7 a 14, pois ela abrange uma faixa etária

maior, chegando aos 16, 17 anos, se quisermos ser realistas com o que está acontecendo.

A proposta é ampliar esse período para evitar uma visão maquiada da situação da educação básica que, provavelmente, as autoridades governamentais tendem a usar.

Na página 27, quando se fala do Conselho de Escola, aprovando o projeto didático pedagógico dos estabelecimentos de ensino, e o parágrafo seguinte, que fala dos PCNs eu tenho duas propostas bem pontuais. Pelas pesquisas que fizemos, uma experiência que teve um relativo sucesso - pena que teve pouco tempo de duração; não sei se houve trabalho avaliando melhor - foi o contrato de gestão entre as escolas-padrão e o governo do Estado.

É um pouco diferente de o Conselho aprovar um projeto didático pedagógico, desvinculado de verbas. Não adianta pensar projetos desvinculados de verbas. A proposta seria alterar essa história de aprovação de projeto pedagógico e pensar.

O projeto pedagógico faz parte de um contrato de gestão em que a escola, como um todo, compromete-se, e o Estado também tem que se comprometer com sua parte; é feito um contrato e a avaliação vai-se dar em cima desse projeto, e não em cima de parâmetros curriculares nacionais, que não têm sentido nesse contexto.

A observação para o parágrafo seguinte é tirar “que a valorização dos conhecimentos vai-se dar em cima dos parâmetros curriculares nacionais”, porque ela não é obrigatória; por isso, penso que o Estado de São Paulo não precisa seguir. Ele pode seguir, e deve, as diretrizes nacionais que estão em elaboração no Conselho, que são obrigatórias.

Parece-me que o Estado de São Paulo tem de pensar melhor qualidade de ensino e os conhecimentos relacionados às nossas propostas de cidadania, às nossas propostas de organização do mundo do trabalho, de organização da população. Não precisaria ficar vinculado a um plano que tem sido tão criticado. Agora, foi necessário criar um outro, os parâmetros em ação, para tentar efetivar

aquilo que não foi cumprido, e que, obviamente, não foi feito para ser cumprido, porque foi por meio de gabinete e não com a participação da escola.

O nosso documento não precisaria estar correndo esse tipo de detalhes e de aceitação.

Com relação às metas, página 28, terceira meta, quanto à questão de regularizar o fluxo, deveriam ser pensados dados mais claros, relacionados às demais condições para que isso funcione, em função dos aspectos que eu vinha levantando.

Desculpem-me usar o termo, mas esse esquiteamento que houve no ensino fundamental deveria ser avaliado como uma das causas da evasão que está havendo, especialmente da passagem do primeiro ciclo para o segundo e da manutenção do segundo ciclo.

De novo, página 29, excluir que os projetos pedagógicos têm de estar em observância aos parâmetros curriculares nacionais. Eles podem ficar observando as diretrizes curriculares para o ensino fundamental.

Conseqüência da discussão anterior, sobre a participação efetiva da comunidade na gestão da escola, retomo a idéia de contratos de gestão, organizados pelo Conselho de Escola.

Com relação à material didático para as escolas, impressionou-me ler na “Folha de S. Paulo”, esta semana, que, a cada quatro escolas, uma tem um dicionário. Mais do que programas de livros didáticos, precisaríamos implementar um programa de prover com material de literatura de apoio. O livro didático condiciona um determinado tipo de qualidade de ensino que hoje está em questão em toda literatura mais avançada sobre o ensino básico.

Acredito que a ênfase no item da questão da literatura e de obras de pesquisas, tanto para alunos quanto para professores, seria muito importante.

Na página 30, estabelecer em dois anos a reorganização curricular dos cursos noturnos, respeitados os dispositivos da LDB, no que tange à duração e jornada de trabalho. Aqui fala que tem uma demanda específica, heterogênea e de

múltiplas causas. Acredito que precisaria, enquanto método, de ser repensado em função da discussão feita anteriormente com relação a ensino noturno.

O ensino noturno expressa as contradições do nosso sistema de ensino regular. Retomo o nosso querido Darcy Ribeiro, como diz uma amiga, “que Deus o perdoe pela LDB”, quando ele falava que iríamos continuar tendo analfabetos dessa maneira, porque o próprio sistema regular tem produzido esse tipo de demanda.

Senti falta e gostaria de fazer propostas ligadas a ensino fundamental; que se fale sobre o número de alunos por classe, porque um dos componentes da evasão é o excessivo número de alunos no início do ano já prevendo, e produzindo como uma variável necessariamente existente, a evasão.

As pesquisas que fizemos mostram que toda classe com mais de 30, 35 alunos, tem uma evasão, proporcionalmente, muito mais elevada que outra, havendo um descomprometimento maior do professor. Do ponto de vista qualitativo, analisamos que há esforços de tentar resolver à força isso que o sistema não resolve. E o sistema de resolver à força é pela reprovação, começando o processo de exclusão, para ficar com turmas menores.

Tenho trabalhado muito isso com os professores e sindicatos no país todo, não só aqui no Estado de São Paulo, e é uma maneira inconsciente de os professores estarem resolvendo o problema do excesso de alunos por sala que aula, o que prejudica a própria permanência do aluno na escola.

Deveria ser pensando o número de alunos por classe, levando em conta critérios pedagógicos mínimos, assegurando tempo de trabalho na escola para os professores, para a implementação curricular, ligados ao projeto pedagógico da escola. Não vamos melhorar a qualidade de ensino, se não tivermos quadros de docentes por escola.

Nesse ponto, reforço o que a Maristela colocou, de entrar não só na parte do magistério, mas com um quadro docente estável na escola e com tempo de trabalho na escola, e não só de aula. É fundamental para que possamos resgatar a qualidade do ensino básico.

Não tenho nenhuma observação sobre o ensino médio, o que facilita. Eu vou passar direto para o ensino superior.

No ensino superior, é uma preocupação muito grande do nosso Reitor e os subsídios que eu trago aqui são frutos de uma discussão com toda a Comissão de Representantes da UNICAMP no SP 2000, no Fórum São Paulo Século 21. As estatísticas que foram postas na página 24 mostram que do ponto de vista da evolução das matrículas, por dependência administrativa, as escolas estaduais, as vagas estaduais aumentaram proporcionalmente muito nos últimos 18 anos. Aumentaram mais do que a federal e mais do que as particulares, do ponto de vista de percentual. Isso é um dado positivo das universidades estaduais tentando ampliar o número de vagas.

Agora, em relação á demanda geral, o que nós temos são dados absurdos de que a educação pública superior no Estado de São Paulo ela é menor do que, a participação é de 18% de educação pública no Estado de São Paulo, 82,5 estão matriculados em instituições privadas, e isso nos dá uma média que é menor que a maioria dos países do mundo, inclusive dos Estados Unidos, que digamos é o país que mais prega o ensino superior privado, do qual os nossos foram tirar os modelos para fazer aqui. Então, eu achei muito importante a meta de ampliar... (intervenção fora do microfone). Claro, lá as escolas privadas são financiadas pelo ensino público e são feitas a partir de alunos de escolas públicas. (Intervenção fora do microfone).

O maior número de alunos são de universidades públicas, embora o maior número de instituições são privadas. Isso lá. Nós aqui, em número de instituições e em número de alunos, nós temos uma presença extremamente reduzida. E a proposta para ampliar para 40% a presença do Estado, da União, enfim, do ensino público superior é extremamente bem vinda. Só que daí ela contradiz com as metas expostas na página, as diretrizes começam na página 48, e depois os objetivos e metas na página 50 a 55.

Então, a primeira diretriz, na página 48, vai dizer que o Poder Público garantirá às instituições estaduais apoio para a sua estabilidade orçamentária. Mas

depois, na hora de objetivos e metas, isso não volta à discussão. Então, teria de se pensar, se nós quisermos ampliar de 18% para 40% a participação do ensino público em São Paulo, como isso será feito, as universidades atuais deverão ampliar seus orçamentos e suas matrículas ou é prevista a proposta de novas universidades no Estado de São Paulo. São propostas também que a União faça o seu papel dentro da universidade, dentro do quadro do Estado de São Paulo, que também deve ser o de menor percentual de ensino superior público no País. Então, essa é uma preocupação, que no caso da UNICAMP, no caso da do nosso Reitor, há um interesse muito grande na ampliação de vagas, mas que deve ser acompanhada da ampliação daquele famoso percentual de verba orçamentária na Assembléia Legislativa. Ou então da exclusão dos dados da aposentadoria, quer também são levantados aqui, e da aposentadoria que consta do orçamento. E do que é o custo-aluno. Nós poderemos encaminhar subsídios e dados mais concretos sobre a questão do custo-aluno. Extraíndo hospital extraíndo atividades de pesquisa.

Infelizmente deu um desencontro com o Assessor que iria me passar os dados para transmitir aqui para a Comissão.

Então, nesse sentido, as diretrizes estão mais de acordo com o texto do que aos objetivos e metas. Parece-me que foram feitos por outras pessoas, sem ler o que estava sendo feito. Por mim, eu quase proponho a exclusão desses objetivos e metas, para reescrever dentro daquilo que o documento vinha analisando e da forma como as diretrizes foram feitas. Por exemplo, aqui o primeiro objeto e metas fala que vai aumentar progressivamente as vagas, sem ênfase no ensino público. Só no segundo é que diz que no ensino público não pode ser inferior. Depois, quando vai falar sobre verbas, pede o aumento de verbas, independente de falar que é para o ensino público.

Seguindo na seqüência, na página 51 tem: Estender, com base no sistema de avaliação, diferentes prerrogativas de autonomia às instituições não

universitárias públicas e privadas. Gostaria de saber do que se trata, pois eu não entendi.

SRA. - Está na página 51, o quarto item.

SR. PRESIDENTE - Estender, com base no sistema de avaliação, diferentes prerrogativas de autonomia às instituições não universitárias públicas e privadas.

SRA. - São centros universitários, como eu entendi.

SRA. - É. Devem ser centros e faculdades isoladas. Deve ser isso. Estender a autonomia para os centros e os institutos.

SR. PRESIDENTE – Exatamente isso.

SRA. - Baseado em sistema de avaliação. Isto aqui teria de ficar muito claro como é que vai ser feito. É complicado.

SR. PRESIDENTE – É. Quando tem um asterístico, como tem aqui, é um texto que foi trazido da forma como foi redigido no Plano Nacional de Educação.

SRA. - Ah, então é por isso.

Os dois seguintes, que eu gostaria de propor a exclusão, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

SRA. - Entendido como colaboradores do ensino nacional. Eu estou imaginando que é o Plano Nacional da Sociedade Civil do MEC. Se for da sociedade, é isso que precisaríamos esclarecer. Quer dizer, nós não discutimos nessa situação. Havia uma discussão mais ampla, inclusive que é um impasse

nacional, sobre quem deve inclusive legislar sobre instituições privadas de ensino superior, que há longo tempo o Estado de São Paulo faz uma reivindicação que seja dela, e no Brasil ainda continua, razão pela qual a discussão lá sobre avaliação inclui as escolas privadas, coisa que era um debate a ser feito. Era dentro dessa preocupação de que as instituições privadas não tivessem a forma de organização totalmente independente que hoje elas possuem no Estado e no Brasil.

SRA. - Eu chamo a atenção para 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, o sétimo da página 51, em dois anos, a partir de padrões mínimos fixados, o Poder Público estadual paulista garantirá a melhoria progressiva da infra-estrutura de laboratórios, equipamentos e bibliotecas, condições de credenciamento das instituições de ensino superior em renovação. E não é das instituições públicas. Eu acho extremamente perigoso. Gostaria que fosse tirado, excluído.

SR. PRESIDENTE – Tudo bem.

SRA. - Isso é passar, a verba pública é tão pequena, que nós precisamos, para ampliar as vagas públicas, vai contra a diretriz. O seguinte também. A partir de 2 anos, e dentro de minucioso planejamento, com objetivos claros e metas definidas, consolidar e desenvolver o serviço de pós graduação e pesquisas das universidades, garantindo anualmente recursos necessários, ampliando-os gradativamente, atingindo em dez anos etc. Também, se colocar universidades públicas, eu concordo. Se não tiver universidade pública, tirar. Porque isto aqui vai contra a proposta geral e a falta de verbas que nós temos.

A questão da ampliação do espaço para os grupos minoritários, vítimas de discriminação, eu acho que, enquanto diretrizes, é interessante, mas precisaríamos pensar em ampliar formas de como se organizar isso.

E o último desses itens, na página 52, estimular, com recursos públicos federais e estaduais, as instituições de ensino superior a constituírem programas

especiais de titulação e capacitação de docentes, desenvolvendo consolidação da pós graduação no país.

De novo, recursos públicos para educação superior pública ou geral? Então, ou pública, ou então, exclusão.

Na página 53, ampliar o crédito educativo, associando-se ao programa, ao processo de avaliação das instituições de modo a atingir 30% da população matriculada. Isso também veio lá do plano. Agora que eu entendi esses asterísticos. E de novo vem ampliar a verba pública, eu acho que nós temos é fazer uma análise, como está proposto nas diretrizes antes, e quais são as regiões que nós temos mais carentes em ensino universitário, para ver como é que pode prover de verba pública, de universidade pública ou, eventualmente, e provisoriamente, eu acho que o crédito educativo deve entrar, porque o ensino público tem uma demanda muito pequena no Estado de São Paulo. Mas ele não deve chegar a ser uma meta de ampliar para 30%, porque ele contraria a meta de ampliar para 40% o atendimento por instituição pública. Certo?

Eu acho que as questões sobre o ensino universitário mais prementes, agora eu já estou chegando no final, vou para Magistério e formação da educação básica.

Só que antes, na educação especial, estabelecer como meta mais clara a inserção do portador de deficiência em classe regular, com condições de número de alunos por classe para que isso ocorra. Atualmente, no sistema estadual de ensino está sendo feita, esta é uma diretriz hoje internacional de educação especial, é a inclusão, na medida do possível das crianças portadoras de necessidades especiais em classes regulares. Mas ela fica impossível quando você tem 50 alunos em sala de aula. Então, se não tiver qualidade básica para as outras crianças, as crianças de educação especial, portadoras de necessidades especiais, continuarão sendo excluídas. Elas entram por uma porta e saem pela outra. É a única observação que eu tenho a esse respeito.

Vamos aqui para a questão da Educação-Magistério.

Eu queria parabenizar a análise tanto inicial do Plano quanto à preocupação do Professorado paulista, eu acho que o Deputado Calegari tem sido um dos Deputados que tem trabalhado pelo Magistério e acho que está sentindo mais de perto a situação que o Magistério está vivendo. Mas, parece-me que precisaríamos estar trabalhando com mais detalhamento. E eu acho que aí talvez a APEOESP deva ter as sugestões mais organizadas de como organizar as condições de trabalho e de salário, para que as metas de ensino fundamental e de ensino médio possam ser atingidas. Eu acho que poderia ficar numa diretriz geral. Não tem como melhorar a qualidade de ensino. E manutenção da demanda na universalização, porque se pode ter a matrícula inicial e depois não se tem a matrícula final e os alunos saem da escola, se nós não tivermos um projeto mais estável de organização do Magistério, um plano que talvez dentro do Plano Decenal possa permitir que os Professores se sintam à vontade para fazer uma carreira. Atualmente, os Professores e as Professoras têm, como diz o próprio projeto, e o próprio texto, a evasão é enorme de Professores. E a greve mostra a situação como os Professores têm sido tratados pelos governos.

Então, em que medida um plano que ultrapasse um governo pode garantir algumas necessidades básicas para os Professores e para as Professoras. E nesse sentido teriam algumas coisas com relação ao vínculo de formação com a universidade. Por exemplo, está sendo proposta a institucionalização do CEFAM e como mais uma unidade educacional especializada e autônoma, para a formação do que, se lá está sendo solicitado que seja formação universitária o Professor? Então, temos de pensar basicamente nisso. Uma hipótese é pensar que os CEFANS poderiam estar encarregados na formação da educação infantil. Eu estou levantando como hipótese. Estados Unidos não estou acompanhando a discussão dos CEFANS, mas eu acho que temos de pensar seriamente nisso, porque não pode ficar de um lado a exigência de nível superior e do outro lado a institucionalização do plano.

Outra coisa diz respeito aos cursos de licenciatura universitária e a entrada das propostas do Instituto Superior de Educação aqui no Estado de São Paulo por esse plano. Eu acho que deveríamos estar pensando a partir de, eu vou esperar pois talvez os outros colegas tenham alguma coisa a dizer sobre o assunto, mas eu acho que precisaria pensar uma formação que não seja formação por educação continuada, por pacotes educacionais. Nós concordamos que o Estado é que deve dar as diretrizes da formação e não a terceirização do jeito que é feira, pulverizada como tem sido norma para o Estado de São Paulo. E essa formação tem de estar incluída na própria carreira do Magistério, como em algumas escolas, na fase do contrato de gestão, aconteceu. Hoje, as HPPS, do jeito em que estão organizadas as carreiras dos Professores, não têm dado conta de processos de organização do Magistério e de preparação dos projetos pedagógicos das escolas. Muito menos da tal da implantação dos curriculuns novos.

No final, a questão do financiamento, que precisaria ficar coerente, portanto, com o resto do plano. E também aí de novo precisaríamos verificar como fazer para entrar os percentuais para a educação superior, que tem de ser repensada por esta Casa, e o percentual de verbas públicas, para ampliar as vagas públicas, para chegar aos 40%, tem de estar previsto nesse financiamento. E nesse sentido, talvez, como aconteceu com o ensino noturno, de certa forma condicionar o aumento de verba ao aumento de demanda das universidades públicas.

Eu acho que foi importante a Constituição Estadual ter estabelecido um percentual de vagas noturnas as universidades públicas. Isso gerou na marra que essas vagas aumentassem e se ampliassem. No caso da UNICAMP, hoje, nós temos orgulho de dizer que temos o percentual de 30% de vagas no ensino noturno, não só com Licenciaturas, mas com as Engenharias, com os cursos das diferentes áreas.

Para começar, era isso que queria dizer. Peço desculpas pelo tempo utilizado, mas foi na tentativa de recuperar o tempo perdido.

SR. PRESIDENTE – Não. Foi uma excelente contribuição da Professora....., que é da UNICAMP. Nós anotamos aqui e vamos trabalhar com seriedade com relação a todas essas observações, que são muitas ricas mesmo.

Quero também anunciar a presença aqui do Marcos Gomes, que é Diretor do Instituto... de Educação do Brasil. E do Heli, da Ação Educativa. Está aqui o Heli. Eu tinha visto também o João Felício, que depois saiu.

A Lizete está inscrita?

SRA. LIZETE - Então, também é só colocar que somente dia 20 de setembro, quando nós vamos ter a Congregação, é que eu poderia trazer um documento da Faculdade de Educação, nos termos um pouco em que a Estela trouxe em relação à UNESP. Mas nós estamos fazendo essa discussão também por várias outras iniciativas e por conta de uma situação específica que as universidades paulistas viveram com a questão da greve, que levou a essa discussão de uma forma muito positiva. É interessante isso. Foi uma bela greve, que teve produtos bastante positivos. Um deles é esse.

Então, as observações que vou fazer aqui vão ser mais de caráter pessoal, mas sempre pensando que faz muito tempo que nós discutimos em grupo as questões que nós estamos trazendo.

Em primeiro lugar, é claro, sem dúvida nenhuma é para cumprimentar a iniciativa. É muito mais fácil fazer as críticas que eu vou fazer sobre um documento que já está amarrado, com início, meio e fim, do que você simplesmente chegar aqui e começar a discussão. Então, por isso que eu peço já desculpas por conta disso.

Na questão da introdução, eu queria fazer duas observações, porque quando introduzimos histórico e fundamentos legais, e quanto aos fundamentos legais, eu também não vou ter muitas dúvidas, mas eu acho o seguinte. Aqui o Plano, eu estou pensando nos jovens que vão ler, aqui no 1, 2, 3, 4, 5, em 1962 talvez aqui da sala eu era a única que tinha nascido, somos duas, eu acho. (Vozes em plenário).

Esperem um pouquinho só. Estou elogiando vocês, não é? Mas é o seguinte. Eu acho que o Plano de 1962 teve uma característica de apelo nacional muito diferente de 1967. Eu vou dizer o seguinte. Em 1962, eu estava no terceiro ano do chamado Curso Normal, que só o Darci Ribeiro e eu ainda achamos que se chamava curso normal, e, portanto, fomos convidados, necessariamente fomos participar de programas de alfabetização de jovens e de adultos, uma vez que existia um clima e uma proposta nacional de compromisso de estudante e a sociedade brasileira. E da forma como está colocado aqui, de uma certa forma diz não, foi um planinho. Não. Eu diria que foi um planão no sentido que nós consideramos da importância de um plano envolver a sociedade em algum nível. Então, só em nome da história.

É verdade que em 1967 só foram chamados as pessoas que trabalhavam nas Secretarias de Educação, até para colocar alguma diferença e também só em nome da memória lembrar que, salvo engano, em 1979, o Ministro Portella, porque discutiu, de uma maneira mais ampla, com as mesmas Secretarias, para vermos como a vida é complicada, e as pessoas elaboraram um outro plano, ele deixou de ser Ministro, cunhando a frase: Eu estou Ministro, não sou Ministro. Isso só para lembrar que ele fez 5 discussões nessa época do Plano do Ministério de Educação, que foi alterado pelas pessoas e que não foi colocado em vigor, razão pela qual ele também ficou desmoralizado e saiu. Então, em nome só da história, para dizer que já houve tentativas.

Claro que ainda é um documento que ainda vamos ter de datar. Mas de todo jeito, na página seguinte diz que o Plano nacional de Educação foi aprovado na Câmara Federal em 14 de junho de 2000. Eu diria o seguinte, como membro do outro plano. Nós não desistimos. Nós continuamos. Você poderá dizer: mas que ilusão! Mas de todo jeito á uma briga que continua. Nós podemos perder no Senado. Mas de todo jeito, eu não quero aceitar o Plano já como definitivo, protestaremos até o último estertor. Então, até a não aprovação, eu acho que ele ainda não é um Plano Nacional de Educação. Ele é meio plano talvez. Não sei como se chama isso, quando é aprovado só numa das Casas. Porque acho que é para

incentivar: Gente, vamos lá. Ainda falta um pedacinho etc. etc. De repente eles ficam distraídos, porque Educação não é a questão principal, e nós conseguimos até passar algumas coisinhas.

Eu queria fazer uma proposta, na parte dos objetivos do Plano Estadual de Educação, da 6 para a 7 existe essa afirmação: E a melhoria da qualidade geral de ensino, com base numa nova pedagogia do sucesso escolar.

Eu acho o seguinte. Ou se explica o que é isso ou não fala. Porque nova pedagogia do sucesso escolar, hoje, é a aprovação automática. Eu estou dizendo o entendimento público. Então, eu preferiria que gastássemos palavras aqui. Ou tira-se simplesmente e diz geral da qualidade de ensino, ou conta o que essa nova pedagogia propõe, porque não é tão simples assim. Não será através da aprovação automática, ainda que eu defenda a organização em ciclos, o que para mim parece coisas diferentes.

Eu queria também só colocar aqui, para ponderação, uma situação muito complicada, que eu entendo que um plano tem a ver com o diagnóstico que fazemos. Eu acho que essa talvez seja uma das coisas mais difíceis para buscarmos um consenso aqui. sim ou não. Eu não sei porque, nós não discutimos ainda. Eu estou colocando isso porque para São Paulo nós temos uma situação que é peculiar. Nós tivemos modificações bastante grandes, que eu diria que o Plano não contempla. Então, eu diria o que é que nós vamos falar, vou pegar um exemplo aqui da divisão do ensino de quatro mais quatro. Duas coisas acontecem aqui. Primeiro, ou a desorganização da rede de uma forma, impedindo que a escola, de primeira à oitava série, se mantenha. Então, eu perguntaria, eu sou uma pessoa que defendo há longo tempo que ela seja uma escola de oito séries. Parece-me que isso o Plano não discute. E, obviamente, se eu não discuto isso, eu não vou ter metas para mim de verdadeira reorganização da rede. Quer dizer, o que nós fazemos depois das cinzas? Termina o Governo Covas e... Está certo? A meta é continuar?

A questão é a seguinte. Há uma reorganização de ciclos, de dois grandes ciclos, de primeira à quarta e de quinta à oitava. Qual é nossa posição sobre isso?

O que implica, eu diria também, em um determinado tipo, dependendo da avaliação desse diagnóstico que fazamos, certamente vão existir metas que não puderam ser contempladas aqui, porque sobre esses pontos realmente nós não nos entendemos. E temos de nos entender sobre um outro aspecto difícilíssimo em São Paulo. Qual é a nossa posição sobre a municipalização do ensino? Porque num plano estadual é impossível, certamente nós vamos ter de fazer um jogo de cintura aí, porque nós temos clareza que um plano não vai estabelecer decisões sobre uma outra esfera de governo, sobre a qual o plano não tem um poder, nem deve, mas como é que se estimula exatamente essa discussão e essa relação entre as esferas, admitindo uma verdade infelizmente no Estado de São Paulo, que nós não temos na verdade um plano de parcerias entre as esferas públicas. Isso é o que gera também bastante dificuldades para falarmos certas questões. Então, isso como pano do fundo do que eu acho que vamos discutir aqui.

Eu fui fazendo uma análise mais geral, mas ao mesmo tempo específica. Então, na página 15, vou voltar agora ao específico, o texto diz o seguinte: De acordo com o censo educacional do MEC, um total de 974.000 crianças de 0 a 6 estavam matriculadas em estabelecimentos de ensino infantil no Estado de São Paulo.

Aqui o documento está super atualizado. Eu quero parabenizar. Os dados disponíveis são de 1999, estão todos aí, alguns poderiam ser até de 2000. Eu não entendi porque só nesse momento é que se falou de 1996, porque os dados até vêm sendo, eu dirias que até essa preocupação de creches existe apresentada em uns doze congressos nacionais, encontros e seminários, sobre essa importância dos dados de creches. De todo jeito, há dados que eu também concordo, eles são fragmentados, eles são falhos, acho que a Corinta já ponderou sobre isso. Mas de todo jeito, caberia aqui talvez fazer uma análise dessa discussão por uma questão que nós já temos clareza no Brasil, dois anos depois do FUNDEF, que eu acho que é interessante nós pensarmos sobre esse dado. De 1997 para cá, é a primeira vez em que as redes públicas do Estado de São Paulo oferecem, pela primeira vez na

nossa história, um menor número de atendimentos de crianças, somadas as duas redes públicas, em relação ao ensino fundamental. Então, nós temos e ver isso.

E na hora em que nós olhamos a questão da educação infantil, nós já não temos essa, digamos, já poderíamos aventar como consequência que não é verdade – 1 – nem que uma regularização do processo, ou – 2 – que nem um processo de municipalização garante por si só a continuidade de um atendimento que vinha crescendo. Praticamente o crescimento, no Estado de São Paulo, eu vou falar aqui exclusivamente da pré-escola, ele vem sendo cada vez menor, com a agravante de inclusive as crianças de 3 anos, no estudo que nós fizemos, foram as crianças, daí para baixo não teve nenhum crescimento, e as crianças de 4 anos a começaram a ter um menor atendimento, inclusive na cidade de São Paulo.

Eu diria que teríamos de começar, talvez valeria a pena, pelo dramático que eu acho que a educação infantil tem, eu queria me colocar aqui, não sei, como defensora talvez, eu vou priorizar esse nível de ensino, porque nós não temos, e no projeto aqui não tem alternativa. Quer dizer, nós estamos vendo, nós já sabíamos que iria acontecer e já está acontecendo debaixo dos nossos olhos. A proposta é realmente a terceirização ou privatização progressiva, particularmente dos anos iniciais desse atendimento, e nós não temos, digamos, aí contraparte.

Então, eu acho que teríamos de fazer no documento, na parte do histórico, uma situação, dar um tom mais dramático, de acordo com a dramaticidade que nós vivemos, ainda que ele esteja correto.

Eu vou colocar aqui uma questão que eu acho que teríamos de pensar. Assegurar, num prazo máximo de 2 anos, a adaptação das creches municipais de todo o Estado, às diretrizes nacionais e estaduais, página 19. Eu sempre acho que nós deveríamos ser um pouco mais precisos para falarmos o que que nós estamos supondo dessa adaptação. Ou eu digo no texto quais são as diretrizes e para onde nós caminhamos, senão o texto fica, eu sempre fico pensando que quem lê deve também se formar, não é? Então, eu fico pensando que em geral educadores, e a maioria dos nossos educadores não necessariamente, e eu diria dos nossos

dirigentes políticos, e na universidade também, sabem muito pouco sobre o que é e o que deva ser uma escola de educação infantil, com todo o respeito a nós mesmos. Então, acho que seria importante que o texto um pouco acompanhasse isso. Quando se menciona, como no caso aqui, de uma terceira, que se remete a uma proposta que já é fruto de uma reflexão nacional, que ela incorpore o texto, para podermos dizer dele sobre uma coisa que dissemos aqui.

Eu confesso que – a segunda meta da página 20 - definir em um ano componentes educativos mínimos, a serem oferecidos nessas instituições, realmente eu não sei muito bem o que é conteúdo mínimo, e nem sei exatamente se nós deveríamos fazer isso. É isso que estou dizendo. Nós temos uma discussão nacional em relação á educação infantil que vai em outra direção. Vou pegar aqui as discussões acumuladas, principalmente em 1993, 1994 e 1995, uma vez que depois as Comissões Nacionais via MEC não mais se reuniram, portanto estou pegando o último produto que se tem aí feito da maneira mais democrática possível. De lá para cá, salvo engano, nós não temos mais feito isso e nunca defendemos componentes mínimos. Então, eu acho que precisaríamos discutir um pouquinho como é que isto aí deveria ser feito. (Intervenção fora do microfone).

É. Nós podemos fazer as reformulações de acordo inclusive com o que nós temos de reivindicação já nacional, que não são componentes mínimos. Porque eles não querem dizer nada. Diretrizes curriculares talvez, mas componentes mínimos, não. Entendido o que é componente.

Aqui tem 3, 6, 7, 8. A proposta: Estabelecer em parceria com a União em dois anos, em todos os Municípios, programas de formação e orientação para o pessoal auxiliar das creches.

Olha, eu acho que aqui nós temos um problema, não sei se vai resolver, mas isto valeria a pena uma discussão mais ampla. Nós vamos defender, e aí por isso eu vou relacionar com a correlação que a Corinta fez sobre o CEFAM, nós vamos defender que qualquer pessoa que trabalhe em creche tenha uma formação em Educação. Se sim, é isto que estou dizendo, nós não podemos perder tempo.

Porque eu acho que no Brasil existem as propostas mais estapafúrdias possíveis, inclusive propostas de programas de formação em serviço que pretendem, cá entre nós, nesse sistema mágico, porque no Brasil tudo agora vai ter que ser feito muito rapidinho. Então, como eu já estou na fase de ser lerda e lenta, eu quero preservar algumas questões. E acho que falta aqui uma definição nossa em relação ao que é que nós consideramos que é fundamental,. Está certo? Nós sempre vamos ter o pessoal auxiliar de creche. Sim. Vamos. Se vamos, nós vamos defender que a formação deles seja feita no mínimo no ensino médio. E se é isto, eu perguntaria: Estaríamos entendendo, portanto, que o CEFAM, e volto a dizer, teriam de se reformular, porque na verdade os CEFANS, eu me permito dizer, enquanto Professora de Uma Faculdade de Educação, que na USP eu tenho clareza que não discutimos de 0 a 3 anos, e, portanto, tem uma necessidade de nós revermos currículos, formação e programas das universidades e também dos CEFANS. Mas se vamos defender os CEFANS, ou outra instituição, eu acho que teríamos de dizer aqui, sob pena de correremos o risco de termos uma situação bastante, eu diria, delicada. Nós temos no Brasil propostas de formação de nível de formação de primeiro grau, para legalizar situações que estão aí presentes, uma vez que nós temos pessoas, nós sabemos disso, em número significativo, que têm até quarta série do ensino fundamental. Então, nós precisamos dizer o que nós vamos querer como meta real em relação a isso,. Admitindo as condições verdadeiras que estão aí.

Incluir as creches públicas no Sistema Nacional de Estatísticas Educacionais, dentro do prazo de 18 meses, eu diria o seguinte. Eu não sei se nós podemos dizer isso, mas eu diria que talvez, como São Paulo, hoje, já tem um levantamento razoavelmente exaustivo das suas unidades, poderíamos pelo menos aqui dizer que aprovado o Plano, imediatamente o sistema estadual incluirá no seu sistema estadual. Porque eu fico com receio de que se nós formos esperar, acho que uma coisa é o incentivo, é pedir que o sistema nacional tenha. Mas enquanto ele não tiver, este é um problema de todos nós paulistas.

E aí eu vou perguntar o seguinte: nós temos algumas propostas, muitas que são antigas, mas que elas não saíram do cenário, de voltarmos a discutir verbas que teriam necessariamente de estar presentes na educação infantil, fora o que, eu acho importante que se diga, não há, quem atende isso hoje são os Municípios. Se nós estamos entendendo que vão ser os Municípios, nós incentivaríamos que realmente haja, por exemplo, o salário creche, que era uma reivindicação, podemos estabelecer propostas alternativas para o Estado de São Paulo? Porque eu tenho clareza que, com o que temos visto, nós estamos fazendo um estudo sobre o FUNDEF em alguns Municípios em São Paulo, mas nós temos clareza que sem o aporte de novos recursos, não haverá expansão de creche. Quer dizer, não adianta pedir, priorizar se não houver realmente dinheiro destinado para esse fim. Nós sabemos que esta era uma obrigação de outras Secretarias, com esta fusão suposta da educação básica, este dinheiro alocado desapareceu.

Então, nós teríamos de fazer um esforço talvez pioneiro, por conta do Estado de São Paulo, para discutirmos verbas da área de Assistência Social, que eu acho que necessariamente tem de continuar existindo para as creches, e algumas ousadas em relação a salário-creche etc., possam servir de propostas de incentivos sociais no Estado de São Paulo.

Eu estou me baseando que ontem nós pudemos ver que de 2000 a 2001, há uma proposta nacional, pelo Governo Federal, de aumento de incentivos em torno de 14,1%. Nos incentivos que serão dados, praticamente, a não ser mantido o sistema de apoio áudio-visuais no Brasil, não há nenhuma menção para a educação infantil, nessa primeira fase de 0 a 3 anos.

Eu acho que nós poderíamos, pioneiramente, propor que haja salário-creches ou equivalentes nessa direção de criar incentivos estaduais pelo menos e que as crianças passem a ser um problema de todos nós, no sentido particularmente dos empresários, que têm aquela contradição na C.L.T., que devem manter creches no local, ou pagar para isso, o que eu acho que não chegamos ainda a uma formulação digamos aí de acordo com os interesses patronais, mas talvez o plano e propostas

aqui concretas possam gerar, por partes deles também, uma eventual adesão. Ou uma melhoria da própria proposta.

Com relação ao ensino fundamental, eu diria que nós temos aqui, nós estamos passando, talvez seja a hora de nós discutirmos o que quer dizer o ensino começar com 6 anos de idade, se nós vamos defender que o ensino fundamental comece com 6 anos de idade.

Aqui está dito assim, na página 24: De acordo com o P.N.E., a correção de distorções série-idade abre a perspectiva de ampliar ao longo da década o ensino obrigatório para 9 séries, com início aos 6 anos de idade, mantendo-se o atual número de vagas. É essa posição que defende.

OK. É o Plano Nacional. Eu perguntaria: E nós defendemos o quê? Nós defendemos uma posição de um ensino fundamental de 9 anos? Nós defendemos uma posição do ensino de educação infantil de 0 a 6, o ensino fundamental continuar de 8, ainda que crianças de 6 anos possam lá estar presentes? Porque isso implicaria, em termos pelo menos de potenciais de vaga, como o próprio documento aqui menciona, uma situação bastante diferente. E eu gostaria de ponderar também a avaliação do que é que tem acontecido no Estado de São Paulo. Os Municípios, que de uma certa forma, acabaram matriculando os de 6 anos na primeira série do ensino fundamental, hoje, não estou discutindo o mérito, mas concretamente, hoje, só significou reduzir, digamos, escolarizar cada vez mais a infância. Então, eu acho que deveríamos fazer esta discussão aqui, com perda significativa de espaços, de brincadeiras etc., que não vêm sendo ponderados e que o documento também não menciona.

Eu acho que na página 26, e aí, César, você é o homem que mais tem documentos escritos sobre isso, portanto é o homem certo para fazer essa alteração, mas eu me disponho também, eu acho que essa frase sobre a figura do FUNDEF, ele não traduz, digamos, a reflexão que o Estado de São Paulo, a Assembléia Legislativa e você, particularmente, já fez sobre essa questão. Eu acho que o FUNDEF merece uma página do Plano aqui, porque acho que as suas

conclusões e ponderações devem estar presentes no Plano. Então, eu acho que aqui caberia um espaço maior, não só a menção, porque nós já temos uma situação de avaliação de aonde estamos com relação a isso.

Eu vou dizer um probleminha para mim, da página 27, que para mim é sintomático a respeito destas questões. Diz assim: A gestão da escola será democrática e participativa nos termos da lei. Dela participará ativamente a sua comunidade, democraticamente representada em seus diversos segmentos, por representantes eleitos junto ao Conselho de escola, órgãos gestores de natureza deliberativo e consultivo. Isto vem logo após nós estarmos discutindo na zona rural a sazonalidade. Mas eu diria aqui que não há nenhuma menção de que realmente, no Estado de São Paulo, praticamente houve uma municipalização, eu diria obrigatória das escolas da zona rural, que trouxeram inclusive problemas absolutamente digamos que não estão mencionados aqui, em relação a juntar não só escola, mas um pouco o Município Olha, nós vamos fechar as escolas. Se vocês quiserem atender, atendam. Se não atenderem, as crianças vão ficar fora. Esta questão aqui que está posta, eu diria que ela não está retratada como pular imediatamente disso, para dizer a gestão será democrática. Bem! Nós temos hoje uma gestão governamental não democrática, que tem repercussões e que isso tem de ser traduzido. Eu perguntaria: Nos últimos 6 anos, em que momento o Governo Estadual respeitou decisões de Conselhos de Escola ou qualquer outro, Conselhos que por sinal são deliberativos. Vamos ver a última situação da greve, em que não admitiu sequer uma mudança no calendário.

Então, eu diria que há uma gravidade na questão da zona rural, que foi feita, gerada não só pelas coisas que são ditas aqui, pela municipalização. E eu diria mais. Pelo desinteresse de atender qualquer lugar que tenha população rarefeita. Não há preocupação do Governo Estadual com populações rarefeitas. Isso gerou um problema grave para os Municípios. Então, para mim tem de estar lá colocado em termos de diagnóstico.

Em termos de gestão da escola, não dá para entrar nele sem dizer o seguinte. Olha, não é falta de uma lei que diga isso. Porque nós poderíamos dizer que não nós temos uma lei contundente em relação a isso. Aliás, é lei complementar. Eu diria que aqui falta uma avaliação para sabermos para onde caminhamos em relação a essa questão, que não me parece tão simples. E não é simplesmente uma falta de Conselhos, é uma falta de respeito pelos Conselhos. É mais complexo do que isso também, eu reconheço. Mas no nosso momento não é só dizer que ela, para ela ser democrática tem de existir outros critérios. E aí acho que teríamos de discutir melhor.

E aqui nos objetivos e metas. Eu diria o seguinte. Eu não faria comparações com o Plano Nacional. Eu acho estranho falarmos objetivo e meta assim: Universalizar o atendimento 100% da clientela de ensino fundamental, no prazo de 3 anos, a partir da data da aprovação, ou seja, em dois anos a menos do que propõe o P.N.E. para o território nacional. Eu acho que não cabe esta menção. Polui o texto. Porque aqui tem uma explicação que poderia estar lá em cima, não precisaria estar aqui nos objetivos e metas: que o prazo é menor possibilitado pela situação privilegiada. Eu diria para vocês o seguinte Se nós escrevermos a partir dos 6 anos de idade, aí consideradas todas as crianças portadoras de necessidades especiais, olha, vamos admitir o seguinte. Eu tenho dúvidas se nós vamos, quer dizer, nós vamos colocar as crianças? O que precisa para isso? Aí entramos num impasse. Colocar todas as crianças significa o quê? Sem voltarmos à discussão de primeira à oitava série? Nós vamos colocar, hoje, nas atuais escolas, de primeira à quarta? Ou nós vamos, à semelhança do que já aconteceu, e desculpe a menção ao Município da Capital, mas, por exemplo, tirar classes às vezes de escolas de educação infantil e ali instalarmos salas de 6 anos? Qual é a tese que nós estamos adotando aqui? Porque isso me parece um divisor de águas fundamental. Nós vamos para uma escola de 9 anos é uma coisa. Nós vamos defender a matrícula de crianças de 6 anos numa escola de 8 série é outra. E nós vamos defender educação infantil de 0 a 6. Eu estou colocando isso porque aí eu diria olha, 3 anos, nós

teríamos de fazer uma verificação de dados, porque a mim não me parece viável que defendamos isso pura e simplesmente. A menos que rediscutamos toda a reorganização que foi feita. Está certo? Porque escolas foram fechadas à noite. E crianças estão fora da escola.

Então, o que é que nós estaríamos propondo para um pouco avançarmos historicamente nessa discussão. Eu acho que se um posicionamento claro sobre isso seria até demagógico da nossa parte dizer que em 3 anos nós vamos ter. ou nós estamos dizendo que nós vamos municipalizar. Está certo? E aí talvez merecesse outra discussão. Porque é isso que fica para mim um pouco complicado. Eu vou mais além. Nós não temos censo que diga sobre crianças portadoras de necessidades especiais no Estado de São Paulo. Portanto, nós teríamos, eu até queria propor essa idéia a um certamente empenho, que já é até antigo, que até haja uma proposta estadual de que São Paulo lidere, mas ele vai ter de dividir serviços com os Municípios, a elaboração de censos. Agora, nós sabemos que eles são caros e que também sem um apoio técnico de orientação, nós não vamos chegar a nada. Nós chegamos a fazer uma proposta, quando membros da ONDINE, que os Municípios fariam, o Estado dava, inclusive fazia parte de informatização, porque sem uma informatização também razoavelmente uniforme, é praticamente impossível esse trabalho. E de uma certa forma, a União bancaria talvez o pagamento dos que vão fazer o censo. Se nós passarmos isso para os professores, eles vão ficar muito bravos. Nós já temos história disso.

Então, que nós pensássemos talvez, César, numa meta que fosse talvez uma meta comum, meta idéia de parcerias, porque eu tenho clareza. Nós fizemos em Diadema, eu coloco o documento à disposição de vocês, é um documento que contraria inclusive dados da Organização Mundial de Saúde, não é verdade que são 10%, não é verdade que os deficientes mentais são a maior porcentagem. Os deficientes físicos estão em primeiro lugar. Podemos até admitir que isso seja generalizável para São Paulo, porque a questão dos acidentes de trabalho definitivo

e os acidentes de trânsito têm feito vítimas, crianças, jovens e adultos numa proporção muito maior do que aquilo que se imagina.

Então, eu estou só colocando aqui como contribuição. Eu acho importantíssimo fazer isso. Mas falar que eu vou introduzir as crianças portadoras, sem saber exatamente quem são, onde estão e qual é o perfil, nem o Ministério da Educação possui esse dado. É isso que estou dizendo. No dado que nós levantamos, é um dado que contraria os dados internacionais. Por isso que eu acho que é fundamental fazer o censo. Isso está presente no Plano. Mas nós teríamos talvez de ser mais ousados, talvez como meta geral, de estabelecer uma responsabilidade de São Paulo arcar, eu diria, com este problema técnico e financeiro, para viabilizar para os Municípios, inclusive sem a parceria deles, eu acho que é impossível fazer, para que isso aconteça e que assim possamos escrever uma meta um pouco mais próxima dessa realidade.

Aqui está escrito regularizar o fluxo escolar, reduzindo taxas de repetência e evasão, por meio de programas especificamente planejados e de recuperação paralela ao processo ensino-aprendizagem. Aqui eu vou cobrar outra coisa. Não dá para falar essa meta se nós não fizermos uma crítica contundente ao que vem acontecendo no Estado de São Paulo. Em nome da regularização do fluxo, eu sacrifiquei a qualidade de ensino em São Paulo, não é? Então, nós temos de dizer isso em algum lugar, porque senão, se eu falar regularizar o fluxo, sem uma crítica a isto, e aos processos que nós verificamos no Estado, mágicos de recuperação de verão, o verão teve o poder mágico de recuperar crianças e jovens, então esta situação para mim é mais digna. Quero deixar bem claro. Eu acharia menos digno, de tantas coisas que se fez, que o Governo Covas baixasse um decreto de promoção automática do que submetesse a rede, os pais e as crianças a essa ilusão de processo ensino-aprendizagem mágico, pelo desrespeito que ele significa à educação dos pobres no país, porque são eles os que serão prejudicados. E não nós.

Na última questão da página 29, aqui diz prover de literatura, textos científicos, obras básicas e tal, e diz assim: De apoio aos professores, às escolas de ensino fundamental e às suas bibliotecas centrais quando houver.

Bem! Eu acho que está na hora de falarmos o seguinte: Serão montadas bibliotecas com bibliotecários, para garantir o seu funcionamento, porque senão isso fica uma frase de efeito. Nós temos bibliotecas fechadas, temos distribuição de livros e nós já constatamos nos levantamentos existentes que os livros estão empilhados, porque eles não podem ser usados pelos alunos, a não ser clandestinamente, porque nós não temos bibliotecários que tomem conta dessas escolas e possam estar presentes para orientar o estudo, e vou mais, facilitar o acesso aos livros. Então, não tem jeito. Este é um impasse que nós temos e acho que São Paulo, eu concordo, esta é a grande contribuição, que tal se as nossas escolas passarem a ter de fato bibliotecas reais e não virtuais. (Intervenção fora do microfone). Não. Se for dentro do processo de educação à distância e dentro de uma visão do reduque (?), OK. Mas que os livros de fato, os livros, os disquetes etc. possam existir nas nossas bibliotecas.

Eliminar a existência nas escolas de mais de dois turnos diurnos e um turno noturno, sem prejuízo do atendimento da demanda. Eu acho que se tem de escrever isso de outra maneira, porque senão fica parecendo também uma frase mágica. Nós temos de dizer como. Não vamos prejudicar a demanda. Temos de dar uma gradatividade e temos de fazer aquela outra questão, que eu acho que já foi enfatizada aqui, de estabelecermos – César, acho que esta seria uma grande contribuição do Plano – número mínimo de alunos em sala de aula como uma variável importante de ensino-aprendizagem. (Intervenções fora do microfone). Desculpe. Máximo de crianças.

Eu estou dizendo isso porque a próxima meta, nessa página 30, diz assim: Ampliar progressivamente a jornada escolar, visando à expandir a escola de tempo integral que abranja um período de pelo menos 7 horas diárias. E depois estabelecer... Vejam bem. Na escola integral vou dar duas refeições, apoio às

tarefas, prática de esportes. Então, eu diria o seguinte. Quer dizer, essas idéias, eu acho que o Plano, ele tem de incentivar, mas ele tem de dizer um pouco como é que ele vai fazer, prioridades que ele vai estabelecer, sob pena de nós termos de ouvir como a Secretária faz e que de fato no Estado de São Paulo, graças ao sistema que foi implantado, nós já temos hoje 5 horas de aula para os alunos etc. etc. Então, eu acho que essa discussão seria esta aqui.

Vejam bem, eu estou pedindo que, debaixo para cima, nessa mesma folha, uma, duas, três, quando está escrito estimular os Municípios a proceder a um mapeamento das crianças fora da escola etc., eu acho, César, que aqui talvez fosse um ponto chave. Quer dizer, nós não vamos só estimular os Municípios. Eu diria que São Paulo vai assumir um compromisso e vai entrar oferecendo aí as condições técnicas e financeiras para viabilizar que os municípios possam fazer. Diria até que não imaginaria nenhum município contra, até porque essa tarefa, e é bom que nos lembremos, é uma obrigação conjunta, nos termos da lei, de Estado e Municípios.

Sobre a questão do ensino médio, queria dizer que, não daria para falarmos, quando vamos citar a questão legal, porque estamos numa Casa de leis. Não temos nenhuma avaliação aqui no documento sobre o que é que se passa hoje no país, em termos de uma legislação, que de uma certa forma, diria que uma outra Casa de leis, que seria a Câmara Federal, foi desrespeitada porque não concordou com a aprovação de uma proposta decente e nacional para o ensino médio. Ela se viu preterida para entrar em vigor um decreto nº 2208/97. O importante é falar que existia um projeto de lei que se abriu uma discussão nacional sobre ele. Houve manifestação de todas as regiões do Brasil, de uma forma bastante interessante e que, depois, porque exatamente não passou a proposta do Governo, ela vai passar de uma forma autoritária através do decreto. Diria que nunca vi uma forma tão autoritária quanto a do decreto 2208/97, que apesar de ser um decreto, para mim me parece que tem o mesmo patamar de uma constituição, tal a cobrança nacional que foi feita em cima dos Estados para o cumprimento dessa proposta. Situação essa que o Estado de São Paulo também vem cumprindo à risca, com repercussões

evidentemente no ensino técnico e de formação profissional. Queria fazer uma primeira observação na página 37 e por isso eu vou dizer que o diagnóstico tem que ser um diagnóstico que tenha coerência com aquilo que vamos dizer. No segundo parágrafo: “Não há ainda no ensino médio clareza de rumos e objetivos, ao tempo em que é ainda muito incipiente a implementação das novas diretrizes curriculares para o ensino médio. São também tímidos, os programas voltados para a formação de professores e insatisfatório, sobretudo, nas áreas de ciência e matemática.”

Quero saber se temos concordância sobre o que vem sendo proposto como objetivo e traduzido em habilidades e competências que estão postas hoje no país. Segundo, não vamos falar nada da desqualificação curricular que o Estado de São Paulo vive? Tivemos uma redução curricular em que as aulas de física, química e biologia, vou chamar de tímido o que aconteceu no Estado de São Paulo? Tenho que chamar de desqualificação o que aconteceu no Estado de São Paulo. não mencionaremos que sociologia, psicologia e filosofia saíram. Estão sendo banidas do currículo, na medida em que não há professor efetivo. E como não houve concurso para esses professores e houve um incentivo, por parte do Governo, para uma aposentadoria, a APEOESP constatou, numa pesquisa amostral que fez, que a maioria dos professores efetivados em 1989 ou 1990, uma parte significativa deles saiu por falta de incentivo no início de pedido de demissão voluntária do Governo Cova e hoje, praticamente, não temos mais professores efetivos de filosofia e sociologia. Esta é mais uma situação dramática da introdução do ensino regular presencial no Estado mais rico da Federação. Do ensino por módulos de história e geografia, são no mínimo, para mim, vergonhosos. E é assim que está se procedendo a dinâmica das escolas, exatamente porque reduziu-se as aulas. Então, as escolas estão agrupando. Os professores dão aula de história no primeiro semestre e sabemos que uma aula semanal não significa, não desenvolve nenhum processo de ensino e de aprendizagem. Portanto, o ensino de módulo foi uma forma que se usou para dar conta de uma realidade.

Neste momento, considero que a iniciativa que São Paulo tomou, e sabemos o que São Paulo faz, com todo respeito aos outros Estados, ele tem sido norma ao país. Se São Paulo realmente, o mais rico, diz que este é o currículo exemplar, é muito difícil dizer que, no resto do país, as condições serão outras. Então, diria que temos uma tarefa histórica de re colocação do ensino médio na função que ele tem. E confesso, na universidade, aguardando os alunos do ensino médio, da escola pública chegarem lá, diria que essa foi uma forma esperta de incentivá-los à matrícula nas escolas privadas de ensino superior. Porque o aluno sequer imagina a possibilidade de disputar as universidades públicas e vejo isso com muita preocupação.

Defender a democratização do ensino público é fundamentalmente melhorar as condições de ensino e trabalho no ensino médio do Estado de São Paulo. na página 41 direi minha preocupação sobre dois pontos. “Reduzir em dez por cento ao ano a repetência e evasão de forma a diminuir para 4 anos o tempo médio para a conclusão desse nível.” Diria o seguinte, se não qualificarmos isso no diagnóstico, de uma tal maneira que essa conclusão possa vir como uma questão sadia, diria que a secretária pegaria isso hoje à tarde e falaria: “Oba! Eles defendem a minha forma e, portanto, fica ampliado para o ensino médio a regularização do fluxo adotado lá.” A nossa situação é gravíssima e se não a qualificarmos de que maneira se reduz a repetência e a evasão, corremos o risco das respostas mágicas. A ainda dirão que com o nosso aval. E, em seguida está dito assim: “assegurar em dois anos que todos os professores do ensino médio possuam diploma de nível superior, inclusive a oportunidade de ensino àqueles que não a possuam.” Aqui voltarei ao mágico. Temos uma preocupação muito grande porque o Conselho Nacional de Educação aprovou projetos mágicos de formação de professor em serviço. Eu não gostaria que os professores, por estarem dando aula, tivessem, que ter uma desqualificação na sua formação. Quando aqui está proposto dois anos, só entendo o projeto aprovado e vou dizer aqui, um projeto que discute exaustivamente no Conselho Nacional e com a Universidade Estadual do Pará, porque ela foi pioneira

de propor a formação em 2 anos, e como já disse, como não é mágico, tem que se sacrificar algo. O que o projeto nacional de formação de professores em 2 anos, que gostaria de lembrar que está legitimado, porque vou contando horas. o que é que se sacrifica? Sacrifica-se exatamente a chamada formação sólida de um profissional de nível superior, que são exatamente as filosofias, as histórias da educação. Nesse programa de formação rápida de 2 anos, bata um semestre de filosofia, história, sociologia, psicologia e economia de educação e alguns nem têm economia de educação. Onde é que vai se deter a formação do professor? Nas metodologias. E, com todo respeito às metodologias, metodologia é um processo conjuntural em que para se saber porque é que se usa este ou aquele construtivismo, ou se eu sou ou não construtivista, tenho que ter uma formação sólida em filosofia, história, psicologia e sociologia da educação. Fora o que eu não tenho condição de julgar se esta ou aquela proposta de ensino vale a pena. Então, por que quero manifestar a minha preocupação? Porque já temos um problema nacional, que é o chamado parâmetro curricular que é inédito no mundo, como em tantas outras coisas que o Brasil é inédito. Um parâmetro curricular do ensino fundamental de mil páginas. Parâmetros curriculares de mil páginas não são parâmetros curriculares em nenhum lugar do Ocidente ou do Oriente. Uma proposta de mil páginas é uma proposta de uniformização de uma metodologia de ensino. Não vou entrar no mérito do que está lá, porque têm partes interessantes dos parâmetros. Não temos parâmetros. Temos um manual, no Brasil, a ser seguido a curto e a médio prazos e que não podemos desconhecer. Falarei isso porque na primeira parte do ensino fundamental, está dito eu vamos valorizar avaliações do tipo do Saeb. Uma coisa é suportar Saeb, outra é valorizá-los. Achamos que são esses mecanismos de controle que vão garantir a qualidade de ensino? E no ensino médio não falaremos nada sobre o Enem? Estamos num momento dramático. Os primeiros resultados foram aquém do esperado. Para onde caminhamos? Perguntaria a todos nós se temos visto o que significa o certificado do Enem. O que quer dizer um aluno sair diplomado no ensino médio com um atestado que diz que ele não atingiu o mínimo em comunicações?

Que bem traz esse tipo de avaliação? E em relação ao ensino superior, faço minhas as palavras da Corinta. Essa parte é a mais complicada do documento. Teríamos que fazer uma avaliação aqui do que significou no Estado de São Paulo e o que vai significar a médio prazo. Somos o Estado que teve o maior número de universidades privadas legalizadas de 97 a 1999. Se não me engano são 37 universidades criadas no Estado de São Paulo no período de 97 a 1999. É o maior da história do Brasil. Nessas universidades é importante que se tenha claro, e não bastassem as denúncias que já foram feitas envolvendo inclusive o próprio secretário de ensino superior, certamente critérios mínimos de funcionamento dessas universidades não foram considerados. Hoje educação, seguirei o que foi proposto pelo SR. Di Gênio, na Folha. É um grande negócio.

Esta Assembléia Legislativa fez uma proposta de lei, que foi aprovada por unanimidade. Se não me engano, depois foi vetada pelo SR. Governador. Veio para cá e os Srs. Deputados votaram contra. Derrubaram o veto do Governador. Estou falando da criação da universidade do ABC. Pergunto, essa universidade criada, é uma outra universidade. Seria a nossa quarta universidade estadual. O que pensamos sobre isso? vamos propor que isto seja realmente incentivado? Ou esta é uma lei que esta Casa aprovou, digamos para efeitos, como tantas outras que acontecem, mas esta é grave, porque continha este dado de desobediência legal, que é uma manifestação da Casa contra uma posição do Governador.

A segunda questão é a seguinte, não nos empenharemos, de jeito nenhum, no plano que o Governo Federal, realmente tenha um número maior, uma responsabilidade maior com a educação pública de nível superior, como, aliás, é a sua obrigação. Alguns dizem que as nossas 3 universidades já são tarefas de bom tamanho. Somos o Estado que tem o menor número de universidades federais. Esta questão não passará na nossa avaliação? Quer dizer, se estamos pensando em parceria, em relação aos outros níveis de ensino, de municípios, Estado e Governo Federal sobre o ensino superior, teria uma cobrança e uma pressão que um

documento teria obrigação. E fica a pergunta sobre a universidade do ABC. Era uma das propostas mais interessantes que os municípios fizeram.

SR. CÉSAR CALLEGARI - A criação dessas leis autorizativas sobre novas universidades ou expansão das atuais tem sido votada em profusão aqui na Assembléia Legislativa. Eu mesmo tenho adotado a posição de incentivar isso, como uma tradução daquilo que vamos vendo da preocupação e do engajamento em expandir o sistema universitário público no Estado de São Paulo. Essas leis passam mas não obrigam, nem as universidades e tampouco o Governo a tomar providências concretas no sentido da sua instalação.

SRA. LIZETE - Por isso mesmo que gostaria de trazer esta indagação. O que vamos falar sobre isso? ou também a Assembléia Legislativa assume uma posição contundente a respeito dessa questão ou sempre fica uma questão de agrado eleitoral ou equivalente. Me preocupo muito com isso porque tenho clareza que os dados que vão dizer que crescemos em algum tamanho, esse crescimento se deu, e é bom que lembremos, historicamente mais pela incorporação de escolas privadas a nós, do que propriamente do crescimento das 3 universidades. As nossas vagas, pela USP em especial, nos últimos dez anos foram praticamente as mesmas. Em dez anos não tivemos crescimento. No caso da Unesp teve uma situação específica. Então, é uma situação que teríamos que discutir um pouco e em maior profundidade. Por exemplo, estratégia de atração dos pesquisadores. Existem propostas práticas que temos que adotar.

Temos uma discussão hoje quentíssima no Estado de São Paulo e que não podemos deixar de falar aqui, que é sobre a manutenção do RDPE, que é uma grande discussão. O que significa 40 horas de exclusividade nas universidades paulistas. Gostaria de lembrar que somos praticamente as únicas universidades hoje no Brasil que levamos a sério e que defendemos essa questão de fato. Eu é viver a universidade de manha, à tarde e à noite. 40 horas de dedicação é um outro

conceito e hoje há toda uma discussão e incentivo para que essa questão deixe de existir. Então, acho que os problemas da universidade, a redução brutal de verbas para a pesquisa, e de bolsas, teriam que estar aqui presentes em todo o esquema.

E, em relação à questão do ensino superior, que na página 52 menciona: “Fomentar com a implementação de programas e incentivos adequados, junto às instituições de ensino superior a oferta de cursos de extensão para atender às necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior. Na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate à dívida social e educacional.” Gostaria que aqui fôssemos explícitos. Quer dizer, em se tratando de escola superior, que esses cursos de extensão fossem gratuitos, porque uma questão que não podemos esquecer, é que hoje a universidade faz a sua complementação de recursos por dentro. A universidade pública no Estado de São Paulo e no Brasil, resolveu adotar uma peculiaridade, na minha opinião, anticonstitucional, de entender que o ensino gratuito nas escolas de nível superior, que esse ensino vai se entender exclusivamente o ensino de graduação, o mestrado e o doutorado. E os outros cursos serão todos pagos, como o mestrado profissionalizante e o conjunto de cursos de especialização, que hoje a USP ministra, eles são formas de captação de recurso e complementação salarial dos professores.

A título de esclarecimento da gravidade, usarei aqui um dado oficial, a Escola Politécnica de São Paulo, ministra hoje, em 2000, 600 cursos de especialização, todos pagos. Dos 708 cursos existentes, 600 são da Poli . Então, essa discussão tem que entrar como uma disputa. Na página 52, quando vai se falar e financiamento e gestão do ensino superior, diria o seguinte, que estamos, até agora, conseguindo resistir a essa voracidade de legislação, que o Governo Federal está tendo e temos a PEC 307 felizmente engavetada provisoriamente. Somos contra. Gostaria de lembrar que esse fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino superior constituído, entre outras fontes, de pelo menos 75% de recursos da União, é mentirosa. Não existe isso. quando fizermos uma conta dos recursos

orçamentários que cabem ao ensino fundamental, à Educação infantil e ao ensino médio, não existem 75%, a menos que existissem outras fontes. Portanto, essa transcrição que está aqui, pediria que ela não fosse citada, porque é uma discordância nacional. Utilizar parte dos recursos destinados à ciência e tecnologia para consolidar do desenvolvimento a pós graduação e da pesquisa, vou reivindicar que façamos o seguinte: ou já fazemos no texto e podemos aqui ser mais objetivos, e o Dr. Otaviano talvez possa sugerir com precisão que parte desses recursos seria interessante para escrevermos aqui.

Da mesma forma como o item abaixo: “Estimular a inclusão de representantes da sociedade civil organizados nos conselhos universitários.” Claro, temos a nossa autonomia, mas só gostaria de aqui dizer uma situação concreta que temos no conselho universitário, do qual participo. Temos um representante da Fiesp e um representante da Federação do Comércio e apareceu, há pouco tempo, e não sei se devido a um regime de rodízio, mas temos um representante dos trabalhadores cristãos do Estado de São Paulo, que, no caso específico, substitui a CUT, a CGT e a Força Sindical. São esses 3 representantes da sociedade civil. como essa situação existe, teríamos, poderíamos levantar concretamente, e nas 3 universidades, quem são os representantes e, evidentemente, fazermos uma proposta. Diria que vamos entrar para uma fase de congresso. A partir do mês de setembro vão ser realizados fóruns diversificados dos alunos, dos professores e da própria reitoria, na USP, que talvez possibilitaria, abriria as discussões inter partes, talvez a Assembléia Legislativa, no sentido desta abertura. Pergunto, talvez um representante da comissão de educação da Assembléia Legislativa e outros representantes que poderíamos pensar, que seriam certamente bem vindos.

SR. CÉSAR CALLEGARI - Na Constituição de 1988, temos uma lei complementar que nunca foi apresentada e que fala de uma comissão de acompanhamento ou de controle externo da universidade. Isso sempre gera

problemas, se isso é uma forma de intervenção ou o que é. Mas, de qualquer maneira, SRA. tem razão. Vale a pena.

SRA. LIZETE - Essa idéia, diria o seguinte, nenhuma das 3 universidades, e isso alo de comum acordo entre nós, as universidades públicas não têm medo do acompanhamento externo. Aliás, fazemos a avaliação e externa e a defendemos. Agora, o que defendemos é que haja um acompanhamento mais contundente. Pularei par Alguns educação de jovens e adultos. Mas, queria somente dizer o seguinte, na página 58, há questões seguintes: “O apoio dos empregadores pode dar-se de diversas formas: organização de jornadas de trabalho compatíveis com o horário escolar; concessão de licenças para freqüência em cursos de atualização; implantação de cursos de formação de jovens e adultos no próprio local do trabalho.” Estas propostas, aí tem o valor, talvez, psicológico. Mas, seria razoavelmente coercitivo se tiver uma legislação que diga isso. Então, talvez a empresa ganhar uma medalha que, ao invés de ser um ISO 9002, vou dizer ISO Educação, ou qualquer coisa do gênero, que aqui na Assembléia Legislativa, que sempre tem sessões solenes, que entregue essas medalhas para os empresários que fizerem determinadas coisas. Como, por exemplo, dispensar uma hora antes. Diria que já temos boas experiências de educação e jovens e adultos em locais de trabalho. Algumas delas em que as empresas cederam, e digo isso com o maior orgulho, os seus melhores locais. Poderíamos discutir um pouco os programas de educação à distância, até mesmo pelas cautelas que eles implicam. Pela ousadia que eles precisam ter e pelas cautelas eu eles implicam para que não façamos, e desculpem-me pela comparação aqui, da universidade virtual o antigo Mobral. Até seria bobagem, da minha parte, ser contra a educação à distância, mas diria que teríamos que definir com muita precisão o que é e aonde queremos chegar. Lembrando que para a educação básica ainda defendemos que a forma presencial é, decididamente, a desejável e é insubstituível e os programas de educação à distância podem ser complementares. E teríamos, inclusive, a busca de uma nova

qualidade. Precisaríamos discutir, também, um pouco o que são esses núcleos de gestão que os senhores estão propondo da página 66 em diante. Não entendi direito, mas acho que seria uma espécie de regionalização da secretaria de Educação ou algo do gênero. A idéia me pareceu potencialmente interessante, mas teríamos que discutir um pouco como que isto funciona paralelo a uma organização institucional, para não ficarmos criando órgãos que não temos condições de dar conta deles, de tantos que são. E achei interessante a questão de colocar aqui que a fundação, no caso, Padre Anchieta, assim que aprovou o plano, ela já recebe os aportes e recursos financeiros que lhe permitirão instalar laboratórios de vídeo, programação multimídia, capazes de suprir grande parte da demanda por materiais adequados na modalidade de ensino à distância. Isto é uma ilusão. Quero deixar muito claro. Estou começando, muito modestamente, com as discussões que temos tido dentro da USP em relação à TV Comunitária e a participação até da TV USP e como é que podemos atuar. Isto ainda é bastante complicado. Temos que admitir que dos recursos nacionais, 72% hoje estão na mão exclusivamente da Fundação Roberto Marinho. E, portanto, se a Fundação Padre Anchieta vai disputá-los, acho interessante. Mas isso é mais complexo do que dizermos que eles podem receber os aportes. Talvez pudéssemos fazer uma legislação até mais contundente no sentido mesmo de incentivar que as TVs e as próprias universidades busquem formas educativas e programas diversificados que ainda estamos, até nisso, razoavelmente atrasados. Por que estou colocando isso? Só quero fazer uma última ponderação sobre o que está posto no documento a partir da página 69 a respeito do ensino técnico e profissional. Aqui, é verdade, está dito que está em curso. Senti do documento que há uma concordância com o que está sendo feito. “Está em fase uma profunda mudança nas relações sociais.” Não há dúvida. “Com isso surgem, também, novas exigências com relação ao desempenho do profissionais.” E aí vem dizendo que: “O Brasil adotou um modelo que concebe educação profissional como complementar à formação geral.” Diria o seguinte, que, na verdade, no Brasil foi feita uma cisão que é considerada ultrapassada na Europa e nos Estados Unidos. O



que foi feito, volto a dizer, sobre o decreto nº 2208 é um retrocesso. Não é um avanço. Esse decreto impediu que qualquer escola técnica federal, e até de São Paulo, mantivesse, num curso só, esta formação que reconhecíamos que vinha sendo cara do ponto de vista custo/aluno, mas era excelente do ponto de vista de resultados. E, portanto, a decisão não foi na busca da excelência da educação. Mas foi na busca de uma economia extravagante de recursos que teriam estar postos no documento.

Então, há essa contradição entre uma sólida formação geral, que o mercado supostamente estaria exigindo, e o que vem sendo, como é que ficamos? Darei um exemplo, o Telecurso 2000, só para lembrar, de 1996 em diante, a nossa secretária de Estado proibiu a criação de novos cursos supletivos de ensino de 5ª à 8ª séries para além daqueles que existiam. A não ser sobre a modalidade Telecurso. O ensino de 2º grau, parte de seu crescimento de alunos matriculados, também está se dando não só em São Paulo, através dos Telecursos. Gostaria de lembrar que, apesar de ter sido usado recurso público para a produção e reprodução desses materiais, hoje esses materiais são cobrados e isso reverte em novos fundos e eternos fundos à Fundação Roberto Marinho. Mas, perguntaria, o Telecurso existente hoje, na cidade de São Paulo, em que eu tenho não mais o professor, mas o orientador de estudos que, em primeiro lugar, não precisa ser um professor; em segundo lugar, tem sido, na maioria dos locais em que ele está instalado, um pedagogo que orienta estudos. Perguntaria, os alunos que não conseguem resolver os problemas de física, química, biologia, matemática e que nós, na qualidade de pedagogos, também não solucionaremos, ficam como? Vamos constatar que isso está acontecendo. O Telecurso é substitutivo do ensino presencial. Muito obrigada.

SR. CÉSAR CALLEGARI - Gostaria de acertar com os senhores como é que fazemos agora. Porque, uma hora da tarde. Algumas pessoas já precisaram sair. Das inscrições, SR. Hely saiu. Os senhores querem e manifestar agora?

SRA. - Da parte do CPP temos que colocar ligeiramente como é que temos caminhado e quais são os aspectos a que chegamos. Não é uma fala muito longa. Temos nos reunido com as demais entidades.

SRA. - Antes disso, gostaria de colocar o seguinte, estamos trabalhando para o Fórum São Paulo Século 21, pela Assembléia Legislativa. Porém, não estamos fazendo um trabalho desarticulado do Fórum de Defesa à Escola. Então, gostaria de saber se a Assembléia Legislativa incorporaria esse trabalho? Ou são dois trabalhos que vamos realizar? E hoje, aqui, vimos, pelo menos, 3 posições de universidades, que não sei se seria melhor pararmos por aqui e vermos tudo o que eles falaram, de tudo que temos que voltar e pensar no documento, e voltamos num segundo momento a partir daí. Porque não adianta todos colocarem hoje e não assimilarmos tudo o que foi posto aqui.

SRA. - Gostaria de fazer uma proposta, como temos representantes aqui do Fórum estadual, se os senhores pudessem, talvez, dizer um pouco do calendário dos senhores, porque não sei se é compatível e se seria negociável, se pudesse existir, por exemplo, dois movimentos. Me preocupo com o que ela está dizendo, porque se tivermos um documento a mais, será ruim. Talvez aqui ser viável a negociação de um alargamento do prazo. Se há possibilidade de negociação de um prazo de discussão que permita incorporar essas sugestões.

SRA. - Dentro disso que está sendo colocado, temos dois problemas. Um é que existe um Fórum instituído pela Assembléia Legislativa, que tem um prazo de trabalho para produzir reflexões sobre os problemas existentes no Estado de São Paulo e quais as melhores formas de se enfrentar esses problemas. Mas, independente desse prazo que o Fórum tem, não haveria uma possibilidade de aproveitarmos esse trabalho que vem sendo realizado por esta comissão temática do Fórum, e mesmo que se produza um documento de reflexão para ser apresentado

ao Fórum, esse trabalho não parasse nesse prazo. Continuarmos nesse prazo em torno do próprio FEDEP ou como podemos fazer isso.

SR. CÉSAR CALLEGARI - Todos os senhores já sabem que há um problema sério na elaboração de um trabalho como esse. Temos que, em primeiro lugar, levar em consideração que a Assembléia Legislativa representa várias posições e não tenho nenhuma ilusão pessoal, e talvez seja essa a maior dificuldade por fazer um trabalho como esse, de se criar uma espécie de média geral. Quer dizer, têm coisas que são inconciliáveis. Entre os conselheiros desse grupo temático da educação, tem teoricamente a Secretaria Estadual da Educação, que nunca apareceu e não deu nenhuma contribuição sequer. Mas, teoricamente, está aqui entre nós. O que quero aqui dizer é o seguinte, temos que ter uma pretensão em relação a esse documento, baixar um pouco o grau de expectativas. Não é necessário que se incorpore algumas observações, por exemplo, que os senhores fizerem, como o texto do conjunto. É obrigatório, sim, que a discussão, a problematização esteja assinalada. Esse é um primeiro ponto. Segundo, e conforme a sua pergunta, são documentos distintos o que os senhores estão preparando, tem um alcance mobilizador, que acho que é a grande riqueza de uma discussão a respeito de um plano estadual de educação, é o quanto mobilizador ele pode ser. Ainda mais nesse momento em que se procura desqualificar e desproblematizar tudo. A grande vantagem é essa, a de criar um movimento de debate. Defendo que a contribuição das entidades, por exemplo, seja incorporada. Tentarei fazê-lo. Mas, precisarei fazer uma consulta que prazo temos. Em princípio, estamos mais que estourados no prazo. Na medida em que conseguir um pouco mais de prazo, vamos procurar incorporar todas as observações, da maneira mais inteligente possível.

SR. - Gostaria de dar uma informação sobre o calendário do FEDEP. Na verdade, estamos fazendo reuniões quinzenais sempre às sextas-feiras. Em algum momento, houve um calendário mais ágil que esse. Mas, estamos nos reunindo às

sextas. A próxima reunião será sexta-feira dia 15, às 14:00 na sede. E faremos um convite formal. O risco que corremos é que o Governo se apresse em protocolar um plano. A informação que tivemos é que já havia se começado a redigir um texto de uma lei. Mas, não temos como confirmar essa informação. De qualquer forma, com um consenso entre os membros do FEDEP, de que mesmo que o Governo faça isso, não queremos também apressar um trabalho apenas para contrapormos uma produção à outra, sem que reflita uma discussão ampla. Então, fica o convite aqui a toda as entidades presentes e à comissão da Educação.

SRA. - Gostaria de fazer uma proposta aqui. Não teria condições, Sr. Deputado, exercitando a idéia da comunicação virtual, estabelecer uma espécie de rede por E-mail das propostas e dos encaminhamentos? Acho que isso é algo absolutamente fácil de se fazer e que poderia agilizar uma comunicação entre os membros e de redação de textos que facilitariam, talvez, para a redação final do documento.

SR. CÉSAR CALLEGARI - Como fazemos aqui? O que poderíamos fazer aqui é agendar uma próxima reunião para que aqueles que não tiveram a oportunidade de expor as suas posições, possam fazê-lo de viva voz, além da possibilidade de já estarem remetendo qualquer tipo de contribuição por escrito. E, quem sabe, com isso, já prestarmos novas informações. Particularmente, estarei com um problema com relação a essa segunda quinzena do mês de setembro, porque terei que participar de uma atividade fora do Brasil, que consumirá praticamente toda a quinzena de setembro. Então, voltaríamos ainda para conversar, talvez, só no mês de outubro.

SRA. - Em setembro temos um encontro da nossa entidade que é a Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação, no qual inclusive parte desses problemas são sistematicamente discutidos. E, aí, uma questão

interessante,. Porque poderíamos com a sua autorização, talvez, viabilizarmos, informarmos a todos que estiverem presentes do Estado de São Paulo, propor, inclusive uma reunião paralela lá, na qual discutiríamos um pouco essa questão, no sentido de juntarmos forças.

SRA. - Uma outra questão, só para título de informação, claro que em nenhum momento pretendemos fazer disso uma contribuição para o documento, mas a APEOESP produziu, para as plenárias regionais que estão sendo realizadas em todo o Estado de São Paulo sobre a constituição do plano estadual da Educação, um caderno de subsídios também, que, nesse primeiro momento, se detém mis numa análise da situação da Educação no Estado de São Paulo. Até utilizamos muitas informações que constavam do documento que foi produzido aqui e partindo, também, um pouco das críticas que faríamos aqui ao documento, constam já, não na forma de crítica, mas s lacunas que encontramos, procuramos colocar nesse documento de subsídio.

SR. CÉSAR CALLEGARI - Muito obrigado pela presença de todos. Está encerrada a reunião.

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Deputado Vanderlei Macris

Relator Geral do Fórum São Paulo Século 21

Deputado Arnaldo Jardim

